



REVISTA

NECAT

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA SEMESTRAL DO
NÚCLEO DE ESTUDOS DE ECONOMIA CATARINENSE



ANO 3, NÚMERO 6
JUL-DEZ DE 2014
ISSN 2317-8523

EDITORIAL

Padrões de crescimento e integração da economia regional brasileira no século XX e início do XXI

Beatriz Tamasso Miotto
Pietro Caldeirini Aruto
Fernando César de Macedo

Características socioeconômicas da região do extremo sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano

Dimas de Oliveira Estevam
Tiago Pereira Jorge
Giovana Ilka Jacinto Salvaro

O nordeste catarinense: uma abordagem a partir da ideia de região de aprendizagem

Fabiano Rodolfo

Uma dinâmica assentada na diversificação industrial: a experiência do município de Rio do Sul

Felipe Anderson França

Um comparativo populacional e de esforço produtivo para mensurar a dinâmica de desenvolvimento entre os municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) durante 2000 a 2009

Paulo Roberto Santana Borges
Fabiana Macedo Biondaro



SUMÁRIO

EDITORIAL	03
PADRÕES DE CRESCIMENTO E INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI Beatriz Tamaso Miotto Pietro Caldeirini Aruto Fernando César de Macedo.....	07
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE: UMA ANÁLISE ENTRE O RURAL E O URBANO Dimas de Oliveira Estevam Tiago Pereira Jorge Giovana Ilka Jacinto Salvaro.....	31
O NORDESTE CATARINENSE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA IDEIA DE REGIÃO DE APRENDIZAGEM Fabiano Rodolfo.....	57
UMA DINÂMICA ASSENTADA NA DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL Felipe Anderson França.....	80
UM COMPARATIVO POPULACIONAL E DE ESFORÇO PRODUTIVO PARA MENSURAR A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC) DURANTE 2000 A 2009 Paulo Roberto Santana Borges Fabiana Macedo Biondaro.....	107

REVISTA NECAT

Revista semestral do Núcleo de Estudos de Economia Catarinense

Editores:

Prof. Lauro Mattei – UFSC

Prof. Valdir Alvim – UFSC

Comitê Editorial: André Luiz Campos de Andrade (UDESC); Ivo Marcos Theis (FURB); Lauro Mattei (UFSC); Valdir Alvim (UFSC)

Conselho Editorial

André Modenezi (UFRJ); André Moreira Cunha (UFGRS); Anthony Pereira (Kings College – Reino Unido); Anthony Hall (London School of Economics – Reino Unido); Fernando César de Macedo (IE-UNICAMP); Ivo Marcos Theis (FURB); José Rubens Garlipp (IE-UFU); Joshua Farley (Universidade de Vermont-EUA); Lauro Mattei (UFSC); Maurício Amazonas (UNB); Nelson Delgado (CPDA-UFRJ); Steven Helfand (Universidade da Califórnia – EUA); Valdir Alvim (UFSC).

Endereço:

Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Departamento de Economia e Relações Internacionais. Campus Universitário, Trindade.

88040-900 – Florianópolis, SC, Brasil.

Revista NECAT – Núcleo de Estudos de Economia Catarinense – Ano 3, nº 6, Jul-Dez. Florianópolis, NECAT, 2014.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

Página eletrônica: www.necat.ufsc.br/

E-mail: necat.ufsc@gmail.com

EDITORIAL

ANÁLISES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL EM SANTA CATARINA

A temática regional vem ganhando espaço cada vez maior nos estudos e debates acadêmicos, bem como na formulação de políticas públicas destinadas à promoção do desenvolvimento de uma determinada região, estado ou país. Fazendo a interlocução entre o específico e o todo, esses estudos são fundamentais para ampliar a compreensão da realidade de uma determinada unidade da federação, como é o caso em tela relativo ao estado de Santa Catarina.

Nesse estado da federação, observa-se que, à medida que o processo colonizador foi avançando, especialmente nos séculos XIX e XX, configurou-se um sistema econômico que não seguiu integralmente a lógica da ocupação produtiva nacional. De um modo geral, pode-se dizer que até o início do século XIX configurou-se um sistema de subsistência local desintegrado no âmbito do estado e assentado na pesca e na produção de gêneros alimentícios básicos (litoral) e na pecuária extensiva (planalto). Este cenário só se modificou a partir de meados do século XIX, quando Santa Catarina começou a ter mais espaço na esfera nacional. Para isso, foi decisiva a política de incentivo à imigração e a lei de terras que regulamentava a aquisição das propriedades pelos imigrantes.

Da segunda metade do século XIX em diante houve um enorme processo de imigração para as regiões do Vale do Itajaí, para a região Norte e para o Sul do estado. A partir desse período verificou-se o início da transformação da base econômica com o surgimento de pequenas indústrias nos setores alimentar, têxtil, erva-mate e de madeiras, o que possibilitou o salto para a industrialização no período seguinte. Em função disso, o sistema econômico deixa de ter sua base exclusivamente voltada para a subsistência local, passando a participar da dinâmica do país, através do fornecimento de excedentes, em sua maioria de origem agropecuária.

Em função disso, conformou-se um sistema econômico que, embora tenha se integrado parcialmente ao nível regional, desenvolveu uma dinâmica de interligação prioritária das cidades pólos regionais com as outras unidades da federação. Como exemplo, pode-se citar a articulação de Joinville à região metropolitana de Curitiba; a articulação de Lages aos Campos Gerais do Paraná e ao estado de São Paulo; a articulação das cidades de Blumenau e Brusque ao eixo Rio-São Paulo; etc. Isso fez com que uma integração mais

efetiva entre as várias regiões do estado, tanto em termos comerciais, produtivos e até mesmo rodoviários, viesse a ter maior concretude somente após a segunda metade do século XX.

Hoje o estado catarinense é tido como um exemplo de um processo de desenvolvimento socioeconômico equilibrado, comparativamente ao conjunto do país. Em grande medida, isso decorre da maior articulação econômica e social entre as seis mesorregiões que dinamizam essa unidade da federação. Partes dessas experiências regionais serão analisadas neste número da Revista NECAT.

O primeiro artigo, intitulado “Padrões de crescimento e integração da economia regional brasileira no século XX e início do século XXI” e de autoria de Fernando César de Macedo, Beatriz Tamasso Miotto e Pietro Caldeirini Aruto, discute os determinantes históricos dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país, atendo-se a dois períodos específicos: o processo de industrialização entre 1930 e 1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Os autores afirmam que, embora as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. Isto porque, no primeiro período as desigualdades regionais aumentaram diante de um processo de integração nacional com crescimento econômico, enquanto que no segundo período o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

A principal conclusão é que a experiência histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX evidenciou que o crescimento da economia atrelado à integração do mercado interno, ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e ao aumento dos elos de complementariedade regional, gerou taxas de crescimento maiores não apenas no centro dinâmico como também na periferia nacional. Mas isso não quer dizer, segundo os autores, que o crescimento seja condição exclusiva para a superação das desigualdades regionais subjacentes às condições históricas do subdesenvolvimento.

O segundo artigo, intitulado “Características socioeconômicas da região do Extremo Sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano” e de autoria de Dimas de Oliveira Estevam, Tiago Pereira Jorge e Giovana Ilka Jacinto Salvaro, discute as características socioeconômicas dos municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense (AMESC), ressaltando aspectos rurais e urbanos com o objetivo de

identificar possíveis predominâncias de cada um desses espaços. Para fazer as análises comparativas setoriais e espaciais, os autores utilizaram um conjunto de informações sociais e econômicas.

A principal conclusão do estudo foi que, tanto no aspecto social quanto no econômico, predominam na região da AMESC as características rurais. Além disso, constatou-se grande dependência econômica dessa região em relação às culturas do fumo, frango e arroz, produtos que apresentam grande instabilidade, ao intercalar momentos de crescimento com períodos de quedas. Por isso, sugere-se que ao se pensar estratégias de desenvolvimento para a região se leve em consideração essas características.

O terceiro artigo, intitulado “O nordeste catarinense: uma abordagem a partir da ideia de região de aprendizagem” e de autoria de Fabiano Rodolfo, discute a dinâmica econômica da região nordeste de Santa Catarina a partir de elementos da noção de região de aprendizagem (*learning region*). Para o autor, trata-se de uma das regiões economicamente mais dinâmicas do estado de Santa Catarina, abrigando em seus limites territoriais importantes pólos industriais catarinenses; associações empresariais; instituições de ensino; etc. aspectos que formam um tecido institucional relevante e que alimentam processos de aprendizagem que a diferencia em relação às demais regiões do estado.

Em função disso, a principal conclusão do autor, à luz da experiência da região nordeste de Santa Catarina, é que o espaço geográfico se constitui em uma das variáveis mais relevantes nas análises econômicas. Isto porque, a presença nessa região de um ambiente particular que nutre processos de aprendizagem permite às empresas ali instaladas vantagens em termos de desempenho econômico. Como consequência, a região tornou-se atrativa para novos investimentos.

O quarto artigo, intitulado “Uma dinâmica assentada na diversificação industrial: a experiência do município de Rio do Sul” e de autoria de Felipe Anderson França, analisa a estrutura industrial do município de Rio do Sul, enquanto eixo dinâmico da economia local. Para tanto, foram considerados indicadores de emprego industrial e de arrecadação de ICMS na indústria, segmentados pela Divisão CNAE 2.0. Para o autor, o município de Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência, sugerindo que a diversificação industrial é um elemento essencial para se compreender dinâmicas econômicas regionais e territoriais.

A principal conclusão do estudo é que, em função de sua diversificação produtiva, o município de Rio do Sul consegue se manter economicamente dinâmico, mesmo diante das vicissitudes da economia capitalista globalizada. Assim, mesmo enfrentando os efeitos das

crises econômicas do conjunto do país e não fazendo parte da rota de investimentos mais expressivos de Santa Catarina, esse município manteve-se economicamente dinâmico, sendo que a razão principal desse dinamismo encontra-se na própria diversificação industrial encetada nas últimas décadas.

O quinto artigo, intitulado “Um comparativo populacional e de esforço produtivo para mensurar a dinâmica de desenvolvimento entre os municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) durante 2000 e 2009” e de autoria de Paulo Roberto Santana Borges e Fabiana Macedo Biondaro, analisa comparativamente o nível de desenvolvimento populacional e produtivo dos municípios de Londrina (PR) e Joinville (SC) utilizando indicadores produtivos, populacionais e do mercado de trabalho.

A principal conclusão dos autores é que esses dois municípios, ao fazerem parte do grupo das quatro maiores cidades do Sul do país, apresentam alto grau de urbanização. Com isso, a participação das atividades relativas ao setor primário é extremamente baixa em ambos os casos. Nos demais setores econômicos, os indicadores usados confirmam uma ligeira supremacia do município de Joinville em relação à Londrina devido às suas vantagens econômicas, particularmente no setor industrial, que é uma das características mais marcantes do município catarinense. Além disso, por apresentar um setor terciário mais diversificado, o município de Joinville detém níveis de desenvolvimento socioeconômico superior aos verificados em Londrina.

Com mais este número de sua revista eletrônica, o NECAT espera estar dando sua contribuição em relação à realidade catarinense, particularmente no tema relativo ao desenvolvimento regional.

PADRÕES DE CRESCIMENTO E INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI

Beatriz Tamaso Miotto¹

Pietro Caldeirini Aruto²

Fernando César de Macedo³

Resumo: O objetivo deste artigo é apreender historicamente os determinantes gerais dos padrões de integração da economia brasileira e as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país. Nessa abordagem, são confrontados dois períodos específicos: o processo de industrialização no período 1930-1980 e a emergência posterior do padrão neoliberal de especialização produtiva. Embora em ambos as características espaciais do subdesenvolvimento persistam, os condicionantes internos e externos, sintetizados na política econômica, são distintos. No primeiro, as desigualdades regionais aumentam diante de um processo de integração nacional e crescimento econômico. No segundo, o aparente movimento de convergência de renda média e de estrutura econômica revela um modelo de baixo crescimento que não é capaz de aprofundar a integração e nem confrontar os determinantes da dependência externa.

Palavras-chave: integração regional, Brasil, subdesenvolvimento.

GROWTH PATTERNS AND INTEGRATION OF REGIONAL ECONOMY BRAZILIAN IN THE TWENTIETH CENTURY AND THE BEGINNING OF XXI

Abstract: This article aims to emphasize the historical determinants of Brazilian integration patterns as well as economic policy results for regional development. Thus, two periods are highlighted: the industrialization process (1930-1980) and later the neo-liberal pattern of productive specialization. Though the underdeveloped spatial characteristics persevered, internal and external conditions are distinct, as revealed by the shifts in economic policy throughout the period. In the former, regional inequalities have increased on a national integration process and high economic growth. In the latter, the restricted tendency to average income convergence and the economic structure reveals a low-growth model that prevents national integration and deepens the external dependency.

Key-words: regional integration, Brazil, underdevelopment.

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista FAPESP. Email: bea.miotto@gmail.com

² Economista-SST/SC, mestrando em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Unicamp na área de Economia regional e urbana, bolsista CAPES. Email: pietro.aruto@gmail.com

³ Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico – CEDE. Email: fcmacedo@eco.unicamp.br

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do capitalismo traz consigo, intrinsecamente, a necessidade de concentração e centralização do capital e da força de trabalho no espaço. Esse movimento não é exclusivo das economias periféricas, porém, devido a características próprias, ele tomou grande dimensão nos países subdesenvolvidos, traduzindo-se em enormes disparidades regionais.

No Brasil, essas disparidades foram sistematicamente reforçadas e reproduzidas no processo de industrialização. Ainda assim, ao aprofundar os elos das economias regionais e integrar econômica e territorialmente o país, o padrão de acumulação que vai dos anos 1930 até os anos 1970 propiciou crescimento e diversificação da base produtiva da periferia que passou a ser complementar à indústria do centro – São Paulo. Desse padrão de integração resultou uma estrutura pautada no mercado interno, cujo impulso dinâmico esteve fortemente ligado ao investimento autônomo e à expansão da demanda, ainda que cindida pela desigualdade de renda. Por isso, entre a metade dos anos 1970 e início dos 1980, foi possível engendrar um processo de desconcentração produtiva regional *virtuosa*, na qual, ainda sob o comando do centro dinâmico, a periferia nacional teve taxas de crescimento superiores a São Paulo e conseguiu diversificar sua estrutura produtiva aprofundando, também internamente, a divisão social e territorial do trabalho (CANO, 2008).

Os anos últimos 15 anos do século XX e o início do XXI, no entanto, caracterizaram-se por outro padrão de (des)integração, pois, dada a crise da dívida e uma política macroeconômica eminentemente voltada para a estabilização monetária e para a garantia dos interesses rentistas, a dinâmica do mercado interno e os elos de integração econômica erigidos até então foram fortemente afetados. Com o “esforço exportador” e a globalização dos mercados, parcelas do espaço regional, em especial aquelas oriundas da expansão agrícola e mineral, passaram a se articular com mais força à dinâmica mundial respondendo fundamentalmente às tendências cíclicas do mercado externo. Assim, a “globalização”, enquanto o resultado das novas condições técnicas e econômicas desenvolvidas nos países do centro, torna necessária uma nova forma de organização do mercado e do processo produtivo mundial, onde uma nova divisão do trabalho se opera no nível da própria força de trabalho e na sua capacidade de valorização do capital em termos mundiais (MARINI, 1996, p. 58).

Além disso, com a desarticulação da atuação do Estado Nacional na condução do desenvolvimento e o estrangulamento das finanças estaduais e municipais, toma o lugar da coordenação da inversão a disputa entre os lugares para atrair investimentos localizados, muitas vezes com efeitos de encadeamento restritos. Dessa maneira, relega-se para as necessidades/vantagens de localização dos agentes privados a decisão sobre a utilização e estruturação do território, diminuindo as possibilidades de aprofundamento da complementaridade dos mercados regionais que marcaram os períodos de maior crescimento do Brasil. Esses fatores caracterizaram, portanto, a denominada desconcentração produtiva de caráter *espúrio* (CANO, 2008), na qual a diminuição das desigualdades na participação do produto das regiões periféricas em relação a São Paulo não significou uma melhora global das disparidades sociais no país; ao contrário, resultaram em um aprofundamento da crise social expressa em uma urbanização cada vez mais caótica.

A partir de 2004, no entanto, apesar da manutenção do modelo macroeconômico da estabilização, houve modificações no esquema de crescimento da economia brasileira. Com estímulo inicial do ciclo de valorização do preço das commodities – consequentemente, melhora conjuntural nos termos de troca para esses bens – a economia nacional volta a crescer em patamares superiores aos últimos 30 anos. Esse impulso externo, somado ao aumento do consumo (calcado em uma melhor estruturação do mercado de trabalho e um aumento da renda média do trabalhador), do crédito e do investimento reorientaram os determinantes do crescimento recente para a expansão do mercado interno, acarretando efeitos positivos sobre as economias regionais, principalmente aquelas mais pobres (GUIMARÃES NETO, 2010).

Nesse novo contexto, do ponto de vista regional, a grande questão é conseguir dimensionar a capacidade que essa mudança apresenta para dar continuidade tanto do processo de desconcentração produtiva regional quanto o de diminuição das disparidades. Cabe indagar se o cenário recente (de menos de dez anos), mesmo com a crise mundial, constituirá um padrão de integração diferente daqueles anteriores e qual o papel dos determinantes econômicos gerais nesse processo. O objetivo deste artigo, por conseguinte, é apreender sob quais determinantes econômicos gerais se deram os padrões de integração da economia nacional e quais as principais consequências das opções da política econômica para o desenvolvimento regional do país durante o século XX (seções 1 e 2); com isso poderemos vislumbrar um panorama, ainda que geral, para o período recente (seções 3 e 4).

1. A INTEGRAÇÃO REGIONAL BRASILEIRA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTISMO (1930-1980)

O desenvolvimento econômico no Brasil apresentou dimensão regional devido primeiramente à forma pela qual o país inseriu-se na divisão internacional do trabalho a partir do período colonial – calcado no trabalho escravo e no latifúndio. A dinâmica primário-exportadora ligava fragmentos do espaço às necessidades e ao comando de economias externas, sem com isso sustentar uma integração regional no país. O desenho espacial desse processo foi a formação dos “arquipélagos regionais” e de uma rede de cidades incipiente e “litorânea”, incapaz de criar hierarquias bem estruturadas e homogeneizar minimamente as bases de acumulação de capital do ponto de vista endógeno.

Essas condições foram transformadas com mais vigor na década de 1930, logo que o motor da dinamização da acumulação interna passou a não ser mais o setor primário exportador e sim a indústria que, apesar de não “afiançar a dominância do capital industrial”⁴ e de não implantar o setor dinâmico de bens de consumo capitalista, já transformava o padrão de acumulação e as regiões do país pelo aumento do grau de urbanização. Como desdobramento do complexo cafeeiro paulista, a industrialização restringida foi capaz de integrar territorial e economicamente o país, fazendo com que a acumulação tivesse um caráter mais endógeno e substancialmente concentrado e comandado a partir de empresas sediadas em São Paulo. Isso não quer dizer, no entanto, que não houvesse preponderância do capital de origem mercantil, mesmo que travestido de outras formas como a financeira, comercial e propriamente industrial. Essa realidade será definitivamente transformada com a industrialização pesada, ainda que frações do capital - principalmente de origem nacional - continuassem a atuar fundamentalmente como capital mercantil (CANO, 1985).

Sobre a capacidade de liderança do capital cafeeiro paulista para engendrar um processo de diversificação em direção ao setor industrial Cano (1998) é taxativo: já nos anos 1920, a economia paulista reunia as condições para conduzir o processo. Nesse sentido, ainda que a economia regional estivesse assentada no café, é relevante o fato de que grande parte de sua força de trabalho era livre. Mesmo que, em princípio, a relação de trabalho não fosse baseada exclusivamente no assalariamento, a conformação da economia paulista sob essas bases permitiu a expansão do seu mercado interno e a diversificação de suas atividades. Isso

⁴ Tavares (1998, p.128).

ocasionou não só o fortalecimento da atividade cafeeira como também permitiu que parte do excedente galgasse as fronteiras da produção de café em direção ao setor urbano e industrial.

Essa argumentação, nos dizeres de Cano (1998), é baseada não apenas na apreciação das condições internas da região, mas também em uma análise comparada das demais regiões do país, cujas características não propiciaram uma acumulação duradoura e capaz de montar as bases de expansão da indústria. O autor destaca a diferença na dimensão da propriedade agrária e das relações de trabalho do Nordeste, do Sul e de São Paulo como pontos centrais da discussão. Ele mostra como a propriedade da terra assentada no latifúndio e a preponderância de relações pré-capitalistas de trabalho no Nordeste engendraram pouco crescimento e que, a partir disso, a débil indústria formada antes de 1930 enfrentou forte concorrência de São Paulo (principalmente no caso do algodão).

Já o caso oposto é observado no Sul do Brasil, onde há desconcentração da produção e do excedente assentados em uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Diante dessa pulverização e apesar de a região apresentar atividades diversificadas, não foi possível uma concentração suficiente de capital capaz de produzir em maior escala e extrapolar os limites da economia local e regional. O Rio de Janeiro e o Espírito Santo foram outras duas economias cafeeiras que por razões de suas estruturas internas não logram um processo de crescimento e diversificação industrial, conforme destacou Cano (1985).

As características da economia paulista propiciaram, portanto, um crescimento das indústrias da região anterior à década de 1930, que edificou sua posição no cenário da integração nacional. Isso se traduziu, entre 1930 e 1955, em uma concentração espacial da produção, principalmente daqueles bens mais elaborados e industrializados que, diante da expansão dos mercados, foi capaz de adentrar e competir nos mercados das diversas regiões. Esse processo, como alerta Cano (1998), apresentou diversas consequências para a periferia do país. Segundo o autor, elas podem ser entendidas com base nos efeitos de *inibição/bloqueio, estímulo e destruição*⁵ que se colocavam no confronto da base produtiva de cada região com as necessidades ou a concorrência da economia paulista.

Para Tavares (1998), dois fatores contraditórios explicam o período da industrialização restringida: o primeiro diz respeito ao fato de que foi a expansão industrial que comandou a acumulação com base no segmento urbano da renda. A ampliação do consumo foi, portanto, um determinante fundamental da realização dos lucros, ou seja,

⁵ Para detalhes sobre esses efeitos ver Cano (1998).

dinamizava a demanda efetiva da economia pela produção de bens de consumo assalariado que puxava, por sua vez, o setor existente de bens de produção. O segundo fator refere-se à insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas e dos suportes internos (financiamento e técnica) para a reprodução ampliada da grande indústria, isto é, diante dos constrangimentos internos era impossível o “crescimento da capacidade adiante da própria demanda” (TAVARES, 1998, p.131). Nesse contexto, a partir da crise de 1929, a substituição de importações e a proteção à indústria nacional foi o esquema responsável por permitir a primeira fase da industrialização com garantia de mercado interno.

Cabe ressaltar também que o Estado teve papel transformador essencial, pois abarcava em sua formação um olhar mais amplo do que aquele apresentado pelos grupos sociais. Isso foi possível porque não havia a hegemonia de um grupo específico capaz de ditar os rumos da história ou impor a generalização de seus interesses. Tal intervenção tinha direção e hierarquia objetivas cujo intuito era de acelerar a industrialização, ou seja, priorizar a expansão interna. Dessa forma, o comando do Estado sobre o avanço das forças produtivas, da divisão social e territorial do trabalho e da própria “estatização das relações econômicas de classes” ganha concretude a partir de 1930.

A industrialização brasileira foi consolidada por um novo ciclo de investimentos que instituiu a chamada “industrialização pesada”, grosso modo, entre a segunda metade da década de 1950 e os anos 1970. Segundo Tavares (1998), foi durante esse largo período que as condições para a reprodução ampliada do capital foram completadas, ou seja, os principais investimentos (Plano de Metas – PM e o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND) foram feitos concentrados no tempo e muito além da demanda preexistente, implantando setores que tinham como característica basilar a capacidade de produzir efeitos de retroalimentação entre as indústrias e no seu interior (indústria de bens duráveis, de bens de capital e intermediários). Isso imputa uma diferenciação fundamental com o período anterior já que, como observado, a acumulação não obedece mais à dinâmica puxada primeiramente pela renda e pelo emprego, mas resulta do investimento autônomo e da produção de bens de consumo capitalistas. O ciclo endógeno da economia brasileira responderia, portanto, aos blocos de investimentos capitaneados pelo Estado e pelo capital internacional, seguidos pelo capital privado nacional.

É importante frisar que esse movimento mais geral de industrialização pesada não foi homogêneo. Por um lado, houve transformações internas que mudaram o cenário político (especialmente com o golpe militar) e o institucional, como as reformas fiscal, tributária e

financeira entre 1966 e 1967⁶. Essas mudanças afetaram sobretudo a condução da política econômica e os ciclos de crescimento, uma vez que, apesar de terem como tônica o controle inflacionário, foram capazes de constituir um arcabouço institucional que servisse de fundamento da política econômica a partir de então. Por conseguinte, foi possível sedimentar aspectos importantes para operacionalizar um projeto que solucionasse alguns problemas de longo prazo do crescimento da economia brasileira – os quais já se manifestavam desde o início da industrialização. Permitiu, grosso modo, a centralização dos recursos fiscais no âmbito federal e a constituição de um sistema financeiro e bancário capaz de organizar os mecanismos de crédito e correção monetária.

Por outro lado, as transformações na economia mundial no início dos anos 1970 – traduzidas no fim de Bretton Woods, na política Volker e nos choques do petróleo – alteraram a ordem internacional vigente desde o pós-guerra e, assim, a natureza e intensidade dos fluxos de capitais e a dinâmica do comércio internacional – vinculada primordialmente ao novo regime de câmbio flutuante e à retração das trocas. As mudanças nos fluxos de capitais são especialmente importantes para a compreensão das diferenças de financiamento do PM e do II PND: no primeiro caso houve participação relevante do investimento externo direto (vinculado à instalação de filiais de transnacionais oligopolizadas, produtoras de bens de consumo duráveis) somado ao financiamento via emissão monetária (inflacionário); no segundo, ganha maior importância a entrada de recursos financeiros, garantido pelo endividamento norte-americano e, conseqüentemente, abundância de dólar no mercado internacional, vinculada inclusive à ascensão do euromercado.

Além disso, o II PND teve como característica constituinte a decisão do Estado em ser o principal agente a dar continuidade ao processo de transformação da estrutura industrial, já que, sob sua perspectiva, eram os desequilíbrios presentes nessa estrutura que geravam os impedimentos para a continuidade do crescimento do país (LESSA, 1977). Nesse contexto, a atuação consorciada do Estado com os capitais estrangeiros e nacionais – característica do PM – foi perdendo espaço para a atuação mais direta do investimento público e das empresas estatais que levavam, a reboque, frações do capital privado num momento em que a dinâmica internacional era desfavorável. Apesar do II PND ter sustentado inversões que permitiram elevadas taxas de crescimento, o plano não foi capaz de concretizar o ajuste estrutural proposto (LESSA, 1975). Como aponta Carneiro (2002), também não logrou reduzir a vulnerabilidade externa, acumulando elevados déficits que, junto com a crise

⁶Sobre essas reformas ver: Oliveira (1981), Tavares (1998) e Cruz (1995).

do financiamento e a estatização da dívida, contribuiriam para a crise financeira do Estado na década de 1980.

Do prisma da economia regional o período entre 1956 e 1973 representou nova onda de concentração da indústria coadunada, principalmente na década de 1960, com forte aumento da urbanização e concentração espacial da população (CANO, 1985). Em relação à indústria, isso se deveu ao perfil setorial dos investimentos realizados a partir de então – bens de capital e bens de consumo durável de maior densidade tecnológica e maior escala de produção – que só poderiam apoiar-se em economias de aglomeração e de urbanização, forjadas principalmente em São Paulo.

Sobre a concentração populacional, que dará feição à metropolização e à urbanização caótica (CANO 2012), os fatores de expulsão das economias regionais descritos por Singer (1998) geraram enormes fluxos, colocando mais fortemente o debate da dimensão social da concentração que já vinha sendo discutida no final da década de 1950 – principalmente em função da exposição do “flagelo da seca” e da concentração dos investimentos produtivos em São Paulo. A dinâmica populacional delineou-se pelos movimentos rural-urbano, rural/urbano-metropolitano e, fundamentalmente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao Sudeste (PATARRA, 2003). Os fatores econômicos e a grande mobilidade da população representavam a modernização conservadora do campo, as péssimas condições de vida e oportunidades nos lugares de origem e, assim, o aumento da pobreza e segregação nas cidades.

Segundo a interpretação de Cano (2012), entre 1962 e 1980 inicia-se a segunda fase da integração do mercado nacional, quando já despontava, de um lado, a necessidade dos capitais industriais extrapolarem algumas fronteiras de valorização, uma vez que havia capacidade ociosa planejada e as oportunidades de investimentos e reinvestimentos no centro estavam reduzidas. De outro, ao anteceder a crise que se colocaria a partir de 1964, os capitais/elites regionais já demandavam do Estado uma articulação no sentido de fomentar políticas de desenvolvimento regional que atraíssem investimentos para suas regiões. É nesse contexto que se criam as “superintendências para o desenvolvimento”, sendo as mais expressivas a Sudene e a Sudam, bem como a Zona Franca de Manaus.

Cabe ressaltar ainda que até o auge da concentração industrial em 1973, apesar da economia paulista apresentar as maiores taxas de crescimento, a periferia também tinha taxas expressivas com diversificação produtiva. Desse padrão de integração resultou uma estrutura

produtiva pautada no mercado interno, cujo impulso dinâmico esteve fortemente ligado ao investimento autônomo e à expansão da demanda.

Esse padrão perdura, do ponto de vista regional, até a década de 1980, mas com uma diferenciação fundamental: a desconcentração produtiva regional⁷ que começa a dar seus primeiros sinais no final dos anos 1960.

Para Cano (2008), o primeiro período da desconcentração se inicia nos anos 1970 e está ligado a uma diversificação e um salto quantitativo e qualitativo da base industrial do país. Nesse momento, em um contexto de intensificação dos investimentos, a periferia obteve um crescimento superior ao pólo do sistema, aprofundando a complementariedade produtiva regional que se deu com expansão da indústria e crescimento dos setores primário e de serviços, os quais serviam também à aceleração da urbanização em todo território. Dois vetores específicos da desconcentração merecem ser mencionados: os investimentos do II PND – nos setores de mineração, transporte, comunicações, etc. – que obrigatoriamente seguiam lógica territorial, já que, por sua própria natureza, a produção deveria ocorrer nos lugares onde os recursos estavam disponíveis; e o crescimento do interior paulista, pautado na dispersão das atividades da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao interior, uma vez que os lugares onde se situavam as empresas passaram a apresentar “deseconomias de aglomeração”.

Cano (2008) compara a variação do PIB setorial do Brasil e de São Paulo, assim como a participação do estado no PIB nacional. O autor mostra que, mesmo com a perda relativa da participação de São Paulo na produção nacional e menor taxa de crescimento do estado em relação ao resto do Brasil, São Paulo ainda sustentou taxas de crescimento relevantes. Isso confirma a hipótese, na qual, na década de 1970, a desconcentração ocorre por um maior crescimento da periferia nacional em relação à economia paulista. Tal desconcentração foi predominantemente industrial, já que as maiores diferenças entre as taxas nacional e paulista foram nos setores secundário e indústria de transformação (agroindústria, mineração, metalurgia básica e infraestrutura) (GUIMARÃES NETO, 1995).

⁷ O tema da desconcentração produtiva no país ganhou corpo a partir do debate de seus determinantes tomados sobre diversas perspectivas teóricas. De um lado os economistas que consideravam a desconcentração predominantemente como fruto de um *trade off* das vantagens aglomerativas *versus* custos locais (DINIZ, C. 1993 e AZZONI 1986). E, de outro lado, aqueles que, de uma perspectiva histórica, interpretaram a desconcentração a partir dos movimentos da economia nacional, contendo em sua análise fatores como o perfil setorial do investimento nos períodos, a forma de inserção externa do país e da atuação do Estado nesse processo (CANO, 2008 e PACHECO, 1996). Este trabalho aborda a questão basicamente sob os parâmetros da segunda abordagem.

Portanto, esse foi o momento em que a periferia é articulada ao centro através da demanda crescente deste por matérias-primas, alimentos e insumos, bem como pela extrapolação de investimentos que buscavam “vantagens locacionais”. Somam-se a isto os diversos projetos regionais que foram conduzidos no período, culminando num crescimento desconcentrador em que não há perdedores em valores absolutos.

Esse momento do processo de desconcentração produtiva regional foi denominado por Cano (2008) como *virtuoso*, pois além de aprofundar os laços industriais entre as regiões, ocorreu em um período de intenso crescimento da economia nacional. Cabe destacar, por fim, que as questões de cunho social não foram resolvidas, mas puderam ser amortecidas no contexto de altas taxas de crescimento, em um momento que ainda era possível à população rural e empobrecida acessar alguns dos “benefícios” do crescimento urbano industrial.

2. A (DES)INTEGRAÇÃO REGIONAL DA ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA POLÍTICA NEOLIBERAL (1980-2003).

Como visto na seção anterior, a produção capitalista do espaço brasileiro até meados da década de 1980 contou com forte presença do Estado, principalmente no âmbito da produção de formas espaciais para intensificar a circulação de mercadorias e pessoas e diminuir seus custos de produção *latu sensu*, dado que “... a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital” (HARVEY, 2006, p.50). No entanto, fatores objetivos e de ordem ideológica mudaram o padrão de acumulação mundial e o viés da atuação do Estado. No primeiro campo, as mudanças no padrão de acumulação mundial, a globalização dos mercados, a reestruturação produtiva, a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e a inflação descontrolada engessaram as estratégias desenvolvimentistas e afetariam sobremaneira as políticas regionais. No campo ideológico tanto os aspectos centrais do neoliberalismo⁸ como o receituário da política econômica do chamado “Novo Consenso”⁹ foram fundamentais para “demonizar” o planejamento e a

⁸ Sobre o neoliberalismo ver: Anderson (1995), Harvey (2005).

⁹ Segundo Arestis e Sawyer (2007) essa corrente advoga que o controle inflacionário é o fundamento do bom funcionamento dos mercados e que a política monetária – controle da inflação via ajustamento dos juros –, numa situação de plena mobilidade de capitais, se sobrepõe à política fiscal. Esta, a não ser em situações específicas, só afeta as variáveis no curto prazo e, por isso, tende a desequilibrar o nível de preços quando utilizada “indiscriminadamente”. A esse cenário corresponde também um nível de equilíbrio no mercado de trabalho, ou seja uma taxa de desemprego. A alteração do equilíbrio de preços relativos em qualquer um dos mercados

intervenção estatal que não estivessem estritamente relacionados à eficiência dos mercados.

A principal consequência das mudanças do cenário internacional para economia brasileira foi a crise da dívida externa que conferiu à economia nacional, principalmente a partir de 1983, um movimento sucessivo de transferências de recursos reais para o exterior. O endividamento externo do setor público e das empresas estatais se ampliava através de dois mecanismos: pelo endividamento adicional via agências governamentais e organismos multilaterais; e pela absorção da dívida externa do setor privado - estatização da dívida. Assim, a exclusão dos países periféricos como o Brasil do circuito financeiro internacional impôs uma série de “desequilíbrios” que apontaram para a incompatibilidade entre o crescimento doméstico e administração da crise. As restrições e o descompasso entre investimento público e privado desmantelaram o padrão de desenvolvimento erigido até então e deixaram o PIB *per capita* praticamente estagnado durante a década (CARNEIRO, 2002).

Outra face perversa do período da crise da dívida é a insistência da inflação. A política de desvalorização do câmbio combinada à política monetária recessiva ocasionou forte instabilidade em torno da evolução dos preços centrais da economia – juros e câmbio – e das expectativas dos agentes. Dessa forma, o setor público (acossado pela crise simultaneamente fiscal e financeira) e o setor privado (com liquidez garantida e "ajustado", mas prisioneiro da incerteza e da ruptura das expectativas) ataram as possibilidades de avançar tanto no controle dos preços quanto na coordenação do desenvolvimento.

Ao priorizar as necessidades de geração de superávits comerciais/ampliação de reservas para fazer frente às exigências dos órgãos multilaterais e ao pagamento da dívida, houve uma guinada na produção com o objetivo de atender os mercados adicionais externos. Esse movimento prejudicou sobremaneira o dinamismo doméstico causando um problema estrutural de sustentação do investimento, cujo desdobramento concreto no ciclo econômico era dado pela diminuição das inversões autônomas e a escassez de crédito para os setores mais dinâmicos. No campo produtivo, as atividades apresentaram um declínio substancial: houve estagnação da produção na indústria de transformação, contrastada pela preservação do crescimento na agropecuária e da extrativa mineral. Isso se expressou também na dissociação do comportamento cíclico desses setores onde aqueles atrelados à dinâmica externa se tornaram autônomos em relação ao ciclo doméstico (CARNEIRO, 2002).

resultaria em distorções na economia o que, especificamente para o caso do mercado de trabalho, justifica a flexibilização, pois a livre flutuação do preço dos salários permitiria o desemprego estar no nível correspondente de equilíbrio sem, com isso, pressionar os preços da economia. Nesse contexto, a política fiscal só deve ser pensada no sentido de equilibrar gastos e receitas do governo, sendo considerada ineficiente na promoção do crescimento devido ao *crowding-out*.

Ademais, a ruptura sistêmica da década de 1970 levou à exacerbação da lógica de acumulação de ativos financeiros e do rentismo. Mudou-se a composição da riqueza social (baseada crescentemente na diversificação do portfólio financeiro), ampliando as assimetrias de crescimento e a distribuição da renda e elevando a um patamar superior a financeirização das empresas. Isso significou uma autonomização relativa entre a valorização financeira e a dinâmica produtiva, sendo a segunda subordinada à primeira.

O Brasil é substancialmente afetado por esse processo quando, nos anos 1990, objetiva a abertura comercial e financeira de sua economia, acarretando não apenas um cenário de forte competição entre a nossa base produtiva e as demais economias, como também a uma forte internacionalização das empresas. As estatais – que até então eram responsáveis pela realização de investimentos e, mesmo que de forma indireta, contribuíam para o planejamento regional do país – foram privatizadas e internacionalizadas, perdendo capacidade de intervenção em ambos os sentidos apontados. Como coloca Vainer (2007, p.11), “A privatização dos setores responsáveis pela infraestrutura acabou tendo como corolário a privatização dos processos de planejamento e controle territorial que são intrínsecos aos grandes projetos”.

Além disso, ainda que o Plano Real tenha controlado o problema crônico da inflação, a partir da segunda metade dos anos 1990, ele o fez com base na abertura financeira e numa política de sistemática apreciação cambial que, de um lado, reforçou os problemas oriundos da abertura abrupta do início da década e, de outro, ampliou os problemas do balanço de pagamentos e subida da taxa de juros, afetando ainda mais as possibilidades de expansão do investimento produtivo. Nesse contexto, do ponto de vista produtivo, a economia brasileira sofreu uma “especialização regressiva”, com redução da participação da indústria no PIB, diminuição do adensamento das cadeias produtivas e aumento da participação dos setores pautados em atividades mais intensivas em recursos naturais e menos intensivas em tecnologia (LAPLANE e SARTI, 2006).

Em um cenário de baixo crescimento o país aprofundou sua inserção periférica de forma que a política econômica adotada engessou os supostos mecanismos “keynesianos” de expansão nacional. Da ótica regional esse padrão resultou em impactos diferenciados, uma vez que a crise econômica e a orientação exportadora, bem como o ajuste microeconômico das novas formas de organização da grande empresa, assumiram em cada região um perfil específico (PACHECO, 1996, p.236). Houve, portanto, uma “especialização” regional crescentemente voltada para atender à demanda externa. Essa forma de integração é distinta

daquela do período anterior, onde a entrada nos mercados externos – inclusive com diversificação da pauta exportadora – ocorria em consonância ao crescimento da economia nacional e o aprofundamento dos elos inter-setoriais e inter-regionais; o que se observa desde o final dos anos 1980 e principalmente pós-1994, ao contrário, é uma integração competitiva das regiões, definidas por suas “vantagens” ao engatarem-se a esse novo padrão de crescimento.

Portanto, apesar de no início da década de 1980 poderem-se sentir os efeitos positivos oriundos da maturação dos investimentos realizados na década anterior, o perfil da economia e da desconcentração produtiva regional mudam radicalmente, inaugurando o que Cano (2007) chamou “desconcentração espúria”, que vai de 1980 até 2005. Como destaca Macedo (2010, p.1),

Do ponto de vista territorial, a almejada desconcentração produtiva que se iniciou no final dos anos sessenta e inícios dos setenta (e ganha impulso a partir do II PND) perde a característica virtuosa que foi, em parte, consequência da integração do mercado nacional e torna-se, cada vez mais, reflexo das forças de mercado e da ausência de políticas regionais de desenvolvimento, descolando-se de qualquer perspectiva de constituição de um projeto nacional com equidade territorial.

O principal sintoma do caráter espúrio foi a diminuição da participação de São Paulo no parco crescimento nacional (1,6% a.a. na década de 1980 e 2,5% a.a. na de 1990), já que, pelos efeitos da crise, o centro foi afetado com mais vigor do que a periferia, que também cresceu a taxas medíocres; isso levou a uma desconcentração mais de caráter estatístico do que uma resultante da ampliação e diversificação da produção complementar a São Paulo na periferia (CANO, 2007, p.25). Entre os setores, que de modo geral foram fortemente prejudicados, os que tiveram desempenho relativamente melhor estavam vinculados às exportações com o incremento da participação do setor primário, da indústria extrativa e do terciário¹⁰. Em que pese tal desempenho, houve um aumento significativo das importações. Apenas a partir de 2003, com o “efeito China”, é que as exportações passariam a crescer de forma mais expressiva, resultando em relativo crescimento econômico.

A suposta convergência da renda nacional média por habitante é mais uma expressão do caráter espúrio, pois, somado ao baixo crescimento da renda média nacional, a estagnação desse indicador em São Paulo fez com que, relativamente, as rendas médias por habitante nas outras regiões crescessem. A renda média por habitante, como apontaram os dados trabalhados por Cano (2008), sofreu queda absoluta, mostrando que, assim como os

¹⁰ Ver Cano (2007, p.31) para dados da estrutura setorial do PIB que apontam essa direção.

indicadores da desconcentração, a convergência da renda média a partir dos anos 1980 deve ser relativizada.

É importante notar que a descentralização de decisões em favor de estados e municípios ocorrida no período abriu caminho para uma das mais perniciosas manifestações da falta de coordenação de uma lógica nacional e integrada de desenvolvimento: a guerra fiscal¹¹. O fenômeno contribuiu para dispersar as atividades pelos estados, mas de forma bastante limitada e vinculada ao enfraquecimento ainda maior da capacidade de o Estado Nacional coordenar o processo de desenvolvimento e pensar a questão regional.

Nesse sentido, Araújo (1995 e 1997) destaca que, de um lado, tem-se uma primazia da chamada integração competitiva da economia nacional com o exterior, onde se priorizam os focos exportadores distribuídos pelo país e, de outro, aumenta-se a concentração dos investimentos nas áreas mais dinâmicas onde estão localizados os elementos necessários à acumulação flexível (mão de obra especializada, proximidade aos centros geradores de conhecimento e tecnologia, proximidade de mercados consumidores de mais alta renda, etc.). Isso se acentua ainda mais com a atomização das decisões de investimento e da apologia sistemática às saídas “localistas” para os problemas regionais do país. Assim, “a estruturação deste [território] depende cada vez mais de decisões microeconômicas que passaram a ser guiadas, exclusivamente, pela lógica mercantil, rompendo qualquer pretensão de equidade que estivera presente no debate regional e urbano brasileiro dos anos setenta” (MACEDO, 2010, p.20). Não é por outra razão que o planejamento regional do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) restringia-se ao estabelecimento de eixos para a inserção competitiva, que orientariam os investimentos em infraestrutura quase que exclusivamente para integrar fragmentos de espaço nacional ao mercado mundial.

Pacheco (1996) também realça outro fator importante para entender a dinâmica regional desse período; o aumento das desigualdades intra-regionais. O autor sustenta que com a desconcentração espúria houve aumento da heterogeneidade dentro das regiões, aumentando a diferença interna da renda, mesmo quando convergente em termos nacionais. Isso mostra a natureza ainda mais desigual do padrão de desenvolvimento adotado a partir da década de 1980, em especial se somado aos resultados perversos da guerra fiscal entre os estados.

¹¹ Sobre guerra fiscal no Brasil ver: Prado e Cavalcanti (1994), Cardozo (2010), Vieira (2012) e Macedo e Angelis (2013).

O esforço exportador, a integração competitiva e a guerra fiscal colocaram para o país, portanto, limites nítidos ao desenvolvimento, abalando o núcleo do aparelho produtivo e afetando, assim, a organização espacial. Esse modelo tencionou os condicionantes que tendencialmente integravam produtivamente o território o que ocasionou a quebra de cadeias produtivas e a “especialização regressiva”, rompendo importantes elos inter-regionais e interestaduais. O resultado, dessa forma, é um cenário de fragmentação econômica e territorial.

Com base em Macedo (2010, p.20) podemos apontar que no período da desconcentração produtiva regional *espúria* a dinâmica e a política macroeconômicas alimentaram os vetores da fragmentação do território em quatro direções principais: primeiro com o ajuste fiscal conservador, diminuindo os investimentos em infraestrutura que possuíam capacidade intrínseca na ordenação territorial. Em segundo lugar, com a desnacionalização de parte da estrutura produtiva e as privatizações, aumentou o poder das grandes empresas sobre a apropriação e ordenação do território; sendo elas muitas vezes transnacionais, outra face da moeda foi o caráter extrínseco das decisões de alocação de parte dos investimentos, reduzindo os centros internos de decisão sobre a coerência regional. O terceiro aspecto diz respeito ao desmonte da burocracia instituída especificamente para pensar o planejamento regional e urbano, esvaziando os instrumentos de ação. Por último, a guerra fiscal apresentou efeitos perniciosos, pois na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional que articulasse de forma coordenada as regiões, edificou-se entre as unidades federadas um leilão de condições mais favoráveis e de adaptação às exigências dos grandes capitais.

3. PRINCIPAIS DETERMINANTES DO PERÍODO PÓS-2003

A primeira década dos anos 2000, apesar de estar assentada sobre o mesmo modelo macroeconômico da estabilização dos anos 1990, apresentou – principalmente a partir de 2004 – mudanças na dinâmica de crescimento, que foi relativamente melhor se comparado às duas últimas décadas do século XX (com média anual de 4,5% a.a.). Entre 1999 e 2003 as políticas restritivas não foram capazes de elevar o patamar de crescimento da economia, mas, a partir do ciclo de valorização dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil e, conseqüentemente, através da absorção externa da produção agromineral, engendrou-se novo ciclo de crescimento. Tal cenário foi possível pelo bom dinamismo da economia mundial, que

puxou as exportações brasileiras, e por uma mudança, ainda que restrita, da política do Estado Nacional.

Concomitantemente a esse aumento das exportações houve também ampliação da entrada de capitais – tanto pelo braço financeiro como pelos superávits comerciais – mantendo a taxa de câmbio valorizada e aumentando o fluxo de importações. Este fator, mesmo tendo efeitos positivos para o controle da inflação, deve ser encarado com cuidado, já que continua a expor a estrutura produtiva à competição externa o que, junto à guerra fiscal, é um aspecto importante da desestruturação do parque industrial e, conseqüentemente, da integração econômica regional do país (CANO, 2012). Além disso, o país ainda teve que enfrentar uma enorme remessa de rendas e serviços, que acabou prejudicando o Balanço de Pagamentos.

Segundo Baltar et all (2009) o crescimento, guiado inicialmente pelas exportações, gerou uma espécie de ciclo expansivo do emprego-renda-emprego. Destarte, aliado ao impulso exterior, a dinâmica foi determinada também por fatores internos como o aumento do consumo, do crédito e do investimento. O aumento do consumo na composição do produto nacional esteve diretamente ligado às mudanças no mercado de trabalho: Baltar et all (2010) e Quadros (2010) apontam que houve geração de empregos, redução da taxa de desemprego, melhoria da estrutura ocupacional e de rendimentos, aumento da proporção de ocupações sob proteção da legislação trabalhista e redução das desigualdades de rendimentos do trabalho no país. Além do crescimento, outros aspectos importantes do período foram a política de valorização do salário mínimo, a maior fiscalização no cumprimento da legislação trabalhista, ampliação das negociações coletivas/sindicais e os impactos do programa de transferência de rendas – como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada. O incentivo à expansão do crédito, junto a um mercado de trabalho mais estruturado, potencializou o efeito do consumo e reativou a indústria, principalmente de bens duráveis.

Hiratuka et al. (2010, p.284) consideram que, especificamente para a indústria, o ciclo 2006-2008 “diferenciou-se dos ciclos anteriores não apenas pela sua intensidade e duração, mas principalmente pelo fato de ter sido sustentado na expansão das demandas externa e interna, sobretudo por esta última, com peso crescente dos investimentos”. Segundo os mesmos autores, o crescimento da formação bruta de capital fixo foi maior que o crescimento do PIB entre 2005 e 2008. Nesse contexto, os investimentos concentraram-se primeiramente na infraestrutura e nos setores industriais exportadores que depois extrapolaram para outras indústrias – especialmente para construção civil.

Nesses campos, tanto o Programa de Aceleração do Crescimento-PAC quanto o Minha Casa Minha Vida-MCMV têm importância especial pós 2008, pois atuam como política anticíclica para o enfrentamento dos constrangimentos oriundos da crise econômica mundial. Mesmo que sejam os principais e mais volumosos programas de investimento dos últimos 30 anos, não podemos esquecer que, do ponto de vista da infraestrutura regional o PAC contém diversos aspectos do programa dos Eixos do governo FHC, ou seja, privilegia, em certa medida, os corredores de exportação ao invés de uma integração do território que objetivasse um aprofundamento maior da estrutura de circulação do mercado interno. Já o MCMV, ao atender predominantemente as necessidades de ampliação da acumulação do setor da construção civil e sem mexer na propriedade fundiária urbana, provocou, nos diferentes estratos de cidades, uma explosão da especulação imobiliária e uma nova onda de periferação e dispersão, cujo impacto urbanístico parece ser comparável ao reiteradamente criticado modelo do BNH dos anos 1960.

Diferentemente do que seria possível pensar, sob o prisma do planejamento e das políticas regionais, não houve grandes mudanças e, apesar da elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional¹², o esforço foi mais de natureza “retórica” do que efetivamente “planejadora”, uma vez que sua execução foi limitada. Isso não significa que os impactos do crescimento não tenham consequências positivas e diferenciadas sobre as regiões. Como atentou Araújo (2012), as políticas setoriais podem conter, implicitamente, uma visão regional e é por isso que determinadas políticas horizontais tendem a diminuir as desigualdades regionais.

No que se refere à desconcentração produtiva regional Cano (2011) sustenta a continuação do processo pós-2003. Segundo o autor, a consolidação e expansão da fronteira agropecuária e mineral, a descoberta de petróleo e a continuidade da guerra fiscal lideraram o processo no período recente. Guimarães (2010) também aponta na mesma direção, mostrando que o ciclo atual de expansão da economia redundou em aumento – mesmo que tímido – da participação das regiões tradicionalmente mais pobres (NO, NE e CO) no Valor adicionado Bruto e no PIB *per capita* do país, decorrentes principalmente da aceleração superior do crescimento desses espaços em relação à média nacional. Mais recentemente, Macedo (2014, p. 28) mostrou que a desconcentração industrial continua, quando SP e o SE perdem quase 2

¹²Guimarães (2006) faz uma boa análise da PNDR e destaca a importância da agenda e das preocupações colocadas no documento, como a atuação multi-escalar do projeto, a sustentabilidade e a participação popular.

p.p. de participação entre 2007 e 2011 no valor de transformação industrial, em detrimento do Sul (+1,5%), CO (+1,4%) e NE (+0,1%).

Ainda com base em Guimarães (2010) e Macedo (2014, p. 32), as economias do NO e NE também se beneficiaram de maiores taxas de operação de crédito e de maiores aumentos nos recursos desembolsados pelo BNDES nessas regiões¹³, ao mesmo tempo em que o comércio varejista nelas teve um crescimento acima da média brasileira, mais do que dobrando o índice de vendas entre 2002 e 2012. Dessa forma, pode-se afirmar que embora diminuta, a aceleração do investimento, em alguma medida, apresentou um caráter regional, ao passo que favoreceu proporcionalmente mais as regiões mais pobres. Não somente a taxa de investimento ensaiou uma aceleração entre 2007-2010, como ela se caracterizou por uma importante participação estatal. Nesse quesito, pode-se destacar o aumento de recursos disponibilizados pelo PAC para as regiões periféricas, onde somente entre 2011-2014 (PAC II) 39% dos recursos foram para o N, NE e CO, como, por exemplo, em transporte (41,6%), energia (41,5%) e água/luz para todos (82,9%).

Destaca-se também o papel proporcionalmente maior dos efeitos das políticas de transferência de renda que dinamizaram a economia de diversos municípios, dado seus impactos sobre a renda disponível e o consumo. Esse movimento foi corroborado também pelos indicadores sociais e do mercado de trabalho, já que a aposentadoria rural, a diminuição da desigualdade na renda do trabalho, o aumento da formalização e da sustentação e expansão do poder de compra do salário mínimo, tiveram impacto mais relevante nessas regiões (MACEDO, 2014, p. 30-35). Cabe ressaltar que o crescimento das cidades médias e a reorientação dos principais fluxos migratórios – aumento da migração de retorno, diminuição do fluxo em direção ao sudeste e aumento em direção ao Sul, CO e NO e arrefecimento do crescimento metropolitano – completam o cenário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro no século XX evidenciou que o crescimento da economia atrelado à integração do mercado interno, ao aprofundamento da divisão territorial do trabalho e ao aumento dos elos de

¹³ Isso não significa, no entanto, que houve uma mudança radical do padrão de relacionamento das economias regionais, uma vez que parte desse direcionamento de recursos e investimentos obedece à lógica da guerra fiscal e da “especialização” regressiva. Também é importante frisar que no plano das Unidades Federadas, principalmente nordestinas, essa desconcentração significou aumento das desigualdades regionais (GUIMARÃES NETO, 2010).

complementariedade regional tende a gerar taxas de crescimento maiores não apenas no centro dinâmico como também na periferia nacional. Isso não quer dizer que o crescimento, ainda que fundamental para as mudanças estruturais das economias periféricas, seja condição exclusiva para a superação das desigualdades regionais subjacentes às condições históricas do subdesenvolvimento. O que se observa é um processo contínuo e contraditório de produção de nova configuração regional, nos marcos do subdesenvolvimento, ainda que o Estado por meio do planejamento e da execução de políticas tencione no sentido de conferir uma expansão menos concentradora.

Nesse sentido, os anos entre 1980 e 2003 também reafirmaram que a periferia do sistema capitalista é muito mais suscetível aos desequilíbrios causados pelas mudanças na economia mundial e que, diante disso, a opção do Estado por políticas de corte neoliberal tende a beneficiar o interesse privado – dos agentes nacionais e internacionais – em detrimento dos interesses coletivos nacionais. A permanência da posição dependente na nova fase do capitalismo contemporâneo pela globalização produtiva e financeira abre espaço maior para o rentismo, enfraquece as cadeias produtivas, diminui o componente tecnológico da produção interna e das exportações e, mesmo quando desconcentra a produção, o faz com base em uma “especialização regressiva”, uma desvalorização da força de trabalho e uma “integração competitiva”, reafirmado todo tipo de disparidades.

O período recente aponta numa direção distinta, mas que não está econômica e socialmente compreendido de forma precisa. Como já explicitado, após o estímulo do ciclo de valorização dos preços das *commodities* e do crescimento das exportações (efeito China), a economia nacional apresentou um ciclo expansivo “emprego-renda-emprego” calcado também na ampliação do investimento, cada vez mais voltado para os setores que atendiam o crescimento da demanda interna. Findo esse estímulo, a questão que se apresenta ao governo “neodesenvolvimentista” do PT (preso ao pacto inter-elites e ao sistema internacional) é como se pode dar continuidade a esse processo, dentro da ordem, concomitantemente a um arrefecimento da economia mundial. Essa questão, que perpassa várias dimensões, do ponto de vista regional significa a prevalência dos condicionantes internacionais e não-produtivos sobre o espaço nacional, preservando as desigualdades regionais nos seus aspectos econômicos e sociais.

Em outras palavras, no contexto de taxas diferenciais de crescimento maiores entre o país e o resto do mundo e o câmbio valorizado tendem a diminuir ainda mais o saldo comercial pelo substantivo aumento das importações e, contra essa disposição, seria

necessário conter a apreciação cambial articuladamente a uma política industrial efetiva, capaz de dar mais qualidade à inserção externa do país. Do ponto de vista regional é necessário reverter os elementos que pressionam a fragmentação do território, entre os quais está a especialização regressiva que ocorre, desde os anos 1990, com o espraiamento da produção direcionada quase que exclusivamente ao mercado externo e que, desse modo, tem condicionado a montagem das infraestruturas regionais unicamente como “corredores de exportação”. Esse padrão de organização territorial, se não for revertido, tende a aumentar a subordinação do espaço nacional às decisões extrínsecas, muitas vezes contrárias à autonomia nacional (MACEDO, 2010).

No plano interno, deve-se atentar para o fato de que o efeito multiplicador engendrado pelo consumo e pelo aumento da renda ainda tem potencial, embora decrescente, na dinamização da economia (CARNEIRO e MATIJASCIC, 2011). Tanto a desconcentração da renda quanto o aumento da renda disponível por mecanismos fiscais de maior progressividade podem ajudar nesse sentido. O crédito, outra categoria importante para se entender o crescimento recente, também apresenta limites, dado principalmente aos altos *spreads* bancários que, mesmo com políticas mais agressivas dos bancos públicos para sua diminuição, ainda persistem perante as altas taxas de juros.

O terceiro pilar da política atual, o investimento, é a mais fundamental para se explicar o comportamento do crescimento. O investimento recente foi preponderantemente induzido pela demanda (primeiramente externa e posteriormente interna), resultando em ocupação e criação de capacidade. Esse padrão, apesar de tudo, não foi capaz de gerar um ciclo de investimento autônomo, vis a vis aquele típico padrão do período 1955-1974, sendo esse o principal desafio contemporâneo. O Estado tem papel fundamental, já que pode atuar como credor, como investidor e através de uma política monetária menos restritiva, mas que é tolhido pelo agravamento das contas públicas e pelas medidas de ajustes neoliberais impostas pelo sistema financeiro internacional.

Por fim, cabe destacar que o aumento do investimento e as maiores taxas de crescimento não necessariamente promovem maior equidade regional. Como aponta Guimarães (2010, p. 17), a expansão da economia pode gerar ou aprofundar distorções ou mesmo não aproveitar/criar da melhor forma possível as potencialidades que cada região oferece. Destarte, atrelada a uma política macroeconômica, setorial e social que garantam a continuidade do crescimento, as políticas “explicitamente regionais” tem a capacidade de minorar a concentração e as disparidades regionais, dando mais coerência ao território e ao

mercado nacional. Isso reforçaria o papel dos condicionantes internos no ciclo de crescimento, reduzindo o caráter dependente da economia brasileira perante as oscilações da economia mundial e aumentando também a autonomia em relação à formulação de um projeto nacional de desenvolvimento. Evidentemente, tal conformação, significaria uma disputa política no seio da estratificação social brasileira, o que revela a profundidade da crise atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, P. (org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ARAÚJO, T. B. Dinâmica Regional Brasileira: rumo à desintegração competitiva? In: **Anais do Encontro Nacional da ANPUR**, Recife: Anpur, 1995.

ARAUJO, T.B. **Desenvolvimento Regional no Brasil**. Campinas: IE/Unicamp, 30 de maio de 2012. (comunicação oral).

ARAUJO, T. B. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av. [online]**. 1997, vol.11, n.29, pp. 7-36.

ARESTIS, Philip (Ed.). **Is there a new consensus in macroeconomics?**. Palgrave Macmillan, 2007.

AZZONI. C. R. **Indústria e reversão da polarização no Brasil**. São Paulo: Fipe/USP, 1986.

BALTAR, P. (coord). Estrutura do Emprego e Renda. **Projeto PI**. Unicamp/UFRJ. 2009 (mimeo).

BALTAR, P. et. al. Moving towards decent work. Labour in the Lula Government: reflections on recent brazilian experience. In: **Global Labour University Working Papers**. nº 9, 2010.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

CANO, W. **Desconcentração produtiva do Brasil 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2007.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. São Paulo; Campinas, SP: Global Ed.: Editora da UNICAMP; 1985.

CANO, W. **Ensaio sobre a Economia Urbana do Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CANO, W. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP. n.193, julho 2011.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 4. ed. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1998.

CARDOZO, S. A; CANO, W. (orient.). **Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990**. 2010. 330 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

CARNEIRO, R. e MATIJASCIC, M. (orgs.) **Desafios do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2011.

CRUZ, P. D. Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta, In: L. G. BELLUZZO e R. COUTINHO. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil**, v. 2. São Paulo: Brasiliense, 1983

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, 1993

GUIMARÃES NETO, L. Nota técnica sobre o tema: “Desigualdade Regional”. In: **Brasil 2003-2010: trajetórias e resultados**. Brasília: CGEE; Recife: CEPLAN, 2010. (mimeo).

HARVEY, D. **A Produção Capitalista do Espaço**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HIRATUKA, C. e SARTI, F. (coord). **Perspectiva do Investimento na Indústria**. Rocha et. al. **Projeto PIB**, Unicamp/UFRJ. 2010.

LAPLANE, Mariano; SARTI, Fernando. Prometeu acorrentado: o Brasil na indústria mundial. In: CARNEIRO, Ricardo (Org). **A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

LESSA, C. Visão crítica do II PND. **Tibiriçá**, ano II, no. 6, jan-março, pp. 47-72 (disponível no CEDOC-IE), 1977.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

MACEDO, F. M. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana no Brasil (1989-2008)**. Tese (livre-docencia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. 2010.

MACEDO, F. M.; ANGELIS, A. Guerra fiscal dos Portos e Desenvolvimento Regional no Brasil. **REDES** (Santa Cruz do Sul), v. 18, n. 1, p. 185 - 212, jan/abril 2013.

MACEDO, F. M. Um Estudo sobre o FNE. **Relatório parcial**. Projeto Avaliação da política regional brasileira. UNICAMP/IPEA. Campinas, setembro de 2014 (mimeo).

MARINI, Ruy M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: MARINI, Ruy M. e MILLÁN, Mária (orgs). **La teoría social latinoamericana**, v. 4, p. 49-68, 1996.

OLIVEIRA, F. A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil. **Brasil debates**, 1981, cap. 2, pp. 39 a 87.

PACHECO, C. A. **A Questão Regional Brasileira pós-1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Campinas, 1996. Tese de Doutorado – Unicamp.

PATARRA, N. L. Movimentos migratórios no Brasil: tempos e espaços. **Textos Para Discussão Ence**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 1-55, 2003.

PRADO, S., CAVALCANTI, C. E. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap/FAPESP; Brasília: IPEA, 2000, 146 p.

QUADROS, W. (2010). Melhorias Sociais no Período 2004 a 2008. In: **Texto para Discussão** nº 176, IE-UNICAMP, Campinas.

SARTI, F e HIRATUKA, C “Desenvolvimento industrial no Brasil: oportunidades e desafios futuros. Campinas: IE. **Texto para Discussão** nº187.

SINGER, P. **Economia Política da Urbanização**, 14ª. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 155pg.

TAVARES, M.C. **Ciclo e Crise: O Movimento Recente da Industrialização Brasileira**. Campinas, IE-Unicamp, 1998.

VAINER, C. Planejamento Territorial e Projeto Nacional – Desafios da Fragmentação. **RB Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, maio 2007.

VIEIRA, D. J. **Um estudo sobre a Guerra Fiscal no Brasil**. 2012. 218 fls. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas.

CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS DA REGIÃO DO EXTREMO SUL CATARINENSE: UMA ANÁLISE ENTRE O RURAL E O URBANO¹⁴

Dimas de Oliveira Estevam¹⁵

Tiago Pereira Jorge¹⁶

Giovana Ilka Jacinto Salvaro¹⁷

Resumo: O presente artigo discute características socioeconômicas dos municípios da AMESC (Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense) com enfoque nos aspectos rurais e urbanos, a fim de identificar possíveis predominâncias. Para isso, apresenta-se a discussão teórica que procura caracterizar o rural e o urbano, na atualidade, em diferentes perspectivas. O artigo tem como objetivo analisar se a AMESC se caracteriza como uma Região rural e/ou urbana. A metodologia utilizada foi a descritiva documental baseada em dados estatísticos disponíveis nas seguintes bases: IBGE, IPEADATA, SIDRA e relatórios do movimento econômico da AMESC. Os resultados da pesquisa sobre aspectos sociais, baseadas no grau de instrução e média de idade sinalizam que os mesmos estão abaixo dos apresentados pelos dados estaduais e nacionais. Em relação aos aspectos econômicos, os números contidos no valor adicionado, demonstram a forte dependência econômica do setor primário (agropecuário) em comparação aos demais setores da economia (indústria e comércio), tendo nas culturas do arroz, fumo e aves. Conclui-se, com base nas informações coletadas, tanto no aspecto social quanto no econômico que a região da AMESC, os aspectos predominantes são os rurais.

Palavras-chaves: Rural, Urbano, Desenvolvimento regional. AMESC.

SOCIOECONOMIC CHARACTERISTICS OF THE SOUTHERN END OF SANTA CATARINA REGION: AN ANALYSIS BETWEEN RURAL AND URBAN

Abstract: This article discusses socioeconomic characteristics of the municipalities of AMESC (Association of Municipalities of Far South Region Santa Catarina) with a focus on rural and urban aspects in order to identify possible predominance. For this, we present the theoretical discussion that will characterize the rural and the urban, today, in different perspectives. The article aims to analyze the AMESC is characterized as a rural and / or urban region. The methodology used was the documentary descriptive based on available statistical data on the following basis: IBGE, IPEADATA, CIDER and reports from AMESC of economic movement. The results of research on social aspects, based on education level and average time indicate that they are below submitted by state and national data. With regard to economic aspects, the numbers contained in the value added, demonstrate the strong

¹⁴ Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VII Encontro de Economia Catarinense, realizado em 2013.

¹⁵ Professor de graduação do curso de ciências econômicas e do programa de pós graduação em desenvolvimento socioeconômico ambos da UNESC. Email: doe@unesc.net

¹⁶ Graduado em ciências econômicas pela UNESC. Email: tiagojorge.sjs@hotmail.com

¹⁷ Professora de graduação do curso de ciências econômicas e do programa de pós graduação em desenvolvimento socioeconômico ambos da UNESC. Email: giovanailka@gmail.com

economic dependence on the primary sector (agriculture) compared to the other sectors of the economy (industry and trade) and in rice crops, tobacco and birds. We conclude, based on the information collected, in both social and in the economic region of AMESC, the main features are rural.

Keywords: Rural, Urban, Regional Development. AMESC

INTRODUÇÃO

Na atualidade, muito se tem questionado acerca das definições sobre a divisão entre os espaços rurais e urbanos. E, conseqüentemente, as características delimitadoras, tanto nos aspectos sociais quanto no econômico. O objeto de estudo deste artigo é analisar se a AMESC (Associação dos Municípios da Região do Extremo Sul Catarinense) caracteriza-se como uma região rural e/ou urbana. Se no país as divergências sobre as definições são inúmeras, na região essa questão é ainda mais acentuada, pois inexistem estudos voltados sobre esta questão.

A AMESC é constituída por municípios com baixa densidade populacional se comparada a outras regiões do Estado e do país, contudo são raros os estudos retratando as questões sociais e econômicas da Região. A AMESC localiza-se no Extremo Sul Catarinense e é composta por quinze municípios: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo.

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa descritiva documental e bibliográfica. As bases de dados utilizadas foram coletadas, por meio eletrônico nas seguintes fontes: IPEADATA, IBGE, SIDRA e IBGE cidades. Outra base, usada foram os relatórios do movimento econômico da AMESC. Na análise das informações, foram utilizadas abordagens quantitativa e qualitativa

Além desta introdução, o artigo está estruturado conforme segue: discussão sobre aspectos rurais e urbanos em diferentes visões; apresentação das informações levantadas sobre as características gerais da região da AMESC e; considerações finais.

1. RURAL E URBANO EM DIFERENTES VISÕES

Os estudos para delimitar o que se entende por rural e/ou urbano, na atualidade, são

controversos. Para Biazzo (2008), o “rural” e o “urbano” são vocábulos que adquirem significados variados, conforme são encarados em suas múltiplas dimensões: política, econômica, cultural, ambiental e social. Para diferenciar e denominar espaços (rural e urbano), é imprescindível se ter um bom entendimento do que forma o espaço. De acordo com a definição de Milton Santos (1998), o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade.

Embora o espaço se transforme, corriqueiramente com o efeito da globalização, qualquer localidade acaba por interagir com outra, neste sentido, determinada localidade pode mudar constantemente suas características por consequência desta interação (BLUME, 2004). Deste modo, mesmo que se defina o que se entende por rural e urbano, esses espaços irão interagir. Como resultado, desta interação, em alguns momentos, o rural pode conter características pertencentes ao espaço urbano e este pode conter características pertencentes ao rural, tornando-se, desse jeito, mais complexa a discussão que distingue o rural do urbano.

A relação entre estes espaços é cada vez mais próxima, a população urbana idealiza o rural como local de lazer e descanso. O rural por sua vez, tem elementos característicos das cidades. Entretanto, o contrário do que parecia, a “urbanização” do campo não trouxe o fim das comunidades rurais (BIAZZO, 2008).

As atividades industriais cada vez mais se infiltram no meio rural, influenciando as características rurais, muda o modo como determinadas populações se comportam, em alguns casos, alterando hábitos e profissões em virtude destas transformações (BLUME, 2004). Graziano da Silva (1999) denominou esse processo de “urbanização do campo”, em que o rural não pode mais ser pensado, apenas, como lugar de produção de matérias-primas e fornecedor de força de trabalho. Neste sentido, o corte rural/urbano não pode ser feito a partir das atividades desenvolvidas por seus habitantes. Segundo Graziano da Silva (1999), em muitas ocasiões a não produção agrícola pelos indivíduos não caracteriza o território como urbano, ainda assim, ele pode ser considerado rural. Características como a presença de luz elétrica, água encanada, coleta de lixo, por exemplo, não são apenas características urbanas.

Não se pode desconsiderar a “influência” que o espaço urbano exerce no âmbito rural, mas segundo Carneiro (2008), é preciso ter cuidado, porque o rural continua com suas especificidades fortalecidas, uma vez que não se pode generalizar a mudança de identidade da população rural. Os efeitos da expansão da racionalidade urbana sobre o campo, provocada pela generalização da lógica do processo do trabalho e da produção capitalista intensificados

pelos mecanismos da globalização, não podem ser tratados com negligência. É precipitado concluir que tal processo resultaria na dissolução do agrário, e na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida do campo.

Outro autor a estudar a questão rural e urbana é José Eli da Veiga (2003). Em seus estudos sobre a ruralidade brasileira, tenta se desprender da ideia de que desenvolvimento tecnológico é sinônimo de urbanização. É antiga e ilusória a visão de que o campo é atrasado e que nesse espaço não há desenvolvimento.

Por se tratar de questões controversas, a seguir se aprofundará o debate sobre o rural e o urbano a partir de quatro autores/as distintos: a abordagem da visão territorial de Ricardo Abramovay, autor com vasta produção nesta área; a discussão de José Graziano da Silva sobre o “novo rural brasileiro”, devido ao crescimento das atividades não agrícolas, que se dá em decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais; a crítica de José Eli da Veiga, sobre definições de rural utilizadas pelos órgãos governamentais no Brasil; as ponderações de Maria José Carneiro sobre a ruptura da identificação entre o rural e o agrícola, propondo que é preciso pensar o rural para além desta dicotomia.

1.1 Características das regiões rurais em Ricardo Abramovay

Para não se cometer os mesmos erros analíticos, em que o rural era sinônimo de atraso e o urbano, lugar de desenvolvimento, a abordagem da visão territorial do desenvolvimento é necessária neste estudo. Fez-se a opção pela abordagem de Ricardo Abramovay por se tratar de um autor com vasta produção nesta área. Desta forma, a definição de território possibilita avançar sobre o entendimento das características sociais, culturais e econômicas das regiões rurais do país, ao evidenciar como os diferentes sujeitos (públicos e privados) se relacionam num determinado espaço. O processo de desenvolvimento é o resultado da forma específica como são usados os fatores materiais e imateriais disponíveis num território (ABRAMOVAY, 2006).

Para o autor citado, a noção de território contribui para os estudos das regiões rurais sob quatro dimensões: primeiro, é a sua contribuição para abandonar a noção estritamente setorial, que considera a agricultura como único setor e os agricultores como únicos sujeitos; segundo, a ideia de território evita a confusão entre processos de desenvolvimento e crescimento econômico; terceiro, possibilita compreender situações localizadas por meio de estudos

empíricos dos sujeitos e suas organizações; por último, o território demonstra a relação presente entre sistemas ecológicos e sociais.

Com o crescimento das áreas urbanas e, também, a concentração de riqueza nas cidades, as regiões rurais foram ignoradas, mas, ao contrário do que se imagina, o rural tem se valorizado em muitos países desenvolvidos. Conforme o autor, nos EUA e na França, significativa porção da população rural vive no campo, e não necessariamente essa população tem relação com a produção agrícola. Não se discute somente a valorização da agricultura no mundo, e sim a crescente importância do ambiente rural, cada vez mais valorizado e procurado pelas pessoas das cidades, apoiado em suas diversidades biológicas e paisagísticas (ABRAMOVAY, 2003).

Em meio a tantas definições utilizadas em diferentes países, ainda não há uma que contemple a todos. Definir o rural através de sedes administrativas, das atividades desenvolvidas ou tamanho da população deixa a desejar em vários aspectos. De acordo com Abramovay (2003, p. 24), “as cidades não são definidas pela indústria, nem o meio rural pela agricultura”, claro que a região na qual a agricultura desponta, a tendência é que seja uma área rural, mas esse aspecto sozinho não consegue explicar a ruralidade.

Características mais generalizadas que procuram definir o rural são apresentadas por Abramovay (2003, p. 25) como “a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano”. Nas áreas rurais, as populações tendem inevitavelmente a ter um maior contato com a natureza, não necessariamente ligado ao agrícola, mas às diversas atividades que, cada vez mais, são desenvolvidas e têm relação com a natureza, sejam elas turísticas ou de aproveitamento dos recursos naturais.

Um aspecto importante e curioso pode ser visto nos habitantes rurais, nestes espaços, as pessoas se conhecem e mantêm relação de companheirismo e vizinhança, formam grupos nas comunidades e interagem mais intensamente, diferentes da cidade, em que se acentua o individualismo e a competitividade. Por isso, algumas pessoas procuram as regiões menos povoadas para fugir da solidão e do individualismo da cidade e buscam o aconchego familiar e a convivência comunitária das áreas mais esvaziadas (ABRAMOVAY, 2003).

O desenvolvimento rural e a valorização das áreas menos povoadas ainda são pouco discutidos. É imprescindível que a sociedade desprenda a noção de desenvolvimento rural a determinado setor e assuma outras ideias sobre o ambiente rural.

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (agrícola), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. [...] O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas as protagonistas centrais da construção dos novos territórios. (ABRAMOVAY, 2003, p.98).

Neste sentido, a visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Desta forma se justifica o estudo com base no autor para além do enfoque rural como sinônimo de produção agrícola.

1.2 O “novo rural brasileiro” de José Graziano da Silva

O crescimento das atividades não agrícolas, para Graziano da Silva (2001), se dá em decorrência da ampliação do mercado de trabalho urbano para as áreas rurais, principalmente as mais próximas das cidades. Destacam-se também as famílias pluriativas, que se caracterizam pela combinação de atividade agrícola a outras ocupações, como estratégia familiar de melhoria das condições de vida e/ou como condição de permanência no campo.

O pressuposto do autor é de que, cada vez mais, o urbano e o rural ficam parecidos. Desta forma, Graziano da Silva (1999) defende que o rural adquire características urbanas e, assim, diminui a distância entre ambos. O rural acaba sendo uma extensão do urbano na constituição conceitual do “novo rural brasileiro”. Este é formado por características específicas como: a presença de uma agropecuária moderna e de grandes extensões de terra, conhecida também como o *agribusiness* (agronegócio) brasileiro; a existência de atividades de subsistência com pequenas propriedades, que utilizam ferramentas rústicas e pouca tecnologia; trabalhadores que foram excluídos do processo de modernização da agricultura; atividades não agrícolas de lazer para os turistas e de moradia; e novas atividades agropecuárias que estão ganhando importância como atividade econômica.

Para explicar a expansão das atividades não agrícolas no meio rural, Graziano da Silva (1999, p. 29) afirma que “[...] as atividades agrícolas vêm se convertendo em ocupações parciais e de remuneração insuficiente para manter as pessoas residentes no meio rural em condições dignas de vida”. O motivo pelo qual as pessoas procuram diversificar suas atividades fora da atividade agropecuária estaria na massa de trabalhadores marginalizados pela modernização da agricultura, com rendimentos insuficientes para viver dignamente. Desta maneira, procuram outras atividades para complementar e diversificar a renda. Pode-se

afirmar que o rural brasileiro não pode mais ser tomado como o conjunto de atividades agropecuárias. O rural ganhou ‘novas funções’ e ‘novos’ formas de ocupações.

Estes fatores apontados pelo autor seriam os responsáveis pela evasão da população rural do setor agrícola. Ou seja, a queda dos preços dos produtos agrícolas, afeta diretamente a renda das famílias do campo, o que tem sido demonstrado não só pelos levantamentos estatísticos, como também, pela própria população afetada. Por isso, muito agricultores familiares desejam ver seus filhos longe da atividade agrícola, sob a justificativa de que “não dá mais para viver da agricultura”, tem sido uma das evidências mais decisivas desse processo. Tais constatações reforçam o questionamento da identificação do rural ao agrícola, o que seria uma visão estreita do rural para o autor.

1.3 A abordagem territorial de José Eli da Veiga

As atuais definições sobre o rural utilizadas pelos órgãos governamentais, no Brasil, têm características específicas quando comparadas com outros países. No país, considera-se urbano toda sede de município, não importando o tamanho e a quantidade de habitantes, de modo que pequenas sedes municipais, vilas e distritos são consideradas urbanas. Com base neste critério, mais de 80% da população brasileira é considerada urbana (VEIGA, 2003). Isso pode ser comprovado no censo demográfico de 2010, em que 84,36% da população é considerada urbana e 15,64% rural (IBGE, 2010).

Dentre os principais críticos desta metodologia, José Eli da Veiga se destaca com seus questionamentos sobre as legislações e classificações, ainda, utilizadas no Brasil. Para Veiga (2003, p.55), as classificações vigentes são atrasadas e equivocadas, colocando “o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial”. Do ponto de vista de Veiga (2003), as definições de espaço urbano, espaço rural e espaço intermediário, o meio rural não pode, de maneira alguma, ficar isento de políticas governamentais especificamente voltadas ao seu desenvolvimento, como tem acontecido.

Não é admissível que se considere mais de 90% do território brasileiro, 80% de seus municípios, e 30% de sua população como mero resíduo deixado pela epopéia urbano-industrial da segunda metade do século 20. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem entre 4.500 e 5.000 cidades imaginárias. (VEIGA, 2003, p.36).

Focando inicialmente sua crítica ao Decreto-lei nº 311 de 1938, Veiga (2003) considera inaceitável classificar as sedes de pequenos e médios municípios como cidades. Em sua classificação mais criteriosa, o país pode ser dividido em: aglomerações metropolitanas,

aglomerações não metropolitanas, centros urbanos e mais alguns municípios de médio porte com certas características poderiam ser chamados de cidades. Já o restante dos pequenos e médios municípios, que passa de quatro mil, conforme o autor, não deve, de forma alguma, levar o título de cidade.

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculado a lides agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, mineiras, ou recreações dependentes da natureza. (VEIGA, 2003, p.56).

Outro fator que tem contribuído para o processo de urbanização é que os pequenos municípios, principalmente com problemas financeiros, as questões tributárias prevalecem no momento de definir as áreas urbanas. Não se trata de estabelecer a culpa pela preferência tributária aos legisladores e nem mesmo à sociedade, mas ao sistema tributário que deixa espaço em que se criam equívocos que desmesuram os territórios municipais.

A Constituição Federal de 1988 conferiu maior autonomia às prefeituras para gestarem e planejarem o território de seus municípios. Em termos de captação de recursos, a administração municipal, frente às novas exigências orçamentárias, viu-se obrigada a ampliar seu leque de negociações. Uma das saídas foi se articular na escala nacional e até mesmo na internacional para atrair investimentos externos para os cofres municipais. Mas, nem todas as administrações detêm este poder de articulação externa. Assim, frente às crescentes dificuldades financeiras, muitas administrações municipais optam por concentrarem suas rendas sobre suas fontes locais. Uma destas fontes locais é a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), imposto municipal, cujas taxas incidem sobre a propriedade imobiliária urbana. [...] Ao se alterar o perímetro urbano dos municípios, as antigas áreas de cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), imposto federal arrecadado para os cofres da união, se convertem automaticamente em Imposto Predial e Territorial Urbano, tributo que passa a ser recolhido pela prefeitura municipal. (BLUME, 2004, p. 79).

Na busca de realizar comparações com normas internacionais, Veiga (2003) encontra pouquíssimos países com classificação semelhante à brasileira (El Salvador, Equador, Guatemala e República Dominicana). Caso se utilizasse o parâmetro demográfico da OCDE (Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico), que estipula um mínimo de 150 hab./km² para que uma localidade seja considerada urbana, no ano 2000, dos 5.507 municípios brasileiros, apenas 411 poderiam ser classificados como urbanos. Neste sentido, não se pode aplicar essa mesma densidade para o caso brasileiro que possui extensão enorme do seu território com vazios humanos. Em 2010, cerca de 70% dos municípios tinham menos de 20 mil habitantes, segundo dados do Censo Demográfico.

De acordo com Veiga (2003), além dos municípios que poderiam ser tranquilamente considerados urbanos, tem-se uma divisão para o restante dos municípios brasileiros. A parcela dos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes ou com densidade

demográfica superior a 80 hab./km² são os chamados municípios “rurbanos”, estes estão mais próximos de serem vistos como cidades, e ainda se tem a parcela restante dos municípios que seriam essencialmente rurais segundo esses critérios demográficos.

Atualmente, a população é conhecida como rural ou urbana através das pesquisas demográficas realizadas pelo IBGE. O Instituto, por sua vez, segue a legislação municipal vigente no momento da coleta de dados, e assim as Câmeras de vereadores são as responsáveis pela delimitação geográfica administrativa dos municípios. Lembrando que entre as áreas urbanas estão inclusas as AUI (Área Urbana Isolada), que são pequenas aglomerações (vilas) no meio do território rural, no qual o legislativo municipal entende ser de características urbanas. E mais uma vez a definição pode ficar à mercê de alguns legisladores municipais.

Com o objetivo de contribuir com análise da realidade brasileira, Veiga (2001, p.19) classifica os municípios “rurbanos” e rurais em três categorias:

- A dos esvaentes, que tiveram fortes quedas populacionais relativas (e muitas vezes absolutas);
- A dos letárgicos, que também tiveram perdas relativas, mas assim mesmo cresceram em termos absolutos em compassos não muito distantes aos de seus respectivos estados;
- E a dos atraentes, que tiveram crescimentos superiores aos seus estados.

Com base nas informações do censo demográfico de 1991 e de 2000, Veiga (2001) classificou 567 municípios brasileiros como sendo “rurbanos”. Destes, 166 estão na categoria de esvaentes, 152 são letárgicos e 249 atraentes. Na evolução da população de 1991 até 2000, os “rurbanos” cresceram 15%, os cresceram 27,2%, os letárgicos 11,7% e os esvaentes cresceram apenas 3,4%.

Caso fosse utilizar as mesmas classificações para os 4.485 municípios rurais no país, um grande crescimento de 31,3% para os 1.109 municípios atraentes, crescimento de 9,7% para os 1.351 municípios letárgicos e uma diminuição de 5,3% na população dos 2.025 municípios esvaentes e rurais poderiam ser observadas. No total dos 4.485 municípios rurais, cresceram somente 8,1% no período de 1991 a 2000, sendo que, no mesmo período, o país cresceu 15,5%. (VEIGA, 2001).

Com as definições de Veiga (2001) e os dados demográficos, conclui-se que há considerável dificuldade nos municípios rurais em aumentar sua população, sendo que boa parcela destes mal conseguem manter sua atual população. No entanto, se ocorre à urbanização do campo, esta acontece nos municípios “rurbanos” ou até mesmo nos atraentes, mas precisa-se trabalhar a ideia de desenvolvimento rural em todo o território e em todos os municípios, sejam eles rurais ou “rurbanos”, atraentes ou esvaentes.

Foi observado nos países desenvolvidos que a urbanização do campo não é a única forma de desenvolvimento para o meio rural. O rural tem suas características próprias que devem ser respeitadas pelos agentes tomadores de decisão. O desenvolvimento rural não é uma miragem avistada por alguns, mas uma realidade próxima. Necessita de políticas e esforços simultâneos dos gestores e estudiosos para chegar à realidade do desenvolvimento rural, fortalecendo suas especificidades.

A visão de uma inelutável marcha para a urbanização como única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. (VEIGA, 2003, p.86).

Com o desenvolvimento tecnológico no campo, a tendência é que no futuro o Brasil tenha cada vez menos população economicamente ativa que trabalhe na agropecuária. E, ainda, o que ocorre com muitas políticas públicas faz aumentar o problema, com a preferência por grandes fazendas patronais e a conseqüente expulsão de agricultores familiares para os centros urbanos e aglomerações metropolitanas (VEIGA, 2003).

1.4 A ruptura da identificação entre o rural e o agrícola de Maria José Carneiro

Inicialmente cabe ressaltar que aceitar os limites das categorias “rural” e “urbano” não significa abolir o seu uso ou reafirmá-lo. Segundo Carneiro (2008), o rural não se restringe ao agrícola e nem se trata de mera criação imaginária. Não é apropriado, muito menos, buscar uma essencialidade para essas categorias, de maneira a restituir uma função classificatória. Tais observações levam à necessidade de reconhecer o estatuto teórico das referidas categorias.

Caberia, na concepção da autora supracitada, partir para a análise das ruralidades contemporâneas com a atenção voltada para essa distinção básica, para não incorrer o risco de confundir representações sociais com categorias analíticas. Nesses termos, a autora considera que a noção de rural corresponde a construções simbólicas, pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos. Através dessa classificação, é possível compreender a sociedade e construir uma representação do mundo social em torno do tempo e do espaço. Em outros termos, defende a autora que a noção de localidade não define a natureza do que seja rural ou urbano de um grupo ou de suas práticas.

A noção de localidade, conforme Carneiro (2008), não se traduz pelo espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Tal classificação seria útil porque supõe um

espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (sociabilidade, solidariedade, disputas e conflitos) que dão sentido aos seus habitantes, ou seja, uma referência identitária. Nesse caso, estar-se-ia diante de um processo de construção das múltiplas identidades que conformam o indivíduo na sociedade contemporânea.

A partir dessas considerações, a autora propõe como procedimento metodológico para compreender a complexidade do processo de decomposição e recomposição de universos sociais e culturais: em primeiro lugar, identificar a lógica da conformação de tais universos valendo-se da observação (e da análise) dos interesses em jogo e das relações de força entre os sujeitos. Nesses termos, a sugestão da autora é a de que a lógica de existência (ou de permanência) de um grupo social tem uma identidade própria, ancorada em um sentimento de pertencimento a uma localidade dada.

Nessa abordagem, as fronteiras entre os territórios são móveis e podem até mesmo ser deslocadas de uma espacialidade física. Isso significa dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território. É o caso da manifestação de práticas culturais entendidas como rurais em espaços definidos como urbanos e vice-versa (CARNEIRO, 2008).

Por fim, Carneiro (2008, p. 35) conclui que ruralidade é “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábito e técnica.” Esse processo implica um movimento em duas direções: de um lado, a reapropriação dos elementos da cultura local a partir de uma releitura possibilitada pela emergência de novos códigos e, de outro, a apropriação pela cultura urbana de bens culturais e naturais do mundo rural, produzindo, assim, uma situação que pode contribuir para alimentar a sociabilidade e reforçar os laços com a localidade. Desse encontro podem surgir expressões culturais singulares que representariam a síntese ou combinação de universos distintos, mas que sustentam noções de espaço e tempo sociais diferentes um do outro.

2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA REGIÃO DA AMESC

A região da AMESC está situada entre o oceano atlântico e a Serra Geral no Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, no lado sul e oeste faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul, a leste com o Oceano Atlântico e ao norte com a região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera). A Região é composta por 15 municípios (Araguariá,

Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo) e tem uma população de 180.808 habitantes (IBGE, 2010).

Entre as características marcantes das áreas rurais é a baixa densidade demográfica. A tendência é de que, quanto menos densamente povoado for o município, mais características rurais apresentará e menor será a população urbana. A tabela 1 apresenta a área e densidade demográfica dos municípios da AMESC.

Tabela 1. Área e densidade demográfica dos municípios da AMESC.

Município	Ano = 2010	
	Variável	
	Área total das unidades territoriais (km ²)	Densidade demográfica da unidade territorial (hab/km ²)
Araranguá	303,9	201,74
Balneário Arroio do Silva	94,6	101,33
Balneário Gaivota	147,5	55,83
Ermo	63,9	32,09
Jacinto Machado	428,8	24,74
Maracajá	63,4	101,01
Meleiro	186,6	37,51
Morro Grande	256,4	11,27
Passo de Torres	95,2	69,61
Praia Grande	278,6	26,09
Santa Rosa do Sul	151,4	53,18
São João do Sul	182,7	38,33
Sombrio	142,8	186,43
Timbé do Sul	333,6	15,91
Turvo	233,7	50,72
AMESC	2.963,1	61,00
Santa Catarina	95.703,50	65,29
Brasil	8.502.728,30	22,43

Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

A AMESC possui uma área de 2.963,1 km², com densidade demográfica 61 hab/km², pouco inferior à média estadual, que é de 65,29 hab/km² e bem superior a média nacional de 22,43. Entre os municípios que compõem a região, 11 possuem uma densidade demográfica inferior a 70 hab/km². Os municípios com menor concentração populacional são os seguintes: Morro Grande, Timbé do Sul, Jacinto Machado e Praia Grande; todos localizados nas encostas da Serra Geral. Já os municípios com maior densidade estão mais próximos do litoral (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Maracajá e Sombrio). As maiores densidades demográficas se concentram nos municípios mais populosos: Sombrio e Araranguá.

Contudo, se utilizados os critérios da OCDE que estipula um mínimo de 150 hab/km² para considerar uma região ou município urbano e/ou os critérios de José Eli da Veiga, de 80

hab/km, a AMESC se caracterizaria como uma região rural. Apesar do critério ser bastante empregado, considera-se incompleto quando utilizado isoladamente para caracterizar uma região. Por isso, outras informações foram utilizadas para realizar a análise da Região da AMESC, conforme se verifica nos itens a seguir.

2.1 Aspectos populacionais da região da AMESC

A partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE, constata-se certa semelhança no percentual de urbanização de Santa Catarina e do Brasil, mas o mesmo não acontece quando se observa o percentual da região da AMESC. Conforme os dados da Tabela 2, em contraste com o índice de urbanização de 83,99% do estado e 84,36% do país, a região da AMESC apresenta um índice de 69,45%, indicando por este aspecto, conforme os critérios oficiais, uma região mais ruralizada em comparação com o Estado. Dos 15 municípios, 13 têm uma população inferior a 20 mil habitantes. O município mais populoso é Araranguá, com 61.310 habitantes e o menor é Ermo, com 2.050 habitantes. O município mais urbanizado, segundo o IBGE (2010), é Balneário Arroio do Silva, com 98%, e o mais rural é São João do Sul, com 77,6%. Se considerar que esta é uma região composta de pequenos municípios e que oficialmente toda sede é considerada urbana, observa-se uma urbanização “mascarada” pelos critérios em vigor no país.

Ao analisar os dados municipais do Censo Demográfico de 2010, seis, dos quinze municípios, apresentam a população rural maior que a população urbana, são eles: Ermo, Jacinto Machado, Morro Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul e Timbé do Sul. Comparando os municípios mais urbanizados e os com mais pessoas residindo em áreas rurais, quanto à posição geográfica de tais municípios, observa-se que os municípios mais urbanizados estão localizados no litoral e os menos próximos a Serra Geral.

Tabela 2 - População segundo a situação do domicílio nos municípios da AMESC

Município	Total	Urbana	Rural	Urbana %	Rural %
Araranguá	61.310	50.526	10.784	82,41	17,59
Balneário Arroio Silva	9.586	9.391	195	97,97	2,03
Balneário Gaivota	8.234	6.363	1.871	77,28	22,72
Ermo	2.050	619	1.431	30,20	69,80
Jacinto Machado	10.609	5.133	5.476	48,38	51,62
Maracajá	6.404	4.256	2.148	66,46	33,54
Meleiro	7.000	3.649	3.351	52,13	47,87
Morro Grande	2.890	756	2.134	26,16	73,84
Passo de Torres	6.627	5.873	754	88,62	11,38
Praia Grande	7.267	4.297	2.970	59,13	40,87
Santa Rosa do Sul	8.054	3.746	4.308	46,51	53,49
São João do Sul	7.002	1.572	5.430	22,45	77,55
Sombrio	26.613	19.638	6.975	73,79	26,21
Timbé do Sul	5.308	1.845	3.463	34,76	65,24
Turvo	11.854	7.915	3.939	66,77	33,23
AMESC	180.808	125.579	55.229	69,45	30,55
SANTA CATARINA	6.248.436	5.247.913	1.000.523	83,99	16,00
BRASIL	190.755.799	160.925.792	29.830.007	84,36	15,64

Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

Os dados da tabela 3 mostram a evolução populacional dos municípios nos últimos 40 anos. Nota-se que no período de 1970 a 2010, a população brasileira e catarinense mais do que dobrou, a brasileira teve um aumento de quase 105%, a Catarinense cresceu 115%. No entanto, quando se analisa o aumento da população da AMESC, esses números não acompanham a média em termos de crescimento e representatividade: em 1970, a população da AMESC representava 3,7% da estadual e, em 2010, baixou para 2,89%. Ou seja, a população da região tem crescido, mas não na mesma proporção que a média estadual e nacional.

Tabela 3. Evolução da população de 1970 a 2010 nos municípios da AMESC.

Brasil, Unidade da Federação e Municípios	Ano				
	1970	1980	1991	2000	2010
Araranguá	26.211	33.679	48.415	54.706	61.310
Balneário Arroio do Silva	-	-	-	6.043	9.586
Balneário Gaivota	-	-	-	5.450	8.234
Ermo	-	-	-	2.057	2.050
Jacinto Machado	13.689	12.334	11.514	10.923	10.609
Maracajá	4.079	4.165	4.642	5.541	6.404
Meleiro	11.306	10.697	9.755	7.080	7.000
Morro Grande	-	-	-	2.917	2.890
Passo de Torres	-	-	-	4.400	6.627
Praia Grande	8.140	7.608	7.579	7.286	7.267
Santa Rosa do Sul	-	-	7.227	7.810	8.054
São João do Sul	8.577	7.408	8.985	6.784	7.002
Sombrio	18.049	17.293	22.253	22.962	26.613
Timbé do Sul	6.300	5.878	5.705	5.323	5.308
Turvo	11.159	12.205	12.494	10.887	11.854
AMESC	107.510	111.267	138.569	160.169	180.808
Santa Catarina	2.901.660	3.628.292	4.541.994	5.356.360	6.248.436
Brasil	93.134.846	119.011.052	146.825.475	169.799.170	190.755.799

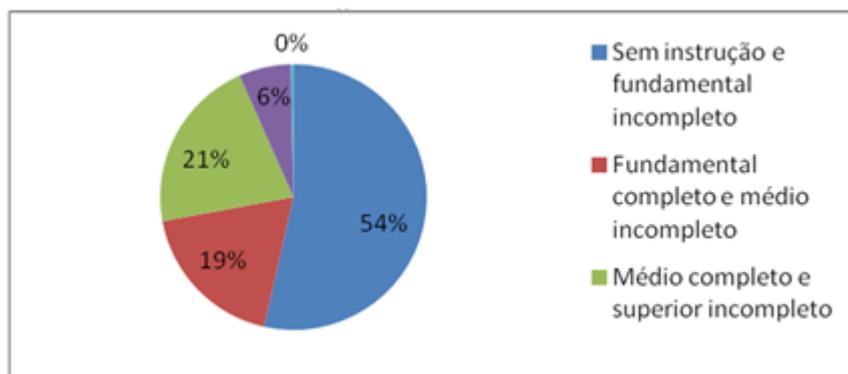
Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

Com base nos critérios de classificação dos municípios brasileiros elaborados por Veiga (2001), a AMESC apresenta a seguinte classificação.. Municípios atraentes: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Santa Rosa do Sul e Sombrio. Municípios letárgicos: São João do Sul, Passo de Torres, Turvo, Ermo e Maracajá. Municípios esvaentes: Praia Grande, Timbé do Sul, Meleiro, Morro Grande e Jacinto Machado. Novamente, ressalta-se a posição geográfica como uma variável importante, considerando que os municípios mais próximos do litoral e da BR 101 são os mais populosos e os mais afastados (próximos a Serra geral) menos habitados.

2.2 Características sociais dos municípios da AMESC

Em relação à escolaridade, percebe-se com base no Gráfico 1, que 54% população não possui o ensino Fundamental completo. Este número é superior se comparado à média estadual que é de 45%. Sobre a população com o ensino Superior completo, no estado o índice é de 10% enquanto na AMESC é 6%.

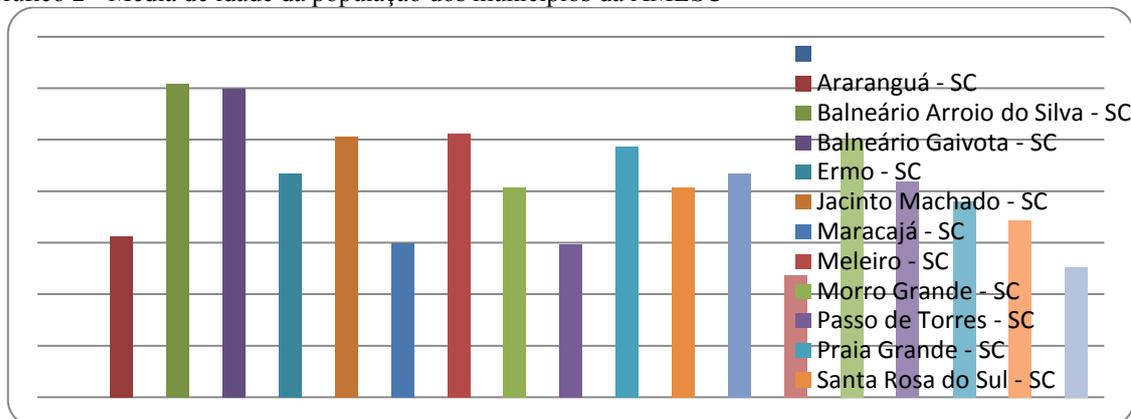
Gráfico 1 - Escolaridade - AMESC



Fonte: IBGE, 2010 – Adaptado.

Quanto à média de idade da população da AMESC, somente Sombrio está abaixo da média nacional e estadual. Nos demais, foram verificados dois com média acima dos demais: Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva, ambos com a população de idade média de 35 anos. Essa característica etária dos referidos municípios pode ser explicada pela posição geográfica (próximos do litoral e da BR 101) e porque são municípios “atraentes” de demanda de aposentados.

Gráfico 2 - Média de idade da população dos municípios da AMESC



Fonte: IBGE – 2010 - Adaptado.

A posição geográfica continua sendo fator de diferenciação entre os municípios, ou seja, os que possuem maior média de idade são Jacinto Machado, Meleiro, Praia Grande e Timbé do Sul. Todos os municípios citados estão localizados próximos a Serra Geral e apresentam uma média de 34 anos de idade. Fazendo um paralelo entre as médias de idade, têm-se as maiores idades nos municípios mais distantes do litoral e com maior parte da população rural, são os municípios esvaentes e letárgicos, com exceção de Balneário Gaivota e Balneário Arroio do Silva. A partir destes dados, verificam-se semelhanças em relação às informações

analisadas de que os municípios rurais são os mais distantes do litoral e, também, possuem a população mais envelhecida em comparação aos demais municípios.

2.2.1 Características do setor rural da AMESC

A Região da AMESC se caracteriza por ter sua economia baseada na agropecuária, são compostos por pequenas propriedades rurais e as famílias utilizam a força de trabalho familiar. As tabelas 4 e 5 mostram dados relacionados às características dos estabelecimentos agropecuários da região.

Tabela 4: Estabelecimentos agropecuários considerados de agricultura familiar e de não-familiar.

Municípios, região, estado, país	Número de estabelecimentos			Agricultura familiar %
	Agricultura familiar	não familiar	total	
Araranguá	954	112	1.066	89,49
Balneário Arroio do Silva	23	8	31	74,19
Balneário Gaivota	274	36	310	88,39
Ermo	180	24	204	88,24
Jacinto Machado	1.069	130	1199	89,16
Maracajá	238	9	247	96,36
Meleiro	760	88	848	89,62
Morro Grande	374	32	406	92,12
Passo de torres	90	7	97	92,78
Praia Grande	426	55	481	88,57
Santa Rosa do Sul	838	51	889	94,26
São João do Sul	1.178	84	1262	93,34
Sombrio	591	54	645	91,63
Timbé do Sul	504	39	543	92,82
Turvo	609	71	680	89,56
AMESC	8.108	800	8.908	91,02
Santa Catarina	168.544	25.119	193.663	87,03
Brasil	4.367.902	807.587	5.175.489	84,40

Fonte: IBGE, 2006. Adaptado.

A predominância da pequena propriedade é a característica principal na região, conforme se apresenta na tabela 4, em que os números estão acima da média do estado e as nacionais. Sendo que a média nacional é de 84,40%, Santa Catarina, de 87,03% e na região é de 91,02% dos estabelecimentos.

Tabela 5. Pessoas que dirigiam o estabelecimento agropecuário, segundo grupos de área total.

Unidade territorial	Grupos de área total				
	até 10 hectares	de 10 á 20 hectares	de 20 á 50 hectares	mais de 50 hectares	até 50 hectares %
Araranguá	722	194	53	42	95,85
Balneário Arroio do Silva	14	3	3	5	80,00
Balneário Gaivota	237	49	13	10	96,76
Ermo	120	34	35	14	93,10
Jacinto Machado	402	334	348	109	90,86
Maracajá	132	46	38	13	94,32
Meleiro	410	181	188	63	92,52
Morro Grande	120	101	126	40	89,66
Passo de torres	61	18	10	8	91,75
Praia Grande	218	112	108	41	91,44
Santa Rosa do Sul	624	159	86	17	98,08
São João do Sul	896	208	109	23	98,14
Sombrio	407	143	52	23	96,32
Timbé do Sul	185	179	139	40	92,63
Turvo	243	153	202	73	89,12
AMESC	4791	2308	1914	521	94,54
Santa Catarina	69390	56411	45310	18430	90,28
Brasil	2477071	736792	843911	862691	82,47

Fonte: IBGE, 2006. Adaptado.

Os estabelecimentos se caracterizam como de pequena propriedade, de acordo com a tabela 5, ficam acima da média estadual e nacional. A proporção de propriedades com menos de 50 hectares de terra é de 82,47% para o país, 90,28% para Santa Catarina e 94,54% na região da AMESC, reforçando a tendência apresentada na tabela 4, cuja característica da agricultura na região é a familiar, com maioria das propriedades com menos de 10 hectares.

2.3 Características econômicas da AMESC

Quando se estuda Valor Adicionado (VA) de uma região, objetiva-se verificar o nível de crescimento econômico. O valor econômico adicionado ou simplesmente VA, ou ainda, valor agregado, é uma noção que permite medir o valor criado por um agente econômico. Na tabela 6, apresenta-se o VA da indústria e comércio e o VA da agropecuária da AMESC.

No comparativo entre o VA da indústria e comércio com o VA da agropecuária, a região da AMESC apresenta um VA mais representativo para o primeiro, quando comparado com o segundo (respectivamente 65,30% e 34,70%). Em números absolutos, destaca-se com maior VA na indústria e comércio, o município de Araranguá com R\$ 396 milhões representando 37,8% de todo o VA da indústria e comércio da região, seguido por Sombrio e Turvo. Já o município com menor VA na indústria e comércio é Ermo com mais de R\$ 8

milhões, e em seguida aparecem também com pequeno VA na indústria e comércio os municípios de Timbé do Sul, Balneário Gaivota e São João do Sul.

Tabela 6. Comparativo do VA da indústria e comércio com o VA da agropecuária na AMESC - 2011.

Unidade territorial	VA Ind./comércio R\$	%	VA Agropecuária R\$	%
Araranguá	396.283.313,39	79,17	104.258.179,45	20,83
Balneário Arroio do Silva	21.358.651,74	95,78	940.931,43	4,22
Balneário Gaivota	13.676.019,92	67,43	6.605.507,23	32,57
Ermo	8.867.178,06	22,37	30.776.094,59	77,63
Jacinto Machado	55.325.436,06	55,07	45.134.411,81	44,93
Maracajá	58.735.774,43	77,46	17.096.224,25	22,54
Meleiro	53.149.528,50	44,71	65.726.921,78	55,29
Morro Grande	36.583.443,39	55,71	29.086.335,45	44,29
Passo de Torres	22.093.311,81	79,80	5.593.906,16	20,20
Praia Grande	32.083.893,07	65,12	17.182.083,37	34,88
Santa Rosa do Sul	27.970.660,12	61,18	17.748.130,46	38,82
São João do Sul	17.569.737,36	32,50	36.488.892,02	67,50
Sombrio	152.967.139,85	82,54	32.359.536,80	17,46
Timbé do Sul	12.868.691,67	21,83	46.087.571,61	78,17
Turvo	138.683.126,50	57,63	101.961.943,70	42,37
AMESC	1.048.215.905,87	65,30	557.046.670,11	34,70

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria

Conforme os números apresentados na tabela 6, a posição geográfica é determinante, pois os maiores VAs agropecuários foram identificados nos municípios com grande extensão de territorial e com características geográficas semelhantes (próximos a Serra Geral), já os menores valores foram os municípios do litoral.

Quatro são os municípios em que o VA agropecuário é maior que o da indústria e comércio, são eles, Timbé do Sul com 78,17%, Ermo com 77,63%, São João do Sul com 67,50% e Meleiro com 55,29%. Ainda merecem destaque Turvo, Morro Grande e Jacinto Machado que apesar de não possuírem um VA agropecuário maior que o da indústria e comércio, têm grandes montantes de VA na agropecuária.

Tabela 7: Variação percentual em relação ao ano anterior do valor adicionado na AMESC.

Unidade territorial	Variação % VA 2008/2009	Variação % VA 2009/2010	Variação % VA 2010/2011
Araranguá	9,18	19,49	6,99
Balneário Arroio do Silva	25,29	6,16	10,11
Balneário Gaivota	22,02	3,81	8,13
Ermo	7,25	15,58	-2,07
Jacinto Machado	20,34	-3,00	-7,72
Maracajá	21,07	-6,22	27,49
Meleiro	34,42	2,50	0,91
Morro Grande	49,32	12,81	7,54
Passo de Torres	-13,97	-6,95	29,51
Praia Grande	17,52	10,52	17,28
Santa Rosa do Sul	8,83	41,24	-11,85
São João do Sul	29,32	23,13	-13,97
Sombrio	8,65	31,31	5,88
Timbé do Sul	33,41	10,83	4,71
Turvo	43,09	-3,05	5,64
AMESC	20,09	11,22	4,80

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Na tabela 7, apresenta-se a variação percentual do VA dos municípios e da AMESC nos últimos três anos, nos quais se observa um crescimento irregular no período estudado. A maioria apresentara grandes discrepâncias, intercalando crescimento e depressão. Entre os que mostram crescimento e queda, citam-se os seguintes: Jacinto Machado, Meleiro, Morro Grande e São João do Sul. Entretanto, quando se analisa a região como um todo, evidencia-se grande crescimento, de 20,09% em 2009, e taxas menores em 2010, 11,22% e em 2011, 4,80%.

Para verificar em que setores da economia ocorreram as maiores variações no VA, a tabela 8 traz os dados referentes ao ano de 2011, divididos em VA da indústria e comércio e o VA da agropecuária. No comparativo da indústria e comércio com o setor agropecuário, verifica-se queda de 15,40% na agropecuária. No mesmo período, a indústria e o comércio tiveram um crescimento de 20,03%. A tendência observada no setor se repete em todos os municípios da região. Enquanto há crescimento na indústria e comércio, o mesmo não ocorre com a agropecuária, que teve grande queda. Esta queda foi influenciada pela diminuição na agropecuária predominante na região, como no caso da fumicultura.

Tabela 8: Variação percentual do VA da indústria/comércio e da agropecuária de 2011 em comparação com 2010 na AMESC.

Unidade territorial	Variação % do VA Ind. e Com.	Variação % do VA agropecuário
Araranguá	16,36	-18,08
Balneário Arroio do Silva	12,7	-27,64
Balneário Gaivota	26,38	-16,77
Ermo	6,52	-4,30
Jacinto Machado	1,76	-17,18
Maracajá	50,87	-16,81
Meleiro	27,12	-13,52
Morro Grande	29,88	-11,59
Passo de Torres	52,45	-18,76
Praia Grande	44,22	-13,06
Santa Rosa do Sul	36,96	-43,56
São João do Sul	29,50	-25,94
Sombrio	17,90	-28,55
Timbé do Sul	70,80	-5,50
Turvo	12,42	-2,38
AMESC	20,03	-15,40

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Como visto anteriormente, o setor agropecuário apresentou queda nos últimos anos. Destacam-se, na tabela 9, os principais produtos agropecuários da região.

Tabela 9: Produção dos principais produtos agropecuários da AMESC em 2011, e participação de cada um na produção total (valor das notas do produtor).

Produto	Produção- 2011 (R\$)	Produto/total (%)
Arroz	120.685.184,79	32,32
Banana	4.664.059,74	1,25
Bovinos	3.908.574,04	1,05
Frangos	128.029.306,05	34,28
Fumo	97.924.639,15	26,22
Madeira	11.434.887,08	3,06
Peixes	1.602.054,92	0,43
Suínos	2.205.803,00	0,59
TOTAL AMESC	373.460.622,35	100,00

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

Como se pode verificar na tabela 9, foram selecionados os principais produtos da região que somados representam mais de 92% da produção agropecuária da AMESC. O arroz, com produção de R\$ 120 milhões, representa 32,32% da produção, o frango, com R\$ 128 milhões, tem a maior representatividade, participando com 34,28% da produção e a cultura do fumo, com quase R\$ 98 milhões, representa 26,22% da produção total. Os demais produtos juntos, banana, bovinos e a madeira, representam pouco mais de 4% da produção. Na sequência, apresenta-se a evolução percentual dos últimos anos.

Tabela 10: Evolução percentual em comparação ao ano anterior dos três principais produtos agrícolas, nos últimos quatro anos.

Produto	2008%	2009%	2010%	2011%
Arroz	53,96	1,13	1,49	-36,66
Frango	54,57	13,04	1,11	-13,09
Fumo	7,61	27,06	-33,81	-12,96
TOTAL	36,56	12,29	-10,54	-23,03

Fonte: AMESC, 2012. Elaboração própria.

A tabela 10 apresenta o comportamento dos três principais produtos da região (arroz, fumo e frango), em que se verifica a tendência decrescente, em 2008 teve um crescimento de 36,57%, 2009 baixou para 12,29% e os anos de 2010 e 2011 foram anos de queda acentuada. Esta tendência se repetiu para todos os produtos analisados.

Desta forma, observa-se a grande dependência econômica da região destes três produtos, conseqüentemente, quando há crise nestes setores, acaba impactando toda economia da região. As grandes empresas da região se concentram no setor de transformação, tais como as indústrias: fumageiras, frigoríficos e rizícolas, dependentes destas fontes de matérias primas.

2.3.1 situação do emprego e rendimentos dos trabalhadores da região da AMESC

O percentual de rendimentos dos trabalhadores da região se mostra inferior à média estadual e nacional. Na tabela 11, verifica-se que o percentual de trabalhadores que recebem até 2 salários mínimos na AMESC soma-se 67,04%, número bem superior ao registrado no estado e no país, com respectivos 59,27% e 65,34%. Tais dados indicam que os/as trabalhadores/as da região ganham menos que a média estadual e nacional. E, ainda, a parcela de trabalhadores/as que ganham acima de 5 salários mínimos é bem menor (5,68%) em comparação ao estado (9,33%) e ao Brasil (9,18%).

Tabela 11. Percentual dos trabalhadores dividido por classes de rendimento nominal.

Unidade territorial	Classes de rendimento nominal			
	Até 2 salários mínimos	De 2 a 5 salários mínimos	Mais de 5 salários mínimos	Sem rendimento
Araranguá	63,72	24,28	7,38	4,62
Balneário Arroio do Silva	67,38	20,99	5,87	5,76
Balneário Gaivota	72,19	18,20	5,33	4,27
Ermo	57,18	15,46	5,32	22,04
Jacinto Machado	63,37	16,23	3,75	16,65
Maracajá	66,52	22,08	4,91	6,49
Meleiro	67,50	17,89	4,93	9,68
Morro Grande	56,17	14,69	7,34	21,80
Passo de Torres	71,66	20,08	4,17	4,08
Praia Grande	72,11	13,91	2,20	11,78
Santa Rosa do Sul	71,11	16,73	2,87	9,30
São João do Sul	74,54	10,35	3,03	12,08
Sombrio	69,69	19,50	5,79	5,02
Timbé do Sul	70,73	13,28	3,09	12,90
Turvo	68,18	20,35	6,58	4,88
AMESC	67,04	19,99	5,68	7,29
Santa Catarina	59,27	26,71	9,33	4,69
Brasil	65,34	18,89	9,18	6,60

Fonte: IBGE, 2010. Elaboração própria.

A ocupação dos/as trabalhadores/as da AMESC está demonstrada na tabela 12, em que se verifica que a maioria depende diretamente da agricultura, pecuária e pesca, diferentemente da média estadual e brasileira. Em nível nacional, o ramo que mais emprega é o comércio, com 16,97%, índice semelhante para Santa Catarina e para a AMESC. Mas o que chama a atenção são os 22,69% de trabalhadores/as rurais da região, enquanto que a mesma atividade, em nível estadual, utiliza 13,48% e no Brasil 14,20%. Estes números confirmam os dados apresentados neste artigo de que a AMESC se caracteriza como uma região rural.

Tabela 12: Porcentagem da população ocupada na atividade principal, segundo o ramo de atividade.

Unidade territorial	Agricultura, pecuária, pesca	Indústria	Construção	Comércio	Administração pública	Educação	Serviços domésticos	Outras atividades
Araranguá	12,97	19,78	8,93	21,21	4,28	4,93	4,25	23,66
Balneário A. Silva	12,80	11,72	15,61	20,64	4,70	4,73	5,15	24,64
Balneário Gaivota	19,94	19,25	10,78	18,37	4,30	4,48	3,45	19,43
Ermo	51,94	14,70	4,65	8,19	9,21	1,60	3,38	6,33
Jacinto Machado	40,93	14,30	3,01	11,15	3,06	4,70	3,72	19,13
Maracajá	16,59	25,75	7,29	14,08	2,58	4,59	4,10	25,02
Meleiro	33,83	17,48	5,25	12,11	4,36	3,94	5,79	17,23
Morro Grande	45,06	19,36	2,64	5,16	3,93	2,58	6,12	15,15
Passo de Torres	19,35	5,95	14,77	17,74	7,65	3,54	7,27	23,72
Praia Grande	32,68	19,41	6,25	13,44	5,25	3,87	4,48	14,62
Santa Rosa do Sul	39,77	11,16	4,56	8,17	2,55	5,48	3,57	24,75
São João do Sul	56,35	8,40	4,38	8,73	2,88	3,58	3,20	12,48
Sombrio	11,97	30,19	8,17	16,25	2,68	4,21	3,63	22,91
Timbé do Sul	42,51	16,12	6,32	7,85	4,10	3,99	5,87	13,23
Turvo	27,19	18,14	7,55	18,78	2,39	4,28	5,23	16,44
AMESC	22,69	19,16	7,96	16,53	3,85	4,45	4,36	21,00
Santa Catarina	13,48	20,95	7,24	16,75	4,28	4,75	4,50	28,05
Brasil	14,20	12,28	7,29	16,97	5,38	5,65	6,91	31,32

Fonte: IBGE, 2010 Elaboração própria.

Com base nos dados analisados neste artigo, corroborando com a visão de Veiga (2003), qualquer um que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais, como é o caso majoritário da AMESC. Naturalmente, há na Região atividades comerciais, de transporte e serviços, mas mesmo indústrias classificadas como empresas urbanas estão diretamente vinculadas as lidas agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, mineiras, ou recreações dependentes da natureza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, verifica-se que a AMESC apresenta características predominantemente rurais, o que se comprova a partir de indicadores demográficos, sociais, econômicos e outros. Os dados trazem elementos para confirmar tais conclusões, principalmente, os referentes aos aspectos econômicos, pois a economia dos municípios tem forte dependência econômica da agropecuária, mesmo o setor industrial que bastante representativo, está diretamente ligada a este setor.

A evidência da ruralidade pode ser verificada, também através dos aspectos sociais, da baixa densidade demográfica, municípios com pequenas aglomerações populacionais. Pelos autores citados, por mais que os ambientes interajam entre si, os habitantes não perdem suas

peculiaridades rurais, sem considerar que os centros urbanos na AMESC são compostos por pequenas populações. Configura-se, assim, uma região com aspectos rurais, o que não significa dizer que seja essencialmente agrícola. Outra característica que identifica características de ruralidade na AMESC diz respeito ao baixo crescimento demográfico, muitos municípios vêm perdendo seus habitantes nas últimas décadas. O nível de escolaridade da população está abaixo da média apresentada pelo estado e país e a idade é superior à média estadual e a nacional.

Constatou-se grande dependência econômica das culturas do fumo, frango e arroz; estes produtos demonstram grandes instabilidades, intercalando crescimento e quedas. Diante disto, sugere-se para pesquisas futuras e mesmo para as lideranças da região, uma atenção para se pensar na importância do rural e na sua diversificação econômica, com o objetivo de contribuir para a redução de vulnerabilidade e oscilações. Em suma, com base nas informações apresentadas, neste artigo, conclui-se que a região da AMESC apresenta características típicas de uma região rural. Por isso, quando se pensar em estratégias de desenvolvimento para a região deve ser levado em consideração tais características.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.
_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**, Campinas: UNICAMP, 2006.
- AMESC. Associação do Extremo Sul Catarinense, 2010. Disponível em:
<<http://www.amesc.com.br/conteudo/?item=1426&fa=284>>. Acesso em: 20 mai. 2012.
_____. **Relatório de movimento econômico**. Araranguá: Mimeo, 2012.
- BIAZZO, P. P. **Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária**. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, p. 132-150, 2008. Disponível em:
<http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/biazzo_p_p.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2012.
- BLUME, R. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. 2004, 179 f. dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) UFRGS, Porto Alegre. Disponível em:
http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/conteudo/artigos_teses/2010/Geografia/dissertacoes/disserta_territorio.pdf > Acesso em: 20 mai. 2012.
- CARNEIRO, M. J. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris, Campinas, v.2, n.1, p.9-38, 2008. Disponível em:< http://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf>. Acesso em: 11 set.2012.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. O novo rural brasileiro, 2.ed.rev. Campinas, SP: UNICAMP.IE, 1999.
_____. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. 15 (43), 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a05.pdf> > Acesso em: 20 mai. 2012.
- IBGE. Banco de dados agregados-SIDRA, 2010. Disponível em:
<<http://www.sidra.ibge.gov.br> > Acesso em: 20 mai. 2012.
- IBGE. IBGE cidades, 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 20 mai. 2012.
- IPEA. Banco de dados do IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>
Acesso em: 20 mai. 2012.
- SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**. 2 ed. Campinas, SP: Autores associados, 2003.
_____. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**, v.15 n.43. São Paulo, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>
Acesso em: 20 mai. 2012.

O NORDESTE CATARINENSE: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA IDEIA DE REGIÃO DE APRENDIZAGEM

Fabiano Rodolfo¹⁸

Resumo: O artigo aborda a dinâmica econômica da região nordeste de Santa Catarina a partir de elementos da noção de região de aprendizagem (*learning region*). Trata-se de uma região que está posicionada entre as economicamente mais dinâmicas do estado, abrigando em seus limites territoriais importantes pólos industriais catarinenses, entre os quais destaca-se o metal-mecânico. A longa tradição manufatureira da região, em particular nesse segmento, criou condições para a constituição de um pólo industrial importante em termos nacionais, um tecido produtivo espesso que hoje é objeto de vultosos investimentos, em particular de empresas automobilísticas, como a General Motors (GM) e Bayerische Motoren Werke (BMW). A região conta com associações e instituições de ensino que formam um grosso tecido institucional que alimenta, na região, processos de aprendizagem, permitindo que a mesma se diferencie em relação às demais regiões do estado, sendo favorecida em termos de desempenho econômico. As instituições de ensino oferecem uma grande gama de cursos voltados à formar mão-de-obra qualificada para atuar na indústria local. As associações procuram fomentar as relações entre os agentes privados, formando fóruns e grupos de empresas para discussão de problemas comuns. No entanto, essas relações são ainda fracas, prevalecendo na região o mecanismo de mercado como sistema de governança. A falta de confiança entre os agentes, principalmente entre as micro e pequenas empresas, constitui um entrave importante para o melhor desempenho da região. Promover a cooperação e a intensificação das relações entre os agentes parece constituir, nesse sentido, uma tarefa a ser desempenhada pelo poder público na região, em particular pelas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs) que ali estão presentes.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Região de aprendizagem; Nordeste catarinense.

NORTHEAST SANTA CATARINA: AN APPROACH FROM THE LEARNING REGION IDEA

Abstract: This paper analyses the economic dynamics in the Northeast region in Santa Catarina state according to the learning region approach. This place is among the most prosperous economics space in the Santa Catarina state, and host important industries, among which stands out the metal-mechanic. The long manufacturing tradition of the region, particularly in this segment, created conditions for the formation of an important industrial center, attracting investments, particularly of automobile companies like General Motors (GM) and Bayerische Motoren Werke (BMW). The region also possess ‘institutional thickness’, with several associations and educational institutions, that stimulate learning processes, and ensuring a better economic performance. Educational institutions offer a wide range of courses aimed at training skilled labor to work in the local industry. The associations

¹⁸ Economista e mestre em economia pela UFSC. Doutorado em economia pela URS. Email: fabianorodolfo@yahoo.com.br

stimulate relations between private agents, and forming forums and meetings to discuss common problems. However, these relationships remain weak, and prevail in the region as a governance system under the control of the market mechanisms. The lack of trust between agents, especially among micro and small enterprises, limits the economic performance of the region. Encouraging cooperation and the strengthening of relations between the agents could be the role to be played by the government in the region, particularly for the Regional Development Offices.

Key-Words: Regional Development; Learning Region; Santa Catarina Northeast.

INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento regional em Santa Catarina tem assumido especial relevância nos últimos anos. O aumento das desigualdades regionais no estado levou o governo a assumir, desde 2003, uma política que pretende ser proativa no sentido de distribuir melhor as oportunidades de crescimento entre as regiões catarinenses. Apesar dessa disposição governamental, os maiores investimentos recentemente anunciados – como os da GM e BMW, que contaram com amplo apoio governamental, direcionaram-se para as regiões mais dinâmicas do estado, especialmente para a região nordeste catarinense. Por outro lado, muitas regiões catarinenses, entre as quais podem ser posicionadas a maioria das que compõem o oeste, continuam a perder participação tanto na produção de riquezas, como na população de Santa Catarina.

Para compreender como essas diferenças inter-regionais surgem, se mantêm e se ampliam - ampliando-se por vezes além do que seria esperado através de uma análise da dimensão técnico-econômica, é necessário conhecer a realidade de cada região, elencando quais os fatores que determinam o seu desempenho, o desempenho das empresas e indivíduos que ali estão instalados. Na economia, as análises que privilegiam um enfoque regional/local do desenvolvimento econômico tem ganhado cada vez mais importância nas últimas décadas. Nesse artigo, será considerada a importância da aprendizagem, utilizada como referencial para entender a condição privilegiada da região nordeste catarinense, em termos de crescimento econômico.

Embora seja relevante anotar que os acontecimentos mais gerais, em escalas nacionais ou mesmo mundiais, são por vezes os determinantes primeiros da trajetória regional, cumpre observar que em um mesmo contexto, regiões reagem de maneira diferente e algumas conseguem melhor desempenho.

O aprofundamento da globalização, em que pese a existência de uma tendência à homogeneização e de redução de custos de transportes, que levaria à preponderância de uma economia de fluxos¹⁹, parece ao mesmo tempo permitir que sejam ressaltadas as características diferenciadas que cada região possui, que se refletem em desempenhos econômicos também diferentes (STORPER, 1997; PECQUEUR, 2005). Desse modo, deve-se considerar que algumas regiões conseguem enfrentar, com sucesso, os desafios da globalização, conseguindo combinar potencialidades locais, com oportunidades oferecidas pela globalização – que não parece ser, como se poderia acreditar, tão homogeneizadora assim, mas sim um processo que abre espaço para as especificidades territoriais. Nesse sentido, embora seja fundamental considerar a inserção dos territórios em outras escalas – global, nacional, é possível ainda entender importantes aspectos das dinâmicas territoriais de desenvolvimento a partir da mobilização de características específicas do território. Situações como a da região nordeste catarinense poderiam, em alguma medida, corroborar essa visão.

O artigo é composto por três seções, além dessa breve introdução. Na próxima seção, discute-se a ideia de região de aprendizagem, considerando a possibilidade de utilizá-la na análise da região nordeste catarinense. Na segunda seção, apresenta-se a região em foco, as principais características de sua ocupação e de sua principal atividade econômica, a metal-mecânica. Por fim, são apresentadas as considerações finais.

1. REGIÃO DE APRENDIZAGEM: CONCEITO E APLICABILIDADE

Os últimos anos assistiram a proliferação de estudos que enfatizam o espaço como uma variável relevante para o desenvolvimento econômico. Como mostra Pecqueur (2000), pode ser identificado, desde os anos oitenta, o que se pode chamar de ‘um movimento de retorno ao território’. Diversas agendas de pesquisa surgiram, como aquela da Nova Geografia Econômica, cujo principal expoente é Paul Krugman (ver FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2001), as pesquisas sobre distritos industriais, de italianos como Garofoli (1993), as análises da escola californiana, de Storper (1997), por exemplo, entre outros. No conjunto, essas contribuições procuram, em um contexto de rápidas e profundas mudanças ligadas à globalização, ressaltar o espaço como uma variável importante na análise

¹⁹ Em síntese, uma economia em que o espaço não seria mais uma variável relevante. De modo irônico, Courlet (2008), afirma que o inventor do telégrafo, Baudot, previu que com sua invenção, na segunda metade do Século XIX, o mundo estaria então reduzido a um só ponto.

econômica. Segundo Courlet (2008), esses interesses deságuam no que se pode chamar hoje de uma ‘economia territorial’ em curso de constituição.

Uma das abordagens destacadas nessa linha é a das regiões de aprendizagem (*learning regions*), cujos principais trabalhos são associados a Bengt-Åke Lundvall e à chamada escola nórdica. Partindo da constatação da importância do conhecimento no capitalismo contemporâneo, as contribuições dessa escola trazem importantes aportes para a compreensão do papel do espaço no processo de desenvolvimento econômico (COURLET, 2008).

Nessa perspectiva, o conhecimento é considerado uma variável-chave para o desempenho econômico. Um dos argumentos principais dessa escola é que, no capitalismo contemporâneo, chegou-se num ponto em que o conhecimento é o mais importante recurso, e a aprendizagem o mais importante processo (MORGAN, 1997). A experiência dinamarquesa, mostra Lundvall (2003), ilustraria bem essa nova realidade. Tal país enfrentou uma queda no crescimento da produtividade da indústria que, segundo o autor, pode ser associada, paradoxalmente, à introdução de novas tecnologias (particularmente TICs). Isso mostraria que introduzir novas tecnologias sem investimentos em treinamento de empregados, e sem mudanças organizacionais, mudanças gerenciais e na organização do trabalho, pode ter efeitos negativos sobre a produtividade. Obter ganhos de produtividade na nova economia é, portanto, mais difícil do que na velha. Dessa forma, conclui Lundvall (2003, p.176), pode se chamar a economia atual de economia de aprendizagem (*learning economy*)²⁰, uma vez que o que importa é a capacidade de aprender que as pessoas, organizações, redes e regiões possuem.

Aprender significa criar novas competências e desenvolver novas habilidades e não somente ter acesso à informação. Assim, nessa perspectiva, é necessário trabalhar com uma definição ampliada de conhecimento e de aprendizagem. O conhecimento capaz de criar riquezas inclui também habilidades práticas obtidas através do ‘*learning by doing*’, mas também capacidades que são adquiridas através de educação formal e treinamento. (LUNDVALL, 2003)

O conhecimento é entendido como sendo de dois tipos: tácito e codificado. O conhecimento codificado é aquele transformado em informação, e pode ser facilmente repassado, enquanto o tácito não existe explicitamente, mas está ligado a certos ambientes

²⁰ Conforme Lundvall (1997, p. 6): “Simply defined, a learning economy is an economy where the ability to learn is crucial for the economic success of individuals, firms, regions and national economies.”

produtivos, não podendo se propagar em escala ampla²¹. Na *learning economy*, elementos importantes do conhecimento permanecem específicos e tácitos, enraizados, portanto, em organizações e territórios específicos. Isso explicaria porque padrões de especialização no comércio internacional permanecem mais ou menos estáveis ao longo do tempo, bem como porque se mantém *gaps* tecnológicos entre diferentes países e regiões.

Conforme Lundvall e Borrás (1997, p. 14):

The distinction between tacit knowledge and codified knowledge is important because, if knowledge remains tacit, it flows less easily across organisational and geographical borders. If all knowledge were readily transformed into information to which everyone had easy access, there would be little incentive for firms, regions and nations to invest in R&D and technology gaps between regions and countries would be minor and temporary. Basically, knowledge remains tacit if it is complex or variable in quality: in situations where several different human senses need to be used at the same time, when skilful physical behaviour is involved and when understanding social relationships is crucial. This is especially difficult to overcome when the context undergoes rapid change.

Desse modo, a região torna-se um elemento chave para o sucesso das firmas no contexto da globalização. A questão da escala geográfica torna-se crucial numa economia da aprendizagem, pois território e proximidade jogam um papel central na gênese do conhecimento tácito e na capacidade para explorá-lo. A região é cada vez mais o nível no qual a inovação é produzida, via redes regionais de inovadores e clusters, contando com os efeitos fertilizadores das instituições de pesquisa.

A capacidade interna da firma continua a ser um elemento igualmente importante para o sucesso econômico. Mas a passagem para um capitalismo intensivo em conhecimento ultrapassa a estratégia individual das firmas. Isso significa o estabelecimento, em nível regional, de um certo número de elementos (como infraestrutura educacional, por exemplo), sobre os quais a firma pode se apoiar.

A diferenciação observada entre os países, regiões e mesmo indivíduos está relacionada à capacidade de aprender. Quem aprende mais rápido, consegue as melhores posições. Assim, um possível risco que emerge na *learning economy* é a polarização, o

²¹ Apesar da crescente tendência à codificação, o conhecimento tácito continua sendo importante no capitalismo atual. Em primeiro lugar, cabe destacar que uma barreira importante para o avanço da codificação é a mudança e essa, é uma característica do capitalismo em seu atual momento histórico. Além disso, há limites ao processo de codificação. Lundvall e Borrás(1997, p. 33) observam que: “Therefore, there are two important limits to the codification process. First, the fact that codified and tacit knowledge are complementary and co-existing means that there are natural limits to codified knowledge. The main point here is that codification is never complete, and some forms of tacit knowledge will always continue to play an important role. And second, increased codification does not necessarily reduce the relative importance of tacit knowledge - mostly skills and capabilities - in the process of learning and knowledge accumulation. Actually, easier and less expensive access to information makes skills and capabilities relating to the selection and efficient use of information even more crucial than before. This means that tacit knowledge is still a key element in the appropriation and effective use of knowledge, especially when the whole innovation process is accelerating.”

aumento das desigualdades, tanto entre setores ou regiões, como entre indivíduos. Observando os países da OCDE, Lundvall e Borrás (1997), mostram que quem aprende mais devagar tende a ficar cada vez mais marginalizado, em um mercado caracterizado por uma demanda por habilidades que muda rapidamente. A principal razão para as diferenças regionais na Europa, segundo os autores, parece residir na diferenciação no acesso à aprendizagem e ao conhecimento (LUNDVALL, 2003).

Segundo Courlet (2008), um processo de aprendizagem repousa sobre quatro componentes determinantes: a. Learning interativo (modo pelo qual os conhecimentos em comum são agrupados); b. Learning institucional (remete ao papel fundamental das instituições formais (organizações governamentais, agências de desenvolvimento, associações, etc.) e informais (valores, rotinas, costumes, confiança). Essas instituições permitem certa previsibilidade quanto ao comportamento dos atores, reduzindo a incerteza. c. Learning organizacional (permitindo melhor coordenar os atores) d. Learning by learning (aprendizagem estimula aprendizagem).

Lins (2007) mostra que a ideia de região de aprendizagem adequa-se melhor às análises sobre os países de capitalismo avançado, particularmente os da Europa onde, não por acaso, originou-se tal análise. Todavia, surgem limitações quando se pretende analisar, através de simples transposição do modelo, a realidade dos países fora do 'centro' capitalista. Não se trata, portanto, neste trabalho, de tentar aplicar o modelo de região de aprendizagem, talhado para países centrais, em uma realidade tão peculiar como a de um país periférico, como o Brasil. O que se pretende é orientado por ideias ligadas ao enfoque da *learning region*, tentar desnudar aspectos relevantes da realidade de regiões que detém características diferenciadoras (como a região nordeste catarinense), que as colocam em situação privilegiada perante as demais regiões em termos de desenvolvimento econômico. Assim, a caracterização da região em foco será feita a partir de dois elementos centrais na abordagem da *learning region*: as instituições formais de ensino e as relações entre os atores locais.

2. O NORDESTE DE SANTA CATARINA: CARACTERÍSTICAS GERAIS E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO

A região Norte de Santa Catarina é a segunda mais importante do estado em termos de PIB (Produto Interno Bruto). Os dados mais recentes mostram que, em 2011, a região

respondeu por cerca de ¼ das riquezas geradas no estado. A participação da região no PIB estadual tem crescido na última década, passando de 22,85 % para 23,92% em 2011. Dentro dessa região, merece se destacado um conjunto de nove municípios²², 3,07% dos municípios do estado, que produziram 16,25% do PIB catarinense em 2011 (IBGE, 2013). Esse conjunto de municípios abrigou, em 2013, 797.498 habitantes, segundo estimativas do IBGE (IBGE, 2013a).

Cidade pólo dessa região, Joinville é o município mais populoso do estado com cerca de 500 mil habitantes, detendo também o posto de maior PIB, somando, em 2011, 18,8 bilhões de reais, o que equivaleu a 11,12% do PIB catarinense. São Francisco do Sul, cidade que possui um dos mais importantes portos catarinenses, posiciona-se entre os maiores PIBs per capita do país, atingindo em 2011 o montante de R\$100.410,58.

Mapa 1: Santa Catarina e a região Nordeste.



Fonte: <http://www.amunesc.org.br/municipios/index.php>

Quadro 1: Participação do VA (Valor adicionado) industrial no VA total: Brasil, SC e municípios do Nordeste catarinense, 2011.

Brasil, Unidade da Federação e Município	Participação do valor adicionado bruto a preços correntes da indústria no valor adicionado bruto a preços correntes total (Percentual)
Brasil	27,53
Santa Catarina	35,06
Araquari - SC	47,89
Balneário Barra do Sul - SC	23,94
Campo Alegre - SC	36,79
Garuva - SC	58,59
Itapoá - SC	18,39
Joinville - SC	45,93
Rio Negrinho - SC	40,87
São Bento do Sul - SC	53,17
São Francisco do Sul - SC	51,03

Fonte: IBGE (2013)

²² Consideram-se, neste estudo, os municípios que compõe a AMUNESC (Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina), quais sejam: Araquari, Balneário Barra do Sul, Campo Alegre, Garuva, Itapoá, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. Os recortes territoriais baseados em critérios estatísticos, políticos e/ou administrativos muitas vezes são insuficientes para análises territoriais, uma vez que os limites assim definidos raramente coincidem com os limites dos arranjos produtivos ou, melhor definindo, dos ‘territórios construídos’ (PECQUEUR, 2005). Mantém-se aqui o recorte estatístico apenas como ilustração da condição daquele local em comparação a outras regiões catarinenses.

Embora a região possua uma boa infraestrutura de serviços, nota-se, pelo quadro 1, a expressiva participação da indústria na economia dos municípios da região. Somente em dois deles, Itapoá e Balneário Barra do Sul, municípios pequenos e que tem no turismo sua principal atividade, através dos segmentos de comércio e serviços, o peso do setor industrial na composição do PIB é menor que no agregado estadual²³. Merece ser destacado o grande peso de Joinville na indústria catarinense. Sozinha, esta cidade produziu, em 2011, 15% do VA industrial do estado.

Essa preponderância do setor industrial pode ser observada também através dos empregos formais, a partir dos quais se pode ainda indicar que segmentos da indústria são mais importantes na região. Em janeiro de 2013, de um total de 247.694 empregados na região, 103.893 estavam na indústria da transformação, um percentual de 42%, bem acima dos percentuais correspondentes para Santa Catarina (34,2%) e Brasil (20,76%). A região representou, assim, 15,99% dos empregos industriais de Santa Catarina, com destaque para o peso dos segmentos Indústria Mecânica (41,21%) e Indústria Metalúrgica (37,46%). Esses dois segmentos geravam, em Janeiro de 2013, 24.018 e 20.296 empregos, respectivamente. Também tem relevância na região os segmentos de Madeira e mobiliário (10.702 empregos, ou 15,77% do total de Santa Catarina no setor) e Material Elétrico (3.911 empregos, 13,64 do agregado estadual) e Material de Transporte (2.918 empregos, ou 15,22% do total do estado) (CAGED, 2013).

Os dados municipais revelam que os empregos da indústria mecânica encontram-se concentrados, nessa ordem, nos municípios de Joinville, Araquari, São Bento do Sul e Garuva. Em relação aos empregos da indústria Metalúrgica, eles são gerados em Joinville, São Bento do Sul, Garuva e São Francisco do Sul. Joinville e Campo Alegre concentram a quase totalidade dos empregos da indústria de Material Elétrico, destacando-se a presença, nessa última, de um único estabelecimento operando no segmento. A indústria de Material de Transporte opera, principalmente em Joinville e São Bento do Sul. Por fim, no segmento de

²³ No caso do município de Itapoá, deve ser registrado que, em dezembro de 2010, foi inaugurado um porto privado, com investimentos de um grupo formado pelas empresas Batistella, LogZ – Logística Brasil e Aliança Navegação e Logística (Hamburg Süd). Em 2013, o Porto atingiu a marca de 1000 navios, com eficiência comparável à dos mais modernos portos do mundo (TECNOLOGÍSTICA, 2013). A posição estratégica do Porto de Itapoá (a 90 km de Araquari) fez com que, recentemente, a BMW o oficializasse como o escolhido para receber peças transportadas da Bélgica até o Norte catarinense, onde está sendo instalada a primeira fábrica da empresa no Brasil. Somado ao Porto de São Francisco do Sul, esse investimento confere à toda região Norte um diferencial importante frente às demais regiões em termos de competitividade. Fonte: <http://www.tecnologistica.com.br/negocios/investimentos/porto-itapoa-pode-operar-normalmente/>

Madeira e Mobiliário, merecem destaque os municípios de São Bento do Sul e Rio Negrinho, que juntos geraram mais de 75% dos empregos do setor na região.

Em termos de estabelecimentos em operação, das 5.582 unidades da Indústria de Transformação presentes na região, 833 são do segmento Indústria Metalúrgica, 621 do segmento Indústria Mecânica, e 1043 do segmento Madeira e Mobiliário. A distribuição desses estabelecimentos entre os municípios da região é semelhante a distribuição dos empregos. Configuram-se, assim, na região nordeste catarinense, duas importantes concentrações industriais: a metal mecânica, cujo principal pólo é Joinville, e a moveleira, concentrada em São Bento do Sul.

As atividades da indústria metal-mecânica presentes na região são bastante diversificadas, compreendendo diversos estágios da cadeia produtiva. Ali são encontradas grandes empresas de fundição, produzindo blocos de motores e peças para veículos; empresas de metais sanitários, fábricas de compressores para equipamentos eletro-eletrônicos (especialmente da chamada ‘linha branca’), fábricas de porcas e parafusos, de motobombas, de compressores de ar, entre outras.

A região conta também com uma boa infra-estrutura de transportes, com importantes rodovias (BR-101 e BR-280), portos (São Francisco do Sul, Itapoá, estando próxima dos portos de Navegantes e Itajaí – cerca de 80 km) e o aeroporto de Joinville (estando também próxima dos aeroportos de Curitiba - cerca de 130 km e Navegantes -a 80 km).

Essas características observadas, bem como a configuração produtiva do nordeste catarinense, estão relacionadas à forma como se deu a ocupação do território. A ocupação da região teve início com a chegada de imigrantes portugueses vicentistas, ainda no século XVII, sendo São Francisco do Sul o primeiro povoado da região a ser reconhecido, em 1658. Todavia, o processo de ocupação se intensificou somente no século XIX, com a chegada de imigrantes europeus, sobretudo alemães, que vieram se instalar na colônia dona Francisca, fundada por iniciativa da Sociedade Colonizadora Hamburguesa. A partir da fundação, em 1851, a cidade de Joinville começou a receber imigrantes que também se direcionaram para outras cidades da região. Esses imigrantes não eram somente agricultores: a maioria deles possuía outros tipos de habilidades técnicas. Conforme Bakkar (2009), entre os grupos de imigrantes, a região recebeu muitos técnicos em mecânica, engenheiros, comerciantes, entre outros. Esse tipo particular de ocupação do território teve, certamente, efeitos importantes na formação e consolidação de Joinville e região como um grande pólo industrial. Os estabelecimentos de tipo metal-mecânico, em particular, foram predominantemente de origem

familiar, fundados por imigrantes alemães que possuíam conhecimentos técnicos e experiência prática na área da mecânica em seu país de origem (BAKKAR, 2009).

Todavia, não é possível compreender as condições iniciais do desenvolvimento regional, sem que seja considerada a evolução do ciclo do mate. A extração, o processamento e a comercialização de erva-mate, em síntese, o complexo ervateiro, tornou-se, em finais do século XIX, a principal atividade econômica da região. Mesmo o processo de fixação de parte dos colonos em municípios da região só foi possível graças à erva-mate. (GOULARTI FILHO e MORAES, 2010) Com engenhos de processamento da erva-mate, e empresas de exportação, Joinville e São Bento do Sul passaram a destacar-se no cenário econômico. Já em 1901, na ocasião do seu cinquentenário, Joinville despontava como a principal economia de Santa Catarina (SAAVEDRA, 1999).

Conforme Goularti Filho e Moraes (2010), até meados da década de 1940, o complexo ervateiro foi o principal indutor da renda e de novos investimentos na região norte catarinense. Seu desenvolvimento levou também à formação de um sistema de transportes, através de investimentos estatais e privados, cujo objetivo era escoar a produção de erva-mate, mas que também abriu espaço para a circulação intrarregional de mercadorias e o crescimento de outras atividades econômicas. Rodovias, a ferrovia que ligava Porto União a São Francisco e o Porto de São Francisco foram objeto de investimentos expressivos, adequando-se às necessidades do complexo ervateiro.

O desenvolvimento do complexo ervateiro criou condições para o surgimento de outros segmentos produtivos. Estimuladas pela atividade ervateira, um grande número de novas atividades surgiu e se consolidou, como oficinas, fábricas de barricas, ferrarias, etc., ampliando cada vez mais o mercado regional. As pequenas indústrias têxteis e metalúrgicas, assim, passaram a ganhar importância econômica cada vez maior. No contexto da crise de 1929 e do início do processo de substituição de importações, a industrialização da região aumentou. Ao longo dos anos 1930 e 1940, estabeleceram-se ali empresas importantes, como a Metalúrgica Tupy, a White Martins, a Buschele & Lepper, a Consul, entre outras (KALB E CARELLI, 2012).

Nas décadas de 1960 e 1970 a industrialização avançou fortemente na região, acompanhando o intenso ritmo de crescimento econômico observado no país. A indústria metal-mecânica aumentou cada vez mais sua participação na produção industrial estadual. Ainda nos anos 70, em processo que avança ainda mais nos anos 80, no contexto da crise brasileira, as maiores empresas da região iniciaram sua ida ao mercado exterior (ROCHA,

1999). Essa internacionalização, junto com a maturação de investimentos realizados no período anterior, permitiram às empresas da região que obtivessem resultados positivos, mesmo em um cenário de crise no restante do país (CAMPOS et al., 2002).

A abertura da economia brasileira nos anos noventa expôs as empresas do setor à concorrência internacional. Para Campos et al. (2002), as empresas líderes do complexo metal-mecânico catarinense buscaram adaptar-se, primeiramente apropriando-se de conhecimento através da importação de equipamentos (*learning by doing, learning by using*). Num segundo momento, se aprofundaram os processos de aprendizagem via interação com fornecedores, clientes, universidades, etc., com o que se obteve maior capacitação tecnológica. A qualificação da mão-de-obra observada localmente é outro fator que também teve importância nesse novo cenário. Desse modo, nos anos noventa as empresas da região, como a Embraco, por exemplo, conseguiram obter significativos ganhos de produtividade, aumentaram sua gama de produtos ofertados e tiveram êxito em ganhar maior inserção internacional.

A reestruturação produtiva e patrimonial e a desverticalização observadas no período, com aumento da terceirização e da automatização, também deu espaço para que surgissem muitas novas pequenas e médias empresas, que se encaixaram no tecido produtivo local, principalmente, como prestadores de serviços industriais. Isso acabou contribuindo para adensar ainda mais o aglomerado produtivo local (BAKKAR, 2009).

Essa estrutura tem parecido atrativa para novos investimentos, entre os quais merecem destaque os da indústria automobilística, das empresas Bayerische Motoren Werke (BMW) e General Motors (GM). No caso da GM, a empresa instalou em 2013, em Joinville, a sua primeira fábrica de motores e cabeçotes no Brasil, com investimentos de cerca de 350 milhões de reais, gerando centenas de empregos diretos e indiretos. Entre os fatores apontados como determinantes para a escolha da região, a empresa elencou elementos ancorados localmente, como a qualificação da mão-de-obra, e a vocação da região para o setor metal-mecânico'. Segundo o vice-presidente da GM no Brasil, "Joinville possui excelente infraestrutura e mão-de-obra bastante qualificada, além de contar com a proximidade de cinco portos no estado de Santa Catarina, o que favorece e muito seu desempenho do ponto de vista estratégico de nossas operações." (GM, 2013)

A BMW iniciará, em 2014, as operações de sua primeira fábrica no Brasil, que está sendo construída na cidade de Araquari, distante a cerca de noventa quilômetros de Joinville. Os investimentos serão de cerca de 540 milhões de reais na primeira etapa, podendo chegar a

um bilhão, gerando, inicialmente, 1.300 empregos diretos. Em novembro de 2013, a empresa já deu início a concorridos processos seletivos para contratação de mão-de-obra.

A ação do estado catarinense, através de seus programas de estímulo, como o Pró-Emprego e o Prodec, bem como a dotação de infraestrutura completa nos terrenos escolhidos para a construção das unidades, foram certamente decisivos para a escolha de Santa Catarina. Igualmente importante, as medidas do governo federal em relação à indústria automobilística no âmbito do Plano Brasil Maior serviram, em especial no caso da BMW, para a escolha do país para sediar a primeira unidade da empresa na América Latina²⁴. No entanto, os atributos regionais aparecem também como importantes para a decisão de investir. Não parece ser simples casualidade que a escolha de ambas as empresas tenha recaído sobre a região nordeste catarinense.

2.1. O setor metal-mecânico: Joinville como região de aprendizagem?

A tradição metal-mecânica de Joinville e região liga-se a colonização, iniciada no século XIX, com a implantação da Colônia Dona Francisca, em particular com os grandes grupos de imigrantes alemães que para ali se destinaram. Merece ser destacado, conforme anotado na seção anterior, que o surgimento do segmento industrial na região de Joinville tem relação com a expansão da exploração, principalmente, da erva-mate, tanto no planalto norte catarinense como em regiões do Paraná. Dada sua posição geográfica privilegiada, Joinville tornou-se fornecedor de serviços demandados no transporte e processamento daqueles produtos, estabelecendo-se ali as primeiras manufaturas.

Nesse sentido, o pioneirismo de Otto Bennack, que fundou uma oficina de tornos em 1893, é sublinhado em diversos trabalhos tanto pela exploração de um segmento que até então pouco interessava ao capital - dada a atratividade da erva-mate, como pela importância na preparação de mão-de-obra, concentrando o maior contingente de mão-de-obra qualificada local (KALB e CARELLI (2012); BAKKAR (2009)). Essa mão-de-obra qualificada, após

²⁴ Além de outras medidas do Programa Inovar-auto, o governo brasileiro anunciou um aumento de 30 pontos percentuais no IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) incidente sobre veículos importados, passando para até 55% desde dezembro de 2011, exceto para produtores do Mercosul e México. Para empresas automotivas que produzem no Brasil e que nacionalizaram pelo menos uma parte da produção, esse valor pode ser abatido. Isso estimulou a vinda de indústrias automobilísticas para o país e reduziu o market-share dos veículos importados no mercado brasileiro, levando a União Europeia a mover ação contra o Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC). G1, 19/12/2013. Disponível em <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/12/ue-questiona-brasil-sobre-impostos-de-carros-importados-na-omc.html>

ser desligada daquela empresa, por demissão ou aposentadoria, terminava trabalhando em outros estabelecimentos industriais em funcionamento na região ou mesmo abrindo negócios próprios, novas empresas que atuavam no segmento industrial local, enriquecendo seu tecido produtivo.

Mesmo com a presença dessas práticas, e mesmo que parte dos imigrantes já possuísse a formação necessária para as operações da indústria, muitas vezes era necessário buscar mão-de-obra especializada fora da região ou mesmo no exterior. Além disso, buscava-se também no exterior a formação de mão-de-obra, para os quais, dadas circunstâncias da ocupação da região, a Alemanha aparecia como um local privilegiado. Conforme KALB e CARELLI (2012, p. 10):

O aprimoramento técnico das empresas inicialmente era feito pela busca de mão de obra especializada no exterior, muitas das vezes, na Alemanha, país que trouxe vários colonizadores para Joinville. Contudo, não só europeus qualificados eram trazidos para a cidade, mais(sic) também os proprietários das indústrias e seus filhos (as) eram para lá enviados, para aprender o modo de fabricar, inventar, inovar nos cursos e estágios nas empresas européias, principalmente alemãs.

Com a intensificação do desenvolvimento industrial, as necessidades de mão-de-obra tornaram-se cada vez maiores²⁵. Já a partir dos anos 1950, ganhou mais corpo o sistema educacional voltado para formação de mão-de-obra qualificada para as atividades metal-mecânicas. Ao mesmo tempo em que a economia se desenvolveu e reafirmou sua condição de pólo industrial, foram criadas condições para a formação de uma importante estrutura institucional de apoio a tal crescimento, que incluía estrutura educacional, fornecida pelo Estado ou pelas próprias empresas ou suas associações, bem como representação patronal.

2.1.1. As instituições formais e o apoio à aprendizagem

A aprendizagem e a inovação são processos que dependem e são estimulados pelo funcionamento de instituições. A estrutura institucional é também base para a cooperação entre os agentes, que potencializa a aprendizagem (LINS, 2007). A região Nordeste catarinense conta com uma estrutura robusta de instituições de ensino e associações de classe,

²⁵ Na década de 70, período de grande crescimento econômico, a industrialização fez com que a população dobrasse de tamanho em pouco mais de uma década. Joinville ficou conhecida como a "Manchester catarinense". As grandes empresas em operação na região, como Consul, Embraco e Tupy atraíram trabalhadores de todo País. (SAAVEDRA, 1999)

que servem de suporte para a aprendizagem. Essa estrutura constitui importantes externalidades e confere melhores condições de competitividade para os agentes locais.

Entre as associações de classe, podem ser destacadas o Sindicato Patronal da Indústria Mecânica de Joinville e Região (SINDIMEC), a Associação de Joinville e Região da Pequena e Média Empresa (AJORPEME), a Associação comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). Elas atuam principalmente no fornecimento de assistência técnica, oferecendo ainda cursos e treinamentos, além de possuírem fóruns para discussão de problemas comuns aos empresários do setor. Elas estimulam as relações de cooperação entre agentes locais, através da criação de consórcios de exportação e para aquisição de insumos, por exemplo.

A AJORPEME foi fundada em 1984, em Joinville, buscando reunir os empresários do norte e nordeste do estado sob o princípio de defesa da livre iniciativa, da propriedade privada, da democracia e do permanente aprimoramento tecnológico-profissional de seus associados. No início reunia 34 empresários. Hoje são cerca de 2.000 associados, todos de pequenas empresas de Joinville e região, sendo considerada a maior Associação de Micro, Pequenas e Médias Empresas do Brasil. A associação fornece treinamentos e cursos de formação para seus associados, em diferentes áreas (AJORPEME, 2013).

O SINDIMEC, fundado em 1968, conta com 115 empresas associadas tem atuação que procura ir além da regulação de questões trabalhistas, concentrando-se em promover o associativismo e a cooperação entre seus associados. Foi parceiro do SEBRAE e da Prefeitura Municipal de Joinville em um projeto de promoção do segmento metal-mecânico no Norte catarinense, encerrado em 2006, com resultados positivos para todo o setor em termos de aumento de clientes e de faturamento (SINDIMEC, 2014)

A ACIJ, centenária Associação Empresarial de Joinville, fundada em 16 de fevereiro de 1911, é uma das entidades de maior representação e força no município e mesmo no Estado de Santa Catarina. Conta, hoje, com vinte e seis Núcleos setoriais, entre os quais merece destaque o de Usinagem e Ferramentaria, que é o mais antigo em operação no Brasil, fundado há mais de 20 anos. Esses Núcleos Setoriais foram criados em 1991 na ACIJ, resultado de um intercâmbio iniciado no final dos anos oitenta entre a ACIJ e a HWK (Câmara de Artes e Ofícios de Munique e Alta Baviera, da Alemanha). O projeto buscava, através de reuniões dos núcleos setoriais, tornar a gestão das empresas mais profissional e permitir o desenvolvimento das empresas menores, mas tornou-se um elemento importante para o surgimento de relações de cooperação na região. Em suas reuniões, são discutidos por seus membros os problemas do setor e discutidas possíveis soluções (ACIJ, 2013).

No âmbito dos núcleos, a ACIJ oferece ainda produtos e serviços para seus associados, como cursos de cursos de formação e treinamento. No caso do Núcleo ferramentaria, por exemplo, são oferecidos os cursos de CNC (Comando Numérico Computadorizado) - Programação Básica (Fresamento); CNC-parametrizado (Nível II); Tecnologias de Ferramentas; Leitura e interpretação de desenho; Metrologia; entre outros.

Alguns núcleos, como o de Automação, tem programas de apoio às empresas. Busca-se garantir aos associados participações em eventos e capacitações, missões empresariais e auxiliar no levantamento de recursos financeiros por meio de financiamentos, fundos de investimentos, editais de subvenção e de projetos específicos para o setor.

Outro importante Núcleo da ACIJ é o de Educação Profissional, que reúne escolas de educação profissional, com o objetivo de garantir que as demandas locais existentes, em termos de necessidade de profissionais qualificados, sejam atendidas, bem como de buscar novas oportunidades, através de parcerias. As principais instituições de ensino da região participam deste núcleo, concentrando ampla oferta de cursos técnicos, cursos superiores, de pós-graduação, de qualificação profissional, além dos chamados cursos *in company*.

As instituições de ensino atuam principalmente na formação da mão-de-obra exigida pela indústria. A região possui uma ampla estrutura educacional, que cobre desde o ensino técnico até a pós-graduação, oferecendo vários cursos, atuando na formação e treinamento da mão-de-obra, na prestação de serviços tecnológicos e até mesmo, embora de forma embrionária, na pesquisa tecnológica²⁶. Essa estrutura de conhecimento contribui para que se observe na região um fluxo intenso de mão-de-obra especializada e de difusão de informações. Com isso, o conhecimento circula entre as empresas, de modo que se observa nestas tanto uma grande capacidade de absorver informações, como de imitar processos e produtos (BAKKAR, 2009).

As próprias empresas investiram, desde cedo, na formação de mão-de-obra. A Fundação Tupy, em 1959 criou a Escola Técnica Tupy (ETT), que buscava qualificar mão-de-obra para atender as demandas que seriam trazidas pela implantação da indústria automobilística no país. A empresa, hoje, tem no setor automotivo seu principal cliente: mais de 60% do faturamento vem da fundição de blocos e cabeçotes de motor. Já em 1958, a Tupy

²⁶ A estrutura tecnológica local é bastante limitada, restrita quase que unicamente à prestação de serviços tecnológicos às empresas. Essa é uma importante limitação do arranjo metal-mecânico local. Segundo Campos, Batschauer e Stallivieri (2004), p.24: “A ausência de suporte institucional para a atividade de pesquisa e as limitações da ação cooperativa nessa área não são empecilho para o desenvolvimento das grandes empresas, mas limitam a capacidade tecnológica que faz avançar o esforço de imitação para capacidade de criação inovativa das micro e pequenas empresas.” A próxima seção discute as limitações à cooperação entre agentes no local.

instalou também seu primeiro centro de pesquisa, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), através da Escola Politécnica. Entre os cursos técnicos oferecidos pela ETT, estão os de automação industrial, mecânica, fabricação mecânica, mecatrônica, metalurgia, entre outros. A ETT dispõe de laboratórios físico-químicos e físico-mecânicos, de metrologia, de ensaios mecânicos, de pneumática, de tratamento térmico, entre outros, que são utilizados tanto na formação de seus alunos como na prestação de serviços técnicos para as empresas locais.

O SENAI tem atuação destacada na região, através de seu Centro de Tecnologia Eletro-metal-mecânica (CTEMM), em Joinville, e do Centro de Tecnologia do Mobiliário (CTM), em São Bento do Sul. No CTEMM são oferecidos cursos como os de Mecatrônica, Ferramentaria de Moldes, Gestão de Processos Industriais – Manutenção Mecânica, Eletromecânica, Automobilística. Embora mais voltado para a produção moveleira, o CTM oferece cursos correlatos ao segmento metal-mecânico, como Eletromecânica e Design Industrial. O CTEMM atua também prestando serviços técnicos às empresas da região, como ensaios e testes, através de seu laboratório de tecnologia mecânica (LATECME), instalado em Joinville. A instituição possui ainda um conjunto de consultores especializados para atender diferentes demandas do setor industrial, sejam elas tecnológicas, ambientais ou de gestão. Atua com pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, design, serviços técnicos ao processo produtivo e serviços operacionais. Presta ainda assessoria quanto ao tratamento de efluentes, investigação e remediação de áreas afetadas, entre outras (FIESC-SENAI, 2014).

O SENAC oferece cursos como de técnico em logística, técnico em administração, técnico em informática entre outros. Tanto o SENAI como o SENAC, oferecem ainda cursos gratuitos no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), do Governo Federal.

A região conta com cerca de 12 instituições que se dedicam ao ensino superior, entre as quais o IFSC (Instituto Federal de Santa Catarina, antigo CEFET), que ainda oferece diversos cursos técnicos, a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), o Centro de Ciências Tecnológicas (CCT/UFSC), a Sociedade Educacional de Santa Catarina (SOCIESC), da qual faz parte o Instituto Superior Tupy (IST), além de contar com campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), entre outras. Essas instituições oferecem cursos superiores como os de Engenharia Mecânica, Engenharia de Produção, Mecatrônica Industrial, Fabricação Mecânica, Ferramentaria, Metalurgia. Oferecem ainda cursos de pós-

graduação, como os de Engenharia de Manutenção Industrial e Engenharia em Mecatrônica Industrial.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ligado à Federação das Indústrias de Santa Catarina (FIESC), cumpre importante papel na região ao promover estágios de alunos nas indústrias locais, fortalecendo a interação entre os centros de ensino e o segmento produtivo. Desde 1994 suas funções foram ampliadas, passando o IEL/SC a ser a entidade da FIESC responsável pela articulação entre o setor produtivo, os agentes de fomento e as instituições de ensino e pesquisa. (FIESC-IEL, 2013)

Deve ser destacado que essas instituições atuam em favor de toda a indústria local, mas grande parte de seus esforços são direcionados para atender às necessidades do segmento metal-mecânico, como pode ser notado pelo rol de cursos superiores e técnicos oferecidos pelas instituições de ensino, bem como pelos serviços e estrutura laboratorial que a região dispõe.

2.1.2 RELAÇÕES ENTRE OS AGENTES

A existência de vínculos cooperativos em um dado espaço local é importante para a disseminação do conhecimento tácito, que pode ser considerado elemento crucial de diferenciação territorial em uma *learnig economy*. As instituições presentes na região nordeste catarinense procuram promover, de várias maneiras, a cooperação entre as empresas ali instaladas. As reuniões nos Núcleos da ACIJ, por exemplo, reúnem empresas de um mesmo segmento para discutir e buscar solução para problemas comuns. No SINDIMEC, o propósito declarado é atuar em prol do associativismo e promover a cooperação entre as empresas do aglomerado metal-mecânico. Essa iniciativas partem da constatação, pelas próprias entidades, de que existem dificuldades em estabelecer um ambiente de cooperação entre as empresas locais, principalmente as menores (BAKKAR, 2009).

Campos, Batschauer e Stallivieri (2004), a partir de dados coletados em pesquisa de campo, procuram identificar as características dos processos de aprendizagem no arranjo produtivo metal-mecânico da microrregião de Joinville²⁷, buscando definir a importância do local para a aprendizagem. Inicialmente, mostram que é relevante o esforço realizado pelas

²⁷ A microrregião de Joinville é composta por onze municípios, a saber: Araquari, Balneário Barra do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim, Itapoá, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, São Francisco do Sul e Schroeder.

empresas para imitar novos produtos e para manter os processos produtivos e organizacionais atualizados. A capacidade de imitação é alta entre as empresas médias, pequenas e micro. Na região ocorre uma intensa divisão do trabalho, com as maiores empresas comprando no local grande parte dos componentes, peças, insumos e matérias-primas que utilizam no processo produtivo, bem como utilizando serviços industriais oferecidos na região, principalmente pelas micro e pequenas empresas que ali operam. Em relação à aprendizagem, a importância das fontes de informação local varia conforme o tamanho das empresas: é maior para as empresas menores, em particular as microempresas. As empresas médias, do mesmo modo que as grandes, já buscariam principalmente fora do arranjo as informações para inovar.

Bakkar (2009) identifica a existência de 3 tipos de cooperação técnico-produtiva no aglomerado metal mecânico de Joinville: 1) fornecimento de materiais às grandes e médias empresas locais, com as micro e pequenas empresas como fornecedoras; 2) subcontratação de pequenas e micro empresas para fornecimento de materiais indiretos e para a prestação de serviços especializados; por fim, 3) a formação de redes de pequenas e micro empresas locais, configuradas em estruturas verticais e horizontais. No caso das estruturas verticais, ocorre uma articulação de empresas para a produção de um dado bem: uma contrata outras para produzir um dado bem. No caso da estrutura horizontal, as empresas produzem um mesmo tipo de bem, associando-se para realizar, em conjunto, uma atividade, como compra de insumos ou exportação.

O consórcio de exportação formado por 5 ferramentarias locais, produtoras de moldes e ferramentas, é um exemplo desse tipo de estrutura horizontal. O consórcio de exportação de moldes, em operação desde 2000, foi fundado para promover a exportação de moldes brasileiros. Como resultado mais concreto, as exportações aumentaram fortemente, passando de 20 mil dólares para 1,54 milhões de dólares, entre 2001 e 2006. Com a desvalorização cambial, e o acirramento dos desentendimentos entre as partes, o consórcio parou de funcionar. A cultura de competitividade do empresariado falou mais alto, mesmo que a cooperação esteja em expansão (BAKKAR, 2009).

No âmbito dos Núcleos da ACIJ, as reuniões entre os empresários são realizadas frequentemente. O propósito é de que os empresários se reconheçam cada vez menos como concorrentes e mais como parceiros, a partir da constatação de que os verdadeiros concorrentes são as empresas localizadas fora da região, não em Caxias do Sul (RS) ou São Paulo, por exemplo, mas ‘no outro lado do mundo’ (ACIJ, 2103). A partir dos encontros do Núcleo de Usinagem e Ferramentaria, as empresas passaram a encontrar soluções para

problemas comuns a todas as empresas do setor. Todavia, a adesão das empresas ainda é, muitas vezes, baixa. Do conjunto de associados, poucos participam assiduamente das reuniões. A relação entre as empresas, que poderia extrapolar a dimensão mercadológica, acaba sendo limitada.

Nesses termos, é notado que ainda há grandes dificuldades para a existência de relações de cooperação mais fortes, observando-se no local uma resistência cultural à cooperação, predominando a noção de concorrência sobre a de cooperação. A falta de confiança é apontada como a principal causa das dificuldades de relação entre as empresas, em especial as pequenas. As próprias associações reconhecem a dificuldade de estabelecer laços de confiança entre os produtores, e se esforçam para estabelecer confiança entre as empresas, necessária para a cooperação. As dificuldades das Associações em promover um ambiente de maior cooperação sugerem a existência de um círculo vicioso, em que a ausência de cultura cooperativa local impede a ação institucional para romper com o isolamento derivado da competição, que se agrava pela falta da ação de coordenação por parte das organizações. Assim, ainda predominaria na região um sistema de governança derivado do mercado (BAKKAR, 2009). Isso acaba impondo restrições à disseminação do conhecimento na região, dificultando a aprendizagem. Trata-se, portanto, de uma limitação importante, que poderia ser enfrentada através da ação de agentes públicos engajados na promoção do desenvolvimento local, entre os quais as Secretarias de Desenvolvimento Regional do Governo de Santa Catarina que ali estão presentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo histórico de ocupação ajudou a traçar o caminho do nordeste catarinense rumo à constituição de um importante aglomerado da indústria metal-mecânica catarinense e brasileiro. A chegada de imigrantes com habilidades técnicas, frutos da formação ou da experiência prática nos países de origem, permitiu o surgimento das primeiras manufaturas, e mais tarde criou condições para o aparecimento de uma área fortemente especializada, concentrada em torno da indústria metal-mecânica. Essa aglomeração produtiva, que precocemente já possuía fábricas do segmento metal-mecânico, se adensou conforme avançou a industrialização no país, desde os anos trinta, em especial a partir dos anos sessenta. Ali se observam também características que permitem a ocorrência de processos de aprendizagem, e circulação do conhecimento, tácito e codificado. Atualmente, as características dessa área tem

se mostrado atrativas para novos investimentos, entre os quais merecem destaque os de duas importantes montadoras, GM e BMW. Além disso, parecem permitir que a região destaque-se no cenário estadual, quando comparada às demais regiões, posicionando-se como uma das que obtém as maiores taxas de crescimento econômico.

A presença de uma forte estrutura institucional na região, que dá suporte à atividade produtiva e facilita o processo de aprendizagem, assegura às empresas do aglomerado maior competitividade e um melhor desempenho no mercado, inclusive ocupando espaço no mercado mundial. Verifica-se na região o que, na linguagem de Pecqueur (2005), são recursos intangíveis específicos, localmente enraizados e intransferíveis. Estes parecem ser os responsáveis pelo desempenho positivo ali observado, especialmente no segmento metal-mecânico. Esses recursos não foram dados, não existiam em estado natural, mas foram construídos historicamente, e constituem hoje uma vantagem comparativa importante. Esses recursos são o fundamento para a aprendizagem e, conseqüentemente, para a capacidade inovativa e para a atratividade da região.

Na estrutura institucional ali verificada destacam-se as associações de classe, como a AJORPEME, a ACIJ e o SINDIMEC, e as instituições de ensino e pesquisa. Essas últimas oferecem uma ampla gama de cursos, médios, profissionalizantes, de graduação e pós-graduação que são relacionados à indústria metal-mecânica. Esses cursos são fundamentais para assegurar ao Nordeste catarinense farta disponibilidade de mão-de-obra qualificada. Há ainda instituições dotadas de infraestrutura, como laboratórios de testes e ensaios físico-químicos, bem como de profissionais especializados, que prestam assistência técnica e outros serviços que são importantes para as empresas locais.

Os fóruns e reuniões criados pelas associações de classe permitem um estreitamento de relações entre os produtores locais. A defesa de interesses comuns frente às diversas esferas do governo é um resultado concreto disso. No entanto, embora sejam observados casos de cooperação entre as empresas locais, ela ainda é incipiente, predominando o mecanismo de mercado como sistema de governança. A cooperação parece ser estrangulada pela presença de uma orientação à competição, que pode ser fruto da falta de confiança, principalmente entre as empresas menores. Essa falta de confiança certamente dificulta a construção de um ambiente de maior cooperação entre os agentes, mesmo com os esforços das instituições locais orientados para essa finalidade. Todavia, mesmo essas limitações, que são percebidas e enfrentadas no âmbito local, não impedem que a região desponte como um espaço privilegiado, em termos de dinâmica econômica, no cenário catarinense e nacional.

Casos como o da região nordeste de Santa Catarina sugerem, em síntese, que o espaço continua sendo uma variável relevante na análise econômica. Nessa região, verifica-se a presença de um ambiente particular, que nutre os processos de aprendizagem no local, o que permite às empresas ali instaladas vantagens em termos de desempenho econômico. Como consequência, a região tornou-se atrativa para novos investidores, adensando sua capacidade produtiva e de aprendizagem, impulsionando ainda mais seu desempenho econômico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIJ. **Associação Comercial e Industrial de Joinville.** Disponível em <http://www.acij.com.br/>. 2013.

AJORPEME. **Associação de Joinville e Região da Pequena, Micro e Média Empresa.** Disponível em <http://ajorpeme.com.br/index/>. 2013

BAKKAR, M. **A indústria eletrometal-mecânica da região de Joinville: do aglomerado industrial ao arranjo produtivo local.** Tese de Mestrado em economia. Curitiba: UFPR – Universidade Federal do Paraná, 2009

CAGED. **Cadastro geral de empregados e desempregados.** Disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php. 2013.

CAMPOS, R.R.; CÁRIO, S.A.F.; NICOLAU, J.A.; LINS, H.N.; BARBOSA, C.R.F. **Reestruturação industrial e aglomerações setoriais locais em Santa Catarina.** In: VIEIRA, P.F. (Org.) **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento.** APED Editora: Fpolis, 2002.

CAMPOS, R.R.; BATSCHAUER, J.; STALLIVIERI, F. **O arranjo eletrometal-mecânico da microrregião de Joinville: a transição para um sistema produtivo e inovativo local.**

SEBRAE/UFSC/NEITEC, 2004.

COURLET, C. **L'Économie territoriale.** Grenoble : PUG, 2008.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A.J.. **The Spatial Economy.** MIT: 2001.

FIESC-IEL. **Instituto Euvaldo Lodi SC: Apresentação.** Disponível em <http://www.ielsc.org.br/web/pt/info/apresenta-ao>. Acesso em 2013.

FIESC-SENAI. Disponível em <http://www.sc.senai.br/>. Acesso em 2013.

GARAFOLI, G. **Economic development, organization of production and territory.** In: *Revue d'économie industrielle.* pp. 22-37. Vol. 64. 2e trimestre de 1993.

GM. **GM Inaugura a fábrica sustentável de Joinville (SC).** Disponível em <http://www.chevrolet.com.br/chevrolet-world/news/gm-inaugura-a-fabrica-sustentavel-de-joinville--sc.html>. 2013.

GOULARTI FILHO, A. e MORAES, F.F. de. **A construção dos caminhos da erva-mate em Santa Catarina: combinação e sobreposição de transportes.** Anais do IV Encontro de Economia Catarinense. Criciúma: 2010.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2011/default.shtm>. 2013.

IBGE. **Estimativas de População.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm> 2013a.

KALB, C. H. e CARELLI, M.N.. **Memória dos Ferramenteiros em Joinville-SC.** In:

ANAIS VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. v. 1. p. 01-14. São Paulo: TICCIH, 2012.

LINS, H. N. **A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação.** In: **Revista Nova Economia.** Belo Horizonte - 17 (1), p. 127-162. Janeiro-abril de 2007

LUNDVALL, B.-Å. **Why the New Economy is a Learning Economy.** In: **Economia e Politica Industriale** : Rassegna trimestrale diretta da Sergio Vaccà, (Nr. 117), pp 173-185. 2003.

LUNDVALL, B.; BORRÁS, S. **The globalising learning economy: implications for innovation policy.** Brussels: European Commission, Directorate General XII – Science, Research & Development, 1997.

MORGAN, K. **The learning region: institutions, innovation and regional renewal.** **Regional Studies**, v. 31, n. 5, p. 491-503, 1997.

PECQUEUR, B. **Le développement local – pour une économie des territoires.** 2ème éd. Paris: Syros, 2000.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul.** Raízes, Campina Grande, nº 01-02, p. 10-22, jan. /dez. 2005.

STORPER, M. **The regional world: territorial development in a global economy.** New York: The Guilford Press, 1997.

SAAVEDRA, J. **Nove de março, uma convenção histórica.** In: AN. 09/03/1999. Disponível em <http://www1.an.com.br/jville99/his01.htm>.

UMA DINÂMICA ASSENTADA NA DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL (SC)²⁸

Felipe Anderson França²⁹

Resumo: O artigo analisa a estrutura industrial do município de Rio do Sul (SC), que constitui o eixo de dinamismo dessa economia. O estudo é pioneiro por identificar a diversificação da base produtiva do município, além de fornecer uma visão de conjunto da indústria local. São abordados, para tanto, os indicadores de emprego industrial e de arrecadação de ICMS na indústria, segmentados pela Divisão CNAE 2.0. Rio do Sul apresenta uma eloquente experiência, no sentido de sugerir a diversificação industrial como um destacado elemento para a compreensão de dinâmicas econômicas territoriais. Mais do que isso, leva a pensar que essa é uma promissora forma de inserção na dinâmica do capitalismo contemporâneo vinculada à globalização. Com intensa participação dos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar, toma forma o cenário que é observado no presente estudo.

Palavras-chave: Diversificação industrial; Desenvolvimento regional; Rio do Sul/SC.

A DYNAMIC SEATED IN INDUSTRIAL DIVERSIFICATION: THE MUNICIPALITY EXPERIENCE OF RIO DO SUL (SC)

Abstract: The paper analyses the industrial structure of Rio do Sul (Brazil), which constitutes the dynamic axis of this economy. The study figures as the first one to identify the production base diversification of the city, in addition to provide an overview of the local industry. It is discussed, therefore, the industrial employment and tax collection (ICMS) indicators, stratified by production activities (according to Divisão CNAE 2.0). Rio do Sul presents a striking instance, in the sense of suggest the industrial diversification as a highlighted element to the comprehension of territorial economic dynamics. Furthermore, it suggests that this is a promising way for integration in the dynamics of contemporary capitalism linked to globalization. With an intense participation from electro-metal-mechanical, clothing and food industry complexes, the concern scenario in analysis is forged.

Key-words: Industrial diversification; Regional development; Rio do Sul/SC.

²⁸ Este artigo é fruto da Monografia de graduação do autor, defendida em julho de 2014, no Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, orientada pelo Prof. Hoyêdo Nunes Lins.

²⁹ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: franca.felipe@outlook.com

INTRODUÇÃO

Rio do Sul é um município catarinense situado na porção ocidental do Vale do Itajaí. Localiza-se precisamente no Alto Vale, sendo que dentro de seu perímetro urbano se forma o rio de maior importância econômica do estado, o Itajaí-Açu. Com mais de 60 mil habitantes, o município é o 19º no ranking populacional catarinense, 24º no tamanho do Produto Interno Bruto, e ainda o 7º maior município exportador de Santa Catarina, segundo dados do IBGE (2010a), e MDIC (2010).

Um município com 93% de população urbana (IBGE, 2010a), que possui uma socioeconomia norteadada por empresas dos complexos eletrometalmecânico, vestuarista e alimentar. Entretanto, não se trata de uma economia caracterizada e explorada pela literatura, e o entendimento da estrutura industrial do município, que é o polo regional para mais de 250 mil catarinenses, fica defasado. Não obstante, quando analisada a socioeconomia de Santa Catarina, é comum o fato de os estudos nem sequer tomarem conhecimento de Rio do Sul³⁰.

Figura 1 – Localização geográfica de Rio do Sul



Fonte: Wikimedia, 2014, S.p. Adaptado.

³⁰ Cardoso (1984, p. 3) já escrevia sobre a escassez de literatura a cerca do município: “Rio do Sul, cidade e município que polariza o Alto Vale do Itajaí, ressenete-se portanto, há muito, da inexistência de um opúsculo deste gênero [compêndio histórico e geográfico]”.

Concomitantemente, a estrutura industrial catarinense costuma ser indicada por mesorregiões. Estudo realizado há uma década e meia (IPEA et al, 2000) é bastante ilustrativo, sintetizando a morfologia da rede urbana de cada região. No caso do Vale do Itajaí, o estudo assinala:

A mesorregião do Vale do Itajaí [...] caracteriza-se por três diferentes unidades: uma porção fortemente industrializada [eixo Blumenau – Brusque], uma porção litorânea – ambas intensamente urbanizadas – e uma porção nitidamente agropecuária [Alto Vale] [...] Sua área agrícola não sinaliza mudanças significativas, apenas a continuidade de movimentos migratórios, não muito intensos, dirigidos aos centros mais dinâmicos da própria região (IPEA et al, 2000, p.138 e 139).

Inferese da leitura acima que a área agrícola, isto é, o Alto Vale como um todo, perpetua uma migração, que apesar de fraca, é guiada pela malha urbana formada, em grande medida, por Blumenau. Outrossim, a porção oeste do Vale do Itajaí não sinaliza mudanças significativas em sua rede urbana. O mesmo estudo assinala, todavia, o município de Rio do Sul como “polarizador de uma extensa área com expressão agropecuária” (IPEA et al, 2000, p. 137).

De fato, as últimas décadas têm demonstrado a consolidação de uma estrutura industrial diversificada em território rio-sulense. Dados do IBGE (2000; 2010a) também mostram que o município está longe de dirigir um movimento migratório em direção a outras regiões: seu crescimento populacional foi de 18,5% entre os dois últimos anos censitários. A título de comparação, Blumenau registrou, no mesmo período, um aumento populacional de 18,03%.

Outros estudos, como SANTA CATARINA (1986), apesar de considerarem Rio do Sul como pertencente à área industrial do estado, devido à colonização predominantemente alemã, não destacam quais são as empresas ou setores produtivos de destaque do município:

[Região industrial de origem alemã]: No nordeste de Santa Catarina, de Joinville até Rio Negrinho, no planalto norte e deste até Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí, continuando em direção a Brusque, no vale do Itajaí-Mirim, seguindo até Blumenau e daí até Joinville, fechando-se o perímetro da área onde se localiza a região mais industrializada [...] totalizando mais de 50% do valor da produção industrial catarinense [...].

Assim, o objetivo central deste artigo é encontrar evidências que apontem a diversificação industrial de Rio do Sul, destacando quais os setores produtivos – e principais empresas – que compõem o tecido industrial local. Esse esforço contribui, portanto, para uma melhor percepção da realidade socioeconômica local, uma vez que se ocupa do centro dinâmico, por assim dizer, da economia de Rio do Sul.

O presente estudo é organizado da seguinte maneira: na seção 2 discute-se a ideia de diversificação industrial como elemento de dinamização econômica; na seção 3 é feita a contextualização da problemática regional na economia brasileira; na seção 4 são caracterizadas as principais empresas e explorados indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul; por fim, na seção 5, são feitas as considerações finais.

1. ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA COMO PARADIGMA E SEU CONTRAPONTO

Nas últimas décadas, ao redor do mundo, novas realidades na esfera produtiva começaram a ser observadas e ressaltadas. A década de 1980, por exemplo, passou a evidenciar a flexibilização das atividades produtivas, mais ou menos relacionadas com o tipo de produção fordista/taylorista e, de maneira óbvia, o *just-in-time*. Alguns autores preferem falar de pós-fordismo ou acumulação flexível, como Harvey (1992).

Essas mudanças foram promovidas por avanços que, inclusive, ultrapassaram fronteiras tecnológicas, como na microeletrônica. Concomitante foi o avanço nos meios de comunicação e transporte, desvencilhando unidades produtivas das áreas geográficas onde se situam seus fornecedores ou compradores – reverberando o uso do conceito de empresas/indústrias “*footloose*”³¹. Além disso, as pequenas e médias empresas passaram a figurar como protagonistas nesse cenário de crescente flexibilização e terceirização de etapas produtivas.

É simplesmente lógico afirmar que os Estados nacionais não permaneceram inertes nesse movimento. A formulação estratégica de políticas de fomento à atividade industrial no interior das Nações, em seus diversos territórios, fez crescer o uso de algumas abordagens que passaram a figurar, de certo modo, como uma nova “ortodoxia” no campo do desenvolvimento econômico com dimensão espacial.

A referida ortodoxia diz respeito aos estudos que centram seus esforços em ambientes como clusters e distritos industriais, cuja concentração espacial e especialização produtiva nutriram o entendimento de que estes ambientes constituem uma importante via para o desenvolvimento econômico.

³¹ Esse termo costuma ser usado como referência a segmentos industriais que possuem uma notável “liberdade de localização”, buscando estritamente a diminuição de custos operacionais a partir, por exemplo, da redução dos custos com mão de obra e incentivos fiscais que diferentes localidades podem oferecer. Vários são os fatores que permitiram, e permitem, com que indústrias possuam maior liberdade para a escolha de sua localização. Dois deles merecem destaque: i) a terceirização e subcontratação de serviços ao longo das cadeias produtivas; ii) queda nos custos de transporte e comunicação. Dessa maneira as distâncias geográficas “perdem” importância, e, cada vez mais, diferentes ambientes geográficos passam a integrar, de alguma forma, cadeias produtivas.

Portanto, ainda que se observe uma maior “deslocalização” das atividades produtivas, aparece na contramão desse processo a importância da concentração espacial da produção, esmorecendo, de certo modo, a desconcentração de bases produtivas. Lins (2000, p. 36) observa que:

Assiste-se, por exemplo, a uma certa reconcentração geográfica da produção, baseada no fato de que a desintegração vertical implica estruturas elaboradas de relações transacionais, envolvendo contatos diretos (face a face), trocas de informações estratégicas e subcontratação intensa, fruto da maior necessidade de monitoração constante da qualidade do produto e do uso de serviços de apoio aos produtores.

Assim, com vantagens associadas às economias de aglomeração, ganharam força não apenas as regiões que concentram determinada atividade produtiva, mas também os estudos que se debruçam sobre a identificação de *complexos produtivos localizados*. De acordo com Lins (2007, p. 130): “Detecta-se na literatura o entendimento de que o espaço – assimilado à proximidade entre agentes econômicos [...] e à “herança” que os territórios concentram e transmitem – é essencial aos processos de aprendizagem e inovação”.

Entre os estudos cujo enfoque é a concentração produtiva podem ser identificados aqueles que trabalham com a ideia de “áreas sistemas” ou “distritos industriais”. Em outras palavras, estudos que abordam a concentração geográfica e a especialização de determinado complexo produtivo.

Observados em países como Itália (região da Emilia Romagna, principalmente), Alemanha (Baden-Württemberg), Dinamarca (Jutland) e França (perto de Lyon e na área de Grenoble); trata-se principalmente de PMEs [pequenas e médias empresas] concentradas territorialmente e que produzem bens similares, em contexto de fragmentação em escala de firma, mas de forte integração vertical na região [...] (LINS, 2000, p. 38).

Além dos conceitos já citados, Porter (2000) utiliza uma noção que possui uso amplo na literatura: a ideia de “cluster industrial”. Na definição deste autor, o cluster é a concentração geográfica de empresas de determinada indústria – fornecedores especializados, prestadores de serviços e também instituições (ensino, pesquisa, cooperação, entre outros).

Na economia global, políticas macroeconômicas são necessárias, mas não são suficientes. As influências mais decisivas e inevitáveis do Estado estão na escala microeconômica. Através dela, a remoção de obstáculos para o crescimento e desenvolvimento de clusters existentes ou emergentes assume prioridade. Clusters são uma força condutora para aumentar exportações e imãs para atrair o investimento externo (PORTER, 2000, p. 16).

Apesar de diferentes, os conceitos de distrito e cluster compartilham algo fundamental: a ideia de que aumenta a produtividade das empresas inseridas nestes espaços. Assim, a especialização produtiva territorial é entendida como uma mola mestra para o aumento da produtividade das firmas – e, por consequência, de sua competitividade, intensificando também a dinâmica e a inserção de mercado de tais empresas, tendo efeitos irradiadores sobre a socioeconomia em que se inserem.

Esboçado o cenário da aparente “ortodoxia”, Lins (2000, p. 40, grifo no original) faz importantíssima colocação: “É a experiência europeia dos ‘distritos industriais’, notadamente na versão italiana – tornada paradigmática – que tem inspirado grande parte das análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*”.

As palavras de Marshall (1979, p. 225) enaltecem a importância da concentração geográfica de uma atividade produtiva:

Quando uma indústria escolhe uma localidade para si, geralmente nela permanece por muito tempo, tão grandes são as vantagens que as pessoas que realizam uma mesma atividade especializada obtêm umas das outras, numa vizinhança próxima. Os mistérios da atividade deixam de ser mistérios; ficam como se estivessem soltos no ar, e as crianças aprendem muitos deles inconscientemente. [...] E atividades subsidiárias crescem na vizinhança, fornecendo implementos e materiais à indústria principal [...].

A argumentação central de Marshall (1979) vincula-se à ideia de que a aglomeração territorial em determinada atividade produtiva gera um conjunto de vantagens – principalmente as que vieram a ser conhecidas como “economias externas marshallianas”. Também, nas entrelinhas das palavras de Marshall, está o conceito de conhecimento tácito. Este conhecimento, “impregnado nos ambientes produtivos [...] e ‘fixado’ em localizações específicas, constitui pilar fundamental da competitividade tendo e vista as ‘rugosidades’ que se interpõem à sua propagação em escala ampla” (LINS, 2007, p. 131).

É nesta toada que ganham força, no Brasil, estudos que tratam dos chamados “Arranjos Produtivos Locais”, os APLs – que fazem referência à ideia de aglomerações industriais³². Nesses estudos, a proximidade geográfica, a especialização setorial, a predominância de PMEs, a identidade sociocultural e a existência de instituições que alavanquem a atividade local figuram como fatores chave.

Como fio condutor das análises até agora abordadas nesta subseção, tem-se, portanto, o entendimento de que a especialização é uma vantagem, algo importante e decisivo, para que

³² APLs foi como se designou essas aglomerações no âmbito de estudos do Redesist – Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais. Ver, por exemplo, Cassiolato e Lastres (1999).

as regiões possam manter – ou aumentar – sua participação na dinâmica capitalista. Isso seria verdadeiro, inclusive, no marco da globalização.

A globalização e as facilidades de transporte e comunicação levaram à uma onda de terceirização, onde as empresas realocam suas instalações para locais de baixo custo. Entretanto, essas mesmas forças criaram um paradoxo de localização. Qualquer que seja a eficiência obtida com a distância tem sido essencialmente *anulada* como uma vantagem competitiva nas economias avançadas. [...] Apesar do avanço tecnológico atenuar as desvantagens, ele não cria vantagens. Além disso, o abastecimento distante normalmente é a segunda melhor solução em relação ao acesso a um cluster local competitivo em termos de produtividade e inovação (PORTER, 2000, p. 32, grifo no original).

Assim, a ênfase mais importante dos clusters ou distritos industriais – e, no Brasil, devido à terminologia que ganhou dimensão, dos APLs – passou a marcar de modo irrecusável inúmeros estudos em economia regional, adquirindo contornos paradigmáticos. Isso significou, praticamente, a relegação a segundo plano, em termos analíticos, do papel de outras estruturas industriais, também capazes de promover dinamismo e desenvolvimento econômico.

Entretanto, como costuma ser o caso diante de quaisquer arcabouços de análise tornados quase uma “ortodoxia”, é preciso ter claro que esses aglomerados não constituem a única e definitiva “verdade” no campo da dinâmica industrial e do desenvolvimento regional. De fato:

Cabe referir [...] à aparente aura de ortodoxia que caracteriza algumas análises sobre os novos *complexos produtivos localizados*, especialmente na versão “distrito industrial/marshalliano/italiano”. [...] [A] “forma distrito” [não] é a tradução geográfica fundamental, espécie de padrão espacial que configura regra, da atividade industrial [...] (LINS, 2000, p. 48, destaque no original):

Algumas abordagens procuram estabelecer um contraponto à ideia de que a especialização produtiva é condição incontornável do desenvolvimento regional, diante da enorme complexidade dos modernos processos produtivos globais. Uma notável ilustração é fornecida pelos estudos de Breitbach (2003; 2007), que sistematizam contribuições analíticas e, simultaneamente, desenvolvem análises específicas, sobre a diversificação industrial, e não a especialização, como base da dinâmica local/regional. Em outras palavras: essas dinâmicas podem ser explicadas, também, pela diversificação industrial.

A análise construída neste estudo compartilha o entendimento de Breitbach (2007, p. 28), segundo o qual: “De maneira geral, a especialização tornou-se palavra-chave para se obter uma inserção competitiva no mercado mundial, constituindo-se em pré-requisito para o bom desempenho econômico”.

Contudo, ainda que a especialização produtiva exerça importante papel para dinâmicas territoriais, é preciso abertura analítica para outras possibilidades. A razão é que podem existir diversos fatores explicativos para as dinâmicas regionais, sendo a diversificação industrial um desses. Afinal, “Uma indústria diversificada dá oportunidade a que os ramos com melhor desempenho substituam aqueles que passam por dificuldades, conforme a conjuntura. O desemprego em um ramo pode significar absorção de mão de obra por outro” (BREITBACH, 2007, p. 30).

Desse modo, uma região diversificada corre menores riscos, sobretudo em momentos de turbulência econômica, principalmente no que diz respeito a um indicador tão importante como o nível de empregos. Por motivos lógicos, uma região diversificada tenderia a ser menos vulnerável ao jogo de forças econômicas do sistema capitalista, pelas possibilidades de compensação entre as situações de diferentes setores.

Note-se que, se o tema das inovações ocupa um lugar central nas análises desenvolvimentistas no marco da “ortodoxia” das aglomerações produtivas especializadas, essa mesma questão aparece nas visões que realçam a diversificação.

Contrarrestando a tendência dominante, os estudiosos dos “meios inovadores” não compartilham da ideia que o desenvolvimento regional deva fundar-se sobre a especialização produtiva. Alguns salientam que as regiões diversificadas – por disporem de um tecido industrial mais flexível – estariam mais aptas a reagir a situações de riscos e incertezas, que caracterizam a economia globalizada. [...] Com efeito, tem-se verificado que regiões altamente especializadas podem sofrer fortes oscilações em seu ritmo de crescimento, muitas vezes trazendo consequências significativas para o conjunto da organização sócio-territorial correspondente (BREITBACH, 2008, p. 5).

Ademais, possuindo determinada região fatores que, além de terem estimulado a diversificação industrial, permitem a consolidação dessa estrutura produtiva – como salários relativamente baixos, bons níveis de escolaridade e capacitação da mão de obra – é possível que ela possa responder aos desafios incrustados na dinâmica da globalização e, mais amplamente, nos movimentos do capitalismo contemporâneo.

Não se trata, evidentemente, de negar a importância da formação e consolidação de complexos produtivos especializados, mas sim de assinalar que também a diversificação da base produtiva em escala territorial pode representar estrutura apta – e representa como mostrou Breitbach (2003) – ao envolvimento positivo de locais e regiões à dinâmica capitalista global.

Admitindo que certas unidades territoriais possam ter uma estrutura produtiva diversificada, podendo, ainda, levá-las a um melhor encaixe nas dinâmicas capitalistas, surge

a necessidade de mensurar a intensidade da diversificação/especialização dos territórios. Para isso, Almeida e Ribeiro (1991) criaram uma tipologia – que também foi utilizada e complementada por Breitbach (2008) – batizada de Indicador de Singularidade/Pluralidade dos Centros Urbanos, visando estabelecer o grau de diversificação de uma unidade territorial³³.

Tal tipologia tem como base o Valor da Transformação Industrial – VTI, indicador calculado pelo IBGE que diz respeito ao valor que o trabalho exercido em cada estabelecimento industrial acresce ao valor das matérias-primas, componentes e materiais consumidos. Nesse sentido, o estudo de uma região específica requer a estratificação do VTI pelos gêneros industriais, onde o grau de diversificação ou especialização é mensurado da seguinte maneira:

Figura 2 – Classificação industrial por gêneros, de acordo com o Indicador de Singularidade/Pluralidade dos Centros Urbanos.

Característica	Valor da Transformação Industrial
1) Centros fortemente monoindustriais	Um gênero detém 75% ou mais do VTI.
2) Centros monoindustriais	Um único gênero detém entre 50% e 75% do VTI, ou; Um único gênero detém entre 45% e 50% do VTI, desde que não haja outros gêneros que respondam por mais de 10% do VTI.
3) Centros bipolares	Dois gêneros com VTI acima de 10% cada, sendo que pelo menos um deles é responsável por mais de 25% do VTI.
4) Centros com tendência à diversificação	Três gêneros superiores a 10% cada, sendo que, juntos, perfazem mais de 60% do VTI total.
5) Centros diversificados	Três gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.
6) Centros fortemente diversificados	Quatro gêneros superiores a 10% cada, cuja soma não ultrapasse 60% do VTI total.

Fontes: Almeida e Ribeiro (1991); Breitbach (2008). Elaboração própria.

Como o VTI não é disponibilizado pelo IBGE em nível de município, é possível utilizar outras duas variáveis estratificadas por atividade industrial, a fim de estabelecer o grau de diversificação da indústria: a) nível de empregos, e; b) arrecadação de ICMS.

³³ Almeida e Ribeiro (1991) utilizaram sua tipologia apenas para os centros urbanos de maior expressão no Brasil, análise esta que excluiu inúmeros centros regionais – a exemplo do caso analisado por este artigo. Interessante ressalva é feita pelos autores: “Sua principal restrição vincula-se à questão da escala de representação do mapa [...], que gerou a obrigatoriedade de estabelecer um patamar mínimo [...], o que excluiu da análise algumas áreas industriais que têm peso importante no processo de industrialização nacional. Pode-se argumentar que [...] uma série de centros do Sul [do Brasil], que não entraram na análise, são regionalmente importantes, com suas pequenas indústrias fornecendo insumos para segmentos importantes da agricultura e mesmo para outras indústrias maiores” (ALMEIDA; RIBEIRO, 1991, p. 80).

O nível de empregos é um importante indicador para a análise de uma socioeconomia. Alguns leitores se mostrarão céticos em relação ao uso da base de dados da RAIS, dado que ela se apoia nas informações divulgadas pelos empregadores, e ainda desconsidera a porção informal dos empregos da economia. Porém se trata da fonte mais segura e objetiva de dados de emprego industrial no país, permitindo ainda uma análise da evolução histórica do nível de empregos, com abertura detalhada dos dados por atividades produtivas e por abrangência geográfica.

Para enriquecer a análise, bem como para complementar o estudo do número de empregos, será utilizada a mesma tipologia, com base na arrecadação de ICMS do município, disponibilizado pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina – SEF/SC. É um indicador importante, pois, suas variações acabam por retratar as oscilações da atividade econômica de um setor industrial. E ainda, a principal preocupação com o uso do “ICMS industrial” está ligada, fundamentalmente, em melhor analisar as atividades não intensivas em mão de obra, que ficam subestimadas em uma análise de nível de emprego.

2. A PROBLEMÁTICA REGIONAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O Brasil não faz parte do grupo de países que comandam o processo globalizador das cadeias produtivas, como EUA, Japão ou Alemanha. Todavia, “embora o Brasil não apareça como participante de primeira linha no jogo político-econômico global, dinâmicas protagonizadas nessa escala têm afetado a economia da Nação” (LINS, 2001, p. 78).

Num cenário onde imperam dinâmicas exercidas por empresas e conglomerados transnacionais, a diferenciação tornou-se palavra chave para as diferentes unidades territoriais. Afinal, quando um agente global quer decidir para onde ir, ele toma a decisão com base na diferenciação regional, no que um território pode oferecer e que outros não podem. Daí vem a máxima “pensar globalmente e atuar localmente”.

E é natural que as regiões melhor preparadas obtenham os melhores resultados – o que tende a intensificar as desigualdades territoriais. A necessidade de implantação de políticas de desenvolvimento regional por parte do Estado se torna fundamental, caso seja de interesse do poder público reduzir as disparidades inter-regionais e distribuir o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Portanto, conforme determinadas regiões no interior de diferentes países atraem os elementos mais intensos de dinâmica econômica, o cerne do debate torna-se o espraiamento de seus efeitos, sobretudo em países com menor nível de desenvolvimento, caso do Brasil. Observou-se nesse país, até os anos 1970, um crescimento com forte concentração espacial, onde as metrópoles nacionais cresceram exponencialmente. Não obstante, a sociedade brasileira estava engatada num processo de êxodo rural. Ao analisar a sociedade e a economia brasileira nas décadas de 1970 e 1980, Faria (1991, p. 102) afirma:

[E]mergiu uma complexa e intrigante sociedade urbano-industrial. Complexa por que marcada pelos processos que constituíram, entre nós, uma das maiores economias contemporâneas. Intrigante porque, afora sua complexidade e seu tamanho, essa economia mundial crescentemente internacionalizada esteve – e está – longe de apresentar características das sociedades industriais avançadas [...].

Nesse período, o governo militar não escondia a preocupação em desconcentrar a produção no país, bem como o padrão de ocupação urbana em seu território. Com auge na instituição do Plano de Integração Nacional – em 1970 – sob o comando de Médici, a cunhagem dos lemas “Integrar para não Entregar” e “Uma terra sem homens para homens sem terra”, a desconcentração urbana e produtiva ganhava força.

Todavia, era, sem dúvidas, árduo o combate à tendência de concentração espacial dos investimentos na economia brasileira. Pacheco (1996) destaca um mix de fatores que, entre 1970 e 1990, se fez necessário para a reversão desse movimento: a) deseconomias de aglomeração nos grandes centros urbanos; b) integração produtiva do mercado nacional; c) pressões ambientais nas áreas intensamente industrializadas; d) políticas de governo. Ferreira e Diniz (1995) ainda apontam a pressão sindical nos grandes centros e o desenvolvimento da infraestrutura em outras regiões do país. Assim, as atividades econômicas foram seduzidas por outros estados e regiões, que não as grandes metrópoles brasileiras – ênfase para a Grande São Paulo.

Ferreira e Diniz (1995, p. 50) destacam os indicadores apresentados na principal região industriais do Brasil, entre 1970 e 1990:

A área metropolitana de São Paulo veio a se constituir, ao longo deste século, na maior concentração de atividades industriais e urbanas e de população do País. Em 1970, sua participação na produção e no emprego industrial do Brasil atingiu, respectivamente, 44% e 34%. Essa participação, entretanto, caiu para 26% e 25% em 1990 [...].

Deste modo, observa-se uma mudança no padrão urbano brasileiro, desconcentrando-se enquanto a economia nacional experimenta e reflete os efeitos da globalização. Faria (1991) revela que nas décadas de 1960 a 1980 surgiram 386 cidades em território nacional com mais de 20 mil habitantes. Não por acaso, os anos 1970 apontam avanço industrial na vasta maioria do território brasileiro.

Nesse quadro de metamorfose socioeconômica com dimensão espacial, a região Sul do Brasil não representa um caso à parte. Os setores que deram base ao seu crescimento econômico são apontados por Pacheco (1996, p. 116):

O Sul vai gradativamente ampliando sua participação, devido ao crescimento da metal-mecânica, [...] da têxtil de Santa Catarina, da indústria de papel e celulose do Paraná e Rio Grande do Sul e, por fim, pelo acelerado processo de integração da agropecuária com a agroindústria nos três estados.

A região Sul também assistiu a diversificação de seu parque industrial, tendo a Região Metropolitana de Curitiba, a região de Caxias do Sul e o Nordeste Catarinense como ícones deste processo. As especificidades de Santa Catarina são tratadas por Lins (2003), que mostra que o fortalecimento da estrutura industrial do estado se deu por ramos dinâmicos, como o complexo metal-mecânico, e com ramos tradicionais, como o complexo têxtil-vestuário e de alimentos.

Uma vez que a desconcentração produtiva brasileira não é constituída pelo traslado do parque fabril ou abandono de antigas áreas industriais, mas, sim, pelos novos investimentos, que procuram áreas mais propícias aos seus processos produtivos, surgem também, problemas. Para Pacheco (1996, p. 127) “há desconcentração mas não reversão da polarização, porque não existem alternativas de polarização externas a São Paulo”.

Ainda que a economia brasileira tenha se desconcentrado, Pacheco (1996) se mostra atento à tônica da competição inter-regional, advertindo sobre a fragmentação da economia brasileira. Isso porque não é estranha aos movimentos de novas bases produtivas a existência de guerras fiscais, onde estados e municípios travam intensas disputas para a conquista de determinadas plantas industriais. O setor automobilístico é, talvez, a prova mais evidente desse fenômeno.

Não obstante, o movimento de desconcentração industrial brasileiro é ameaçado pela ótica administrativa das empresas. Ao reestruturar sua economia, na década de 1990, o Brasil se engatou à dinâmica estratégica dos conglomerados transnacionais, que introduziram importantes mudanças na organização produtiva de tipo fordista. O que está sob o véu da

flexibilização produtiva e o difundido sistema *just-in-time*, é o estreitamento das relações inter-firmas, e uma conseqüente aproximação física, lubrificando um funcionamento coordenado (conforme destacado na seção anterior). Aumentou ainda o grau de especialização necessário da mão de obra, reforçando – como assinala Pacheco (1996, p. 133), o:

[...] papel de centros urbanos com mercado de trabalho altamente qualificado, excluindo regiões com sistemas educacionais e culturais debilitados, que tendem a ser repositórios de atividades de baixos salários, baixa qualificação e baixa qualidade de vida, realimentando o processo de exclusão.

Esses movimentos no processo de ocupação do território brasileiro representam apenas algumas das dinâmicas inter-regionais no país. A promoção do desenvolvimento no Brasil requer um olhar atento para suas diversas regiões, e no caso da economia catarinense – na qual se insere este estudo – estimular o dinamismo além dos municípios de Joinville, Blumenau, Florianópolis, Criciúma e Chapecó – centros de gravidade de tecidos socioeconômicos regionais. Isto é, utilizar as heterogeneidades do estado em prol do crescimento e desenvolvimento econômico próprio. Deste modo, compreender de forma clara as particularidades e diferenças entre as regiões e os municípios catarinenses é fundamental – justificando a análise de um município em específico, o caso de Rio do Sul.

3. MENSURANDO O GRAU DE DIVERSIFICAÇÃO INDUSTRIAL DE RIO DO SUL

Antes de revelar o perfil das atividades produtivas na indústria de Rio do Sul é preciso indicar, primeiramente, que esse setor constitui o elemento central da dinâmica econômica do município. A tabela 1 reúne algumas indicações dessa dinâmica para a primeira década do século XXI.

Tabela 1: Indicadores socioeconômicos do município de Rio do Sul

Ano	População (variação) [variação em SC]	Emprego formal (variação) [variação em SC]	Emprego industrial (variação) [variação em SC]	Exportações (variação) [variação em SC]	PIB a preços de 2000 (variação) [variação em SC]
2000	51.650	13.034	5.222	US\$ 10.545.025	R\$ 437.176.000
2010	61.198 (19%) [17%]	28.511 (119%) [83%]	8.653 (66%) [66%]	US\$ 150.183.224 (1324%) [242%]	R\$ 596.554.000 (37%) [57%]

Fontes: IBGE (2000; 2010a); RAIS/MTE (2000; 2010); MDIC (2000; 2010). Elaboração própria.

Como pode ser observado, Rio do Sul exibiu na última década uma dinâmica considerável. O crescimento de sua população, de seu emprego formal e – principalmente – de suas exportações, superou o avanço observado na economia catarinense. O emprego industrial, por sua vez, acompanhou o crescimento observado em Santa Catarina.

Já a evolução do PIB municipal foi menor, quando comparada ao estado. Este fato guarda relação com os efeitos da crise econômica de 2008, que parece ter repercutido de forma mais intensa e duradoura na economia rio-sulense. Isso é sugerido pela observação do crescimento do PIB municipal e estadual entre os anos de 2000 e 2008: nesse período, a evolução do produto interno catarinense – a preços constantes – foi de 47%, enquanto a de Rio do Sul foi de 50% (IBGE, 2000; 2008). Essa dinâmica rio-sulense, que se destaca em escala de economia catarinense, possui respaldo num elemento fundamental: a indústria local.

A representatividade da indústria em Rio do Sul, por sua vez, é exposta pelos seguintes números: esse setor participa com 39,19% do Produto Interno Bruto (IBGE, 2010b); com 30,35% do Emprego Formal (RAIS/MTE, 2010) e; com 54,01% da arrecadação de ICMS do município (SEF/SC, 2012). Esses dados, sobretudo o relativo à arrecadação, revelam a importância da indústria para a economia rio-sulense.

Cabe ressaltar que o PIB industrial do município se mostra elevado quando comparado ao estado de Santa Catarina, escala em que representa 34,09% do total (IBGE, 2010b), e ainda maior quando cotejado à economia brasileira, onde a representação é de 26,8% do total (IBGE, 2010b).

Ademais, trata-se do setor industrial mais denso do Alto Vale do Itajaí, uma microrregião com considerável dimensão territorial – terceira maior de Santa Catarina, ocupando 7,9% do território de Santa Catarina (IBGE, 2010a) – e com municípios de baixa população – média de 7.387 habitantes/município, excluindo Rio do Sul. Pode-se dizer que essas duas características, combinadas, demandam a existência de um município polo, e que Rio do Sul responde a essa necessidade. Isso se deve fundamentalmente à sua indústria, que gerou a maior concentração populacional e urbana da região e, ainda, pressionou pela existência de um setor de serviços que atende não só o município, mas todo o seu entorno.

Abaixo, na tabela 2, são disponibilizadas informações que compõem um retrato do cenário contemporâneo no município.

Tabela 2 – Indicadores econômicos de Rio do Sul para o ano de 2010

Setor Variável	Agropecuária		Indústria*		Comércio e Serviços		Total	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
PIB	R\$ 16.757.000	1,26	R\$ 521.514.000	39,19	R\$ 792.513.000	59,55	R\$ 1.330.784.000	100
Emprego Formal	105	0,01	8.653	30,35	19.753	69,28	28.511	100
Arrecadação ICMS**	R\$ 47.424	0,08	R\$ 30.733.628	54,01	R\$ 26.125.412	45,91	R\$ 56.906.465	100

Fonte: IBGE, 2010b; RAIS/MTE, 2010; SEF/SC, 2012.

* Exclusive construção civil.

** Dados de 2012

Uma vez assinalado que é a indústria a principal responsável pelo dinamismo socioeconômico do município de Rio do Sul, é necessário aprofundar a análise, identificando os diferentes segmentos presentes – dada a diversificação produtiva que a indústria local apresenta. Primeiramente serão apresentados os principais setores e empresas que compõem o parque industrial local – com informações coletadas em entrevistas com empresários, diretores e sindicatos laborais e patronais. Em seguida, serão sistematizados os dados de emprego e arrecadação de ICMS por setor.

3.1 Setor eletrometalmecânico

O complexo industrial formado pelos setores eletrônico de comunicação, metalúrgico e mecânico é responsável por 40% do emprego industrial do município (RAIS/MTE, 2012), e ainda responde por 61,8% da arrecadação de ICMS em Rio do Sul³⁴. Entretanto, não é possível apontar uma única empresa ou um único produto fabricado que seja destaque. Tal complexo revela considerável diversificação, sendo a totalidade das empresas nativas do município, e algumas delas atraindo investimentos externos sob a forma de *joint-ventures*.

Exemplo da sinergia presente entre as empresas deste setor é a criação, em 1973, do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul – Simmers. Não obstante, são empresas que alcançam destaque em nível nacional nos segmentos em que atuam. Algumas das principais empresas são: Frahm, Riosulense, H-Bremer, Hergen, Metalciclo, Vedamotors e Bovenau.

³⁴ Os 61,8% de arrecadação de ICMS equivalem à média de arrecadação anual entre os anos de 2008 e 2013, disponibilizados pela Secretaria Estadual da Fazenda de Santa Catarina.

A Frahm iniciou suas atividades, na década de 1940, como uma oficina de conserto de rádios, e em 1961 inicia, de fato, a produção de seus próprios rádios – batizados de Transisfracm. Em 1969 passa a fabricar caixas amplificadas, que a partir dos anos 2000 tornam-se o principal produto da empresa. No decorrer de sua trajetória – em 1986 – a empresa criou a Hinor, fabricante de alto-falantes. Trata-se da segunda maior fabricante brasileira de caixas acústicas – sendo líder no segmento multiuso – e a terceira maior fabricante nacional de alto-falantes (FIESC, 2013, p. 46). Emprega cerca de 420 funcionários.

A Metalúrgica Riosulense nasceu em 1946. Iniciou suas atividades como uma pequena oficina de manutenção, que atendia serrarias e fecularias do município. Ao longo de sua trajetória, alterou o foco de produção, e concentrou esforços para a entrada no mercado nacional de reposição de autopeças – o *after-market*. O êxito obtido nessa estratégia é sugerido pelos indicadores contemporâneos da empresa: emprega 1.050 funcionários, responde por 80% do mercado de reposição nacional nas linhas em que atua, e fornece seus produtos para todas as montadoras de caminhões instaladas no Brasil. É considerada a maior fabricante latinoamericana de guias, sedes e tuchos mecânicos de válvulas e fundidos em ligas especiais.

As atividades da H-Bremer também se iniciaram como uma pequena oficina que atendia serrarias e fecularias do município e região. Na década de 1970 passou a fabricar caldeiras, tornando-se a principal atividade da empresa. Com 161 funcionários (FIESC, 2013, p. 45), fabricando caldeiras que chegam a ter capacidade de 80 metros cúbicos de vapor/hora – a H-Bremer possui uma participação de 10 a 15% do mercado nacional. Em 2000 realizou importante *joint venture* com a portuguesa Marcovil Metalomecânica, sendo criada a Brevil, em Rio do Sul. Tal empresa atua na fabricação de equipamentos para movimentação e elevação de cargas, possuindo 65 funcionários. Não obstante, ainda nos anos 2000, cria a Grubras – fabricante de guas para a construção civil, instalada no município de Indaial/SC – também em parceria com a portuguesa Marcovil.

A empresa Hergen Máquinas e Equipamentos foi fundada em 1975, oferecendo serviços mecânicos ao setor madeireiro da região de Rio do Sul. Contudo, desde sua criação a ideia principal era a de fabricar maquinário para a indústria de papel. Em 1979 a empresa compra o acervo técnico da Indústria Mecânica Cavallari, de São Paulo (primeira empresa brasileira a produzir maquinário para a indústria do papel). A partir de então, a Hergen começou a consolidar-se no mercado, fornecendo maquinário para a indústria do papel nacional e estrangeira. Com pouco mais de 215 funcionários a Hergen atua na fabricação de máquinas

para a produção de papéis de embalagens, papéis especiais, sendo que o carro chefe da empresa é a linha destinada à fabricação de papéis *tissue* (papéis absorventes, como lenços, papel higiênico e papel-toalha). Deste modo, a empresa consolidou sua posição de maior fabricante brasileira de bens de capital para a indústria do papel, sendo responsável por toda a parte de pesquisa, desenvolvimento e fabricação de seus produtos.

A Metalciclo foi fundada, em 1980, quando produzia contrapedais. A partir de 1985 seu parque fabril foi reestruturado, e a empresa diversificou sua produção, passando a fabricar guidões, descansos e pedais – sendo o último o novo carro chefe da empresa. A Metalciclo chegou aos anos 2000 consolidando sua posição como maior fabricante de pedais da América Latina. Isso permitiu que a empresa firmasse uma *joint venture*, em 2005, com a italiana Selle Royal, maior fabricante mundial de *sellins*. Assim, foi criada em Rio do Sul a Royalciclo, que é atualmente a 5ª maior fabricante de pedais no mundo, sendo a maior da América Latina, com 280 funcionários engajados na produção.

Fundada em 1991, a Vedamotors é fabricante de juntas para motores, sobretudo de motocicletas. A empresa procurou atingir maiores níveis de qualidade e produtividade por meio da participação em feiras internacionais do setor. Essa participação em importantes eventos rendeu frutos que se revelaram estratégicos: surgiu a proposta de sociedade com a empresa italiana Athena³⁵, que acabou adquirindo metade do controle da Vedamotors em 1998. Desse modo, a atuação da empresa se consolidou nas linhas para motos de grande porte, motos *off-road* e linha náutica. Com cerca de 130 empregados, a Vedamotors é fornecedora das principais montadoras de motocicleta instaladas no Brasil, bem como produtos voltados para a linha náutica.

Por fim, cabe destacar a Bovenau, que é fabricante de macacos e equipamentos hidráulicos. Foi criada em 1989, sendo fornecedora da Autolatina (antiga *joint-venture* entre a Volkswagen e Mercedes-Benz) para a fabricação de caminhões. Desse modo, a empresa consolidou sua posição no mercado nacional, e passou a atender, também, outras montadoras de caminhões. Em 2004, firma *joint-venture* com a alemã Weber-Hydraulik³⁶, instalando em Rio do Sul a Weber-Bovenau, fabricante de *tilt-cabs*. A Bovenau é atualmente a maior fabricante nacional de macacos hidráulicos para montadoras de caminhões, sendo fornecedora

³⁵ A empresa é líder mundial na fabricação de elementos para vedação para motores. Possui unidades de fabricação na Itália, Espanha, EUA, Índia, China e no Brasil, com a Vedamotors.

³⁶ Trata-se da maior fabricante mundial de equipamentos hidráulicos. Empresa de capital alemão, possui duas unidades fabris na Alemanha, duas no Brasil (Rio do Sul e Caxias do Sul), bem como na Áustria, Polônia, EUA, Canadá e Índia.

exclusiva de 90% das montadoras instaladas na América do Sul. Emprega cerca de 180 funcionários.

3.2 Setor vestuarista

O município de Rio do Sul, inserido no Vale do Itajaí, não foge à regra da consolidação do setor têxtil e vestuarista da mesorregião. Todavia, possui particularidades fundamentais que o distinguem de Blumenau, município protagonista desse processo. No último caso, o nascimento da indústria têxtil e do vestuário foi intrínseco ao processo de formação daquele município. Já na economia rio-sulense, o setor de vestuário começa a aparecer apenas na passagem da década de 1970 para a de 1980, ganhando peso a partir de então.

É necessário sublinhar que a forte presença corresponde ao setor de vestuário, não ao têxtil. Destacar algumas empresas constitui complicada tarefa, dado que o tecido empresarial formado por este setor é composto por grande número de micro e pequenas empresas. De fato, são muitas confecções, facções e também um certo número malharias. Em dezembro de 2013 estavam registradas no município 294 empresas, que empregavam 2.749 trabalhadores (SITITEV, 2013).

Todavia, ao analisar o processo histórico de formação deste setor, é indiscutível o destaque que ganhou a empresa Sulfabril. Suas operações em Rio do Sul iniciaram-se no início dos anos 1980, quando ainda era tímida a presença de empresas ligadas ao setor de vestuário. A empresa chegou a deter cerca de 1.200 postos de trabalho em seu auge produtivo no município, no início da década de 1990. Apenas a Frahm possuía número de empregados equivalente, sendo que esta empresa já existia no município desde a década de 1940.

Assim, não se pode negar que a Sulfabril foi responsável por uma significativa mudança no mercado de trabalho e na estrutura produtiva de Rio do Sul. Em questão de meia década o município deixou de ter pouquíssimos empregos ligados ao setor de vestuário e passou a ter mais de 1.000 trabalhadores engajados nessa atividade.

A abertura comercial brasileira, por sua vez, impôs inúmeras barreiras às atividades da Sulfabril, que começou a reduzir seu quadro de funcionários, decretando falência em 1999. Em termos agregados, todavia, o setor vestuarista em Rio do Sul continuou crescendo. Isso porque, se as grandes empresas do setor têxtil experimentaram retração de suas atividades, elas também desverticalizaram a sua produção – a fim de realizar o *catch-up* produtivo,

conforme analisou Castro (2001). Essa desverticalização representou uma oportunidade ímpar para inúmeras facções e confecções, que passaram a ser fornecedoras das empresas maiores.

A Sulfabril qualificou inúmeros trabalhadores, e aqueles que não tentaram abrir o negócio próprio figuravam como excelente mão de obra disponível para as novas empresas. Isso permitiu o surgimento e a consolidação de inúmeras facções e confecções, levando ao cenário contemporâneo do setor de vestuário no município. Tais facções e confecções assumem grande importância, pois suas atividades representam oportunidade de trabalho para principalmente para trabalhadores de baixa renda – sobretudo mulheres, e, em muitos casos, envolvendo o trabalho doméstico.

Respondendo por 30% do emprego industrial rio-sulense (RAIS/MTE, 2012), esse setor perde apenas para o complexo eletrometalmecânico. Por último, o setor de vestuário representou 17% da arrecadação de ICMS no município, entre os anos de 2008 e 2013, segundo dados da SEF/SC.

3.3 Setor alimentar

O setor alimentar representa a 3ª fonte de empregos e arrecadação de ICMS em Rio do Sul. Com 15% do emprego industrial do município (RAIS/MTE, 2012) e 7% da arrecadação de ICMS³⁷, o segmento se mostra relevante para a socioeconomia em questão. Quem responde mais amplamente por tais indicadores é o Frigorífico Riosulense, que alterou sua razão social para Pamplona Alimentos em 2013.

Criada em 1948, é a partir de 1969 que a empresa passa a operar, de fato, no mercado estadual, lançando-se também fora de Santa Catarina. Na década de 1980 é inaugurada uma fábrica de rações no município de Laurentino, e em 1989 é realizada a compra de um frigorífico de abate de suínos no município de Presidente Getúlio (ambos os municípios no Alto Vale do Itajaí).

A partir daí, a industrialização da carne suína passou a ser a principal atividade da empresa. Sob o status de carne livre de febre aftosa sem vacinação, a empresa alcançou o mercado externo, sobretudo no início dos anos 2000. Atualmente exportando carne suína para mais de 30 países, entre eles o Japão (país mais exigente em termos fitossanitários), a empresa se consolidou como uma das maiores exportadoras de carne suína do Brasil.

³⁷ Cálculo feito a partir da média entre os dados anuais dos anos de 2008 a 2013, dados da SEF/SC.

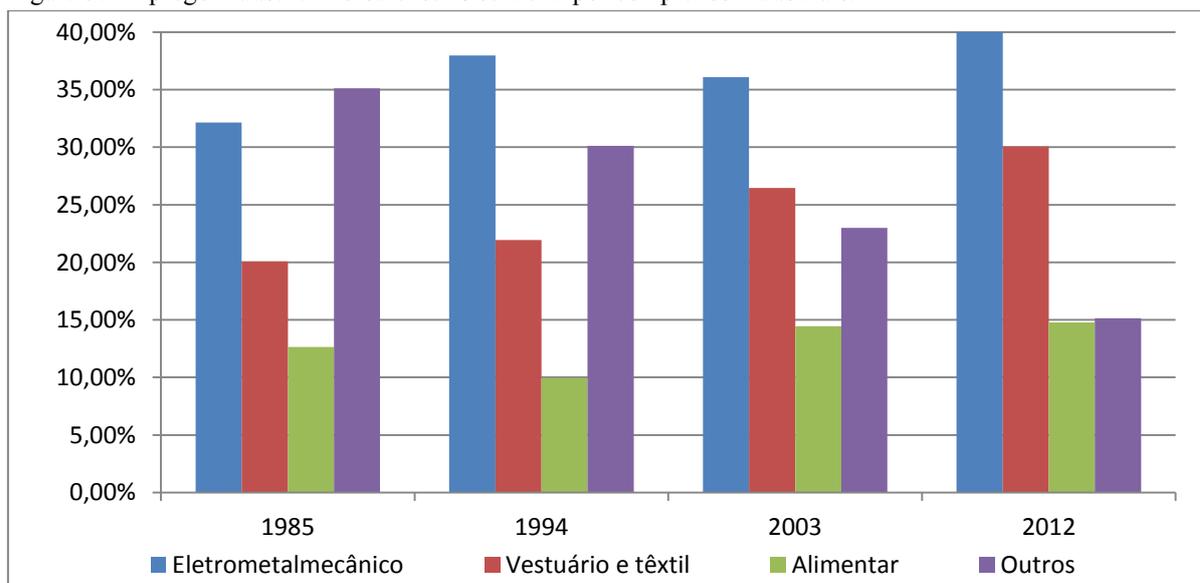
Trata-se, vale enfatizar, da maior empresa rio-sulense em termos de faturamento, que atingiu R\$600 milhões em 2012, outorgando a 555ª posição no ranking das 1000 maiores empresas brasileiras (VALOR ECONÔMICO, 2012). Em Santa Catarina, é a 11ª maior empresa exportadora (FIESC, 2013). Destaca-se que o estado é o maior produtor e exportador brasileiro de carne suína. O país, por sua vez, é o maior exportador mundial de carne suína *in natura*. Nesse cenário, a inserção do Frigorífico Riosulense é forte. Em 2005, as principais empresas brasileiras exportadoras de carne suína foram: Perdigão (19,7%), Sadia (17,7%), Seara (16,7%), Pamplona (13,3%) e Aurora (7,5%) (ABIPECS, 2007).

Por fim, o número de postos de trabalho na empresa já ultrapassa a marca de 1.600 funcionários, com aproximadamente 1.100 lotados em Rio do Sul. O abate é de mais de 5.000 suínos/dia.

3.4 Visão de conjunto: em busca de uma sistematização

Para melhor compreender os indicadores de emprego e arrecadação assinalados até aqui, são expostos a seguir alguns gráficos e tabelas que permitem melhor compreender a realidade socioeconômica do município de Rio do Sul. Primeiramente, constata-se (a partir da figura 3) que os três setores até agora abordados dinamizam, de fato, a socioeconomia local, respondendo – em 2012 – por praticamente 85% do emprego industrial.

Figura 3: Emprego industrial rio-sulense 1985-2012 por complexos industriais.



Fonte: RAIS/MTE, diversos anos. Elaboração própria.

O olhar sobre este período mostra que a economia de Rio do Sul vem se especializando nestes três setores, uma vez que em 1985 eles respondiam por 65% do emprego (o que já era relevante), e em 2012 passaram a ocupar mais de 80% do emprego industrial. Os setores de madeira e cerâmica têm perdido participação no emprego local, um movimento contrabalançado pela absorção pelos setores locais mais dinâmicos.

A estratificação pela Divisão CNAE 2.0 é apresentada na tabela 3, e ajuda a esboçar o padrão de diversificação da indústria local.

Tabela 3 – Emprego industrial em Rio do Sul segundo Divisão CNAE 2.0 para o ano de 2012

CNAE 2.0 DIVISÕES	2012	
	Absoluto	Participação
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2.601	30,02%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	1.347	15,55%
Fabricação de produtos alimentícios	1.283	14,81%
Fabricação de máquinas e equipamentos	868	10,02%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	560	6,46%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	435	5,02%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	280	3,23%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	234	2,70%
Fabricação de produtos de madeira	213	2,46%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	146	1,69%
Fabricação de móveis	143	1,65%
Fabricação de produtos têxteis	122	1,41%
Outros (menos de 130 empregos)	431	4,98%
Total	8.663	100,00%

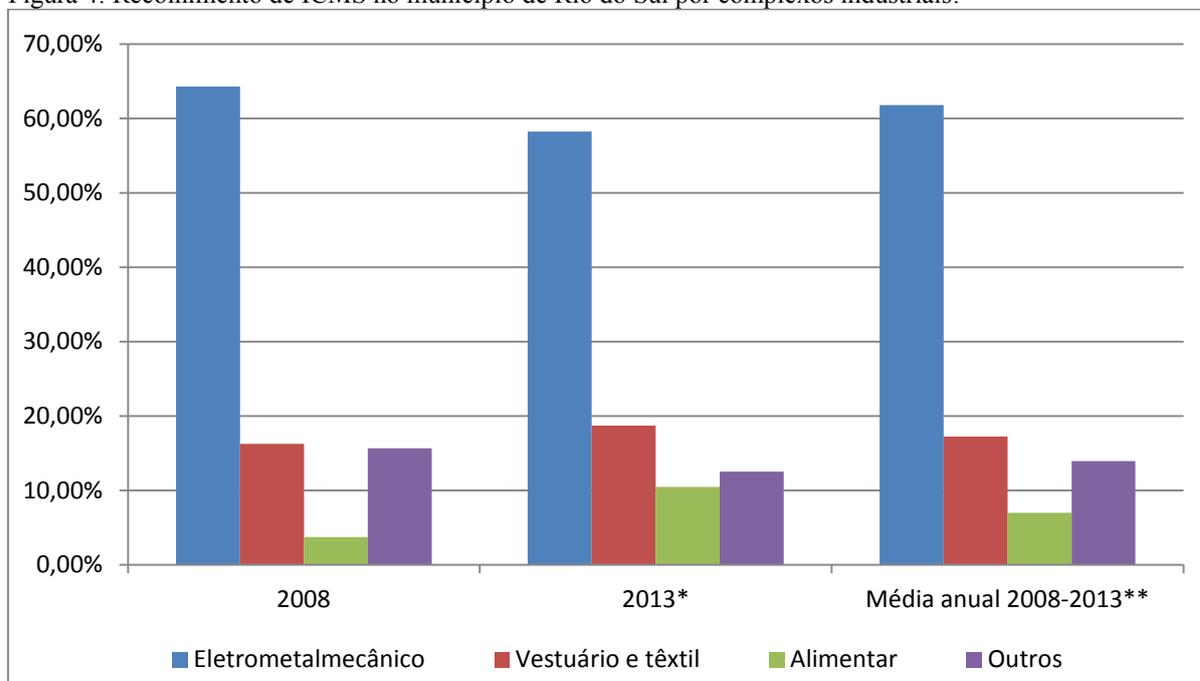
Fonte dos dados: RAIS/MTE, 2006; 2012. Elaboração própria.

A partir da tipologia proposta por Almeida e Ribeiro (1991) e complementada por Breitbach (2008), são observadas quatro Divisões com representação individual maior do que 10%, cujo somatório atinge 70,4% do emprego industrial do município. Ainda que não se encaixe em nenhum dos grupos propostos na tipologia de Almeida e Ribeiro (1991), a tabela 2 sugere uma clara diversificação produtiva da economia.

Também é analisada a socioeconomia local sob a ótica da arrecadação de ICMS. Ela é importante por complementar aquela baseada no emprego industrial, favorecendo as Divisões não intensivas em mão de obra. A figura 4 indica a predominância dos “três grandes” complexos até agora analisados, sendo necessário ressaltar que a arrecadação com produtos

alimentares cresceu constantemente neste período, uma característica que deverá se fortalecer nos próximos anos. Deve-se também lembrar que a Pamplona Alimentos exporta cerca de 50% da sua produção de carne suína – que fica isenta de ICMS.

Figura 4: Recolhimento de ICMS no município de Rio do Sul por complexos industriais.



Fonte: SEF/SC, diversos anos. Elaboração própria. *Dados de 2013 compreendem o período de 01/01/2013 a 20/12/2013. **Média anual do período 2008-2013.

Finalmente, não se pode deixar de destacar o grande domínio que exerce o complexo eletrometalmeccânico, por fornecer o maior volume de recursos à prefeitura, para o custeio de suas atividades e seus investimentos. A análise da arrecadação de “ICMS industrial” por classes CNAE 2.0 é feita a seguir, na tabela 4, e auxilia a compreender o grau de diversificação da economia rio-sulense sob este aspecto.

Tabela 4: Recolhimento de ICMS em Rio do Sul pela Divisão CNAE 2.0 no ano de 2012.

CNAE 2.0 DIVISÕES	2012	
	Absoluto (R\$)	Participação
Fabricação de máquinas e equipamentos	5.331.846,41	17,35%
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	5.193.891,44	16,90%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	5.026.151,35	16,35%
Fabricação de equip. de informática, produtos eletrônicos e ópticos	4.386.278,34	14,27%
Fabricação de produtos alimentícios	2.769.906,96	9,01%
Fabricação de produtos de madeira	1.968.130,82	6,40%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1.463.117,14	4,76%
Fabricação de produtos têxteis	1.292.573,17	4,21%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	946.169,51	3,08%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	683.465,10	2,22%
Outros (menos de 2% de participação por Divisão)	1.672.098,14	5,44%
Total	30.733.628,38	100,00%

Fonte dos dados: SEF/SC, 2012. Elaboração própria.

Desta feita, são consideradas cinco Divisões com participação maior que 10%. Inclui-se a fabricação de produtos alimentícios devido ao aumento que haverá nos próximos anos, uma vez que a Pamplona Alimentos iniciará a industrialização de seus produtos embutidos em Rio do Sul a partir de 2014, bem como devido ao crescimento contínuo de outras empresas desse setor. Cabe sublinhar que a fabricação de produtos alimentícios já atingiu 10,49% do “ICMS industrial” rio-sulense em 2013 (SEF/SC, 2013) ³⁸.

Deve também aumentar, em termos proporcionais, a arrecadação relativa ao setor de vestuário, na medida em que empresas deixem a informalidade e a Secretaria Estadual da Fazenda imponha novos métodos de fiscalização tributária. A tabela 5 sistematiza os resultados obtidos.

Tabela 5: Participação das principais Divisões industriais no emprego e arrecadação de ICMS da indústria de Rio do Sul em 2012.

Variável	Divisões CNAE 2.0 com participação individual superior a 10%	Somatório da participação
Emprego industrial	4	70,40%
Arrecadação de ICMS na indústria	5	73,88%

Fonte: RAIS/MTE (2012) e SEF/SC (2012). Elaboração própria.

³⁸ Os dados anuais de participação no recolhimento de ICMS do setor de fabricação de produtos alimentícios em Rio do Sul são expressos a seguir: 3,75% em 2008, atingindo 7,16% em 2010 e, finalmente, 10,49% em 2013.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos indicadores expostos ao longo deste artigo, é possível sugerir que a diversificação da base produtiva de Rio do Sul é forte. Isso quer dizer que pensar e planejar o município exclusivamente em termos de um único setor não se revela adequado para promover o desenvolvimento dessa unidade socioterritorial.

Mais do que isso, o município reforça a ideia de que não necessariamente as unidades territoriais especializam, ou deixam de diversificar, suas bases produtivas. Isto é, frente às dinâmicas capitalistas vinculadas à globalização, Rio do Sul se mantém dinâmico, e engatado às esferas mais amplas em que se insere – graças, é claro, à sua diversificação industrial.

De fato, o município atravessou as três últimas décadas com sua dinâmica econômica assentada na própria diversificação produtiva. Neste período, o Brasil viveu sua década perdida e, mais tarde, reestruturou sua economia. Estes fatos podem ter levado ao esvaziamento de inúmeras cidades e regiões do interior do Brasil, mas certamente, aquelas que mantiveram seu dinamismo puderam vislumbrar um futuro comparativamente mais promissor – caso de Rio do Sul.

É necessário destacar que Rio do Sul não integra a “rota dos investimentos” de Santa Catarina. Quer-se dizer com isso que o maior crescimento econômico, os maiores avanços na formação bruta de capital fixo no estado, está nos grandes centros catarinenses e, por vezes, no eixo que os interliga. Nesse sentido, são protagonistas principais os municípios de Joinville e Blumenau – bem como o seu eixo geoeconômico (a exemplo de Jaraguá do Sul, Itajaí, Brusque, Pomerode e Gaspar) –, Criciúma, Chapecó e Florianópolis. Portanto, ainda que cresça, Rio do Sul vê estes municípios apresentarem maior dinamismo, sendo que Rio do Sul tem como base apenas empresas nativas. Para a mudança deste quadro, a ação do poder público é fundamental, a fim de alavancar o desenvolvimento econômico do município, e por consequência, do Alto Vale do Itajaí.

As razões para o nascimento e consolidação de uma indústria diversificada são difíceis de pormenorizar. Em Rio do Sul, contudo, uma parcela importante da resposta está na própria sociedade rio-sulense, formada – principalmente – por imigrantes europeus que estavam às margens da revolução industrial europeia, onde pesam os grupos alemães e italianos. Por um lado, destacam-se as exitosas iniciativas desses imigrantes, cujos descendentes exemplificam múltiplos casos de abertura de novos negócios, que fizeram surgir um município industrialmente diversificado. Por outro lado, destaca-se a qualidade da mão de obra local,

majoritariamente enaltecida pelos empresários locais – fazendo com que as empresas permaneçam na região, frente aos entraves encontrados por questões de distanciamento geográfico e de logística, por exemplo.

Contudo, é irrevogável que Rio do Sul não se apresenta descolado de esferas mais amplas. As políticas esboçadas pelos governos federal e estadual, sobretudo nas décadas 1940-1970, período de intensa industrialização no país, certamente assumem importância para a estrutura industrial consolidada em Rio do Sul, e que se constitui como eloquente exemplo para se pensar a diversificação industrial como elemento dinamizador de diferentes territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. S., RIBEIRO, M. A. C. Análise da organização espacial da indústria brasileira através de uma tipologia de centros industriais. In: **Atlas Nacional do Brasil**, Cadernos de Geociências (especial), IBGE, p. 61-81. Rio de Janeiro, dezembro de 1991.

BREITBACH, A. C. M. **Une dynamique regionale fondee sur la diversification industrielle: l'expérience de la region de Caxias do Sul (Brésil)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Paris, Paris, 2003. 439 p.

_____. A diversificação industrial como fator de crescimento da região de Caxias do Sul. **Análise: Revista de Administração da PUCRS**. Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 22-35, jan./jun. 2007

_____. Especialização e diversificação nas regiões industriais do Rio Grande do Sul. In: **Textos para Discussão FEE n°31**. Porto Alegre, junho de 2008.

CARDOSO, A. M. **Compêndio histórico e geográfico de Rio do Sul**. 1ª Ed. 1984.

CASSIOLATO, J. E., LASTRES, H. (Orgs). **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

CASTRO, A. B. de. A reestruturação industrial brasileira nos anos 90. Uma interpretação. In: **Revista de Economia Política**, vol. 21, n° 3 (83), p. 3-26, jul.-set. 2001.

FERREIRA, A. H. B., DINIZ, C. C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 15, n. 4 (60), outubro-dezembro/1995. p. 38-56.

FIESC, Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em dados**. Unidade de política econômica e industrial. Florianópolis, 2013.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992. 353 p.

IBGE. **Censos Demográficos de 2000 e 2010**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dados referentes ao município de Rio do Sul. 2000; 2010a.

IBGE. **Banco de dados agregados**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2010b. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Data do acesso: 20/12/2013.

IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul**. Brasília, IPEA. Outubro de 2000, v.6., 206p.

LINS, H. N. **Reestruturação industrial em Santa Catarina: Pequenas e médias empresas têxteis e vestuaristas catarinenses perante os desafios dos anos 90**. Editora da UFSC. Florianópolis, 2000.

_____. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. In: **Ensaio FEE**, v. 22, n. 2, p. 78-101, 2001.

_____. Transformações econômicas e reflexos espaciais no Brasil meridional. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A., GALVÃO, A. C. F. (orgs) – **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo, UNESP. ANPUR, 2003.

_____. A região de aprendizagem como temática e ângulo de observação. In: **Nova Economia**. Belo Horizonte. nº 17, p. 127-162, janeiro-abril 2007.

MARSHALL, A. **Principle of economics**: an introductory volume. 8 ed. London: Macmillan, 1979.

PACHECO, C. A. Desconcentração econômica e fragmentação da Economia nacional. In: **Economia e Sociedade**, Campinas, (6): p. 113-140, jun 1996.

PORTER, M. E. Location, competition, and economic development: local clusters in a global economy. In: **Economic Development Quarterly**, v. 14, n. 1, fevereiro de 2000. p. 15-34.

RAIS/MTE. **Relação Anual de Informações Sociais**. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. 1985; 1994; 2003; 2012.

RODRIGUES, M. A., MONTEIRO, W. F., CAMPOS, A. C., PARRÉ, J. L. Identificação e análise espacial das aglomerações produtivas do setor de confecções na região sul. In: **Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v. 16, n.2, junho de 2012. p. 311-338.

SANTA CATARINA. **Atlas de Santa Catarina**. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia de Estatística, Geografia e Informática. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986, 173p.

SEF/SC. **Estatísticas da arrecadação tributária**. Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Fazenda, Diretoria de Administração Tributária. 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013.

SITITEV, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação, Tecelagem e do Vestuário de Rio do Sul. **Relatório de empresas ativas**. 2013.

VALOR ECONÔMICO. Empresas: ranking das 1000 maiores. **Valor 1000**. Edição 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/2801254/ranking-das-1000-maiores>> Acesso em: 20/11/2013.

WIKIMEDIA. **Santa Catarina, município de Rio do Sul**. 2014. Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/97/SantaCatarina_Municip_RiodoSul.svg> Acesso em: 10/01/2014.

**UM COMPARATIVO POPULACIONAL E DE ESFORÇO PRODUTIVO
PARA MENSURAR A DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO ENTRE OS
MUNICÍPIOS DE LONDRINA (PR) E JOINVILLE (SC) DURANTE 2000 A 2009**

Paulo Roberto Santana Borges³⁹

Fabiana Macedo Biondaro⁴⁰

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o nível de desenvolvimento populacional e do esforço produtivo, entre os municípios de Londrina e Joinville. Os dados analisados em Joinville mostraram resultados mais significativos em relação à Londrina, com destaque populacional superior, população ativa, mercado de trabalho mais amplo, PIB, no setor industrial e no setor de serviços detém quase toda a participação econômica do PIB do município, as exportações e importações, são fundamentais para o desenvolvimento econômico de Joinville. A metodologia foi qualitativa e descritiva, com base em dados dos renomados Institutos de Pesquisas do Brasil. O município de Joinville apresentou-se o setor terciário mais diversificado e com melhores resultados econômico mostrou níveis de desenvolvimento econômico superior ao de Londrina.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Econômico, Análise Comparativa, Variáveis Econômicas.

**A POPULATION COMPARATIVE AND EFFORT OF PRODUCTION FOR
MEASURING DEVELOPMENT DYNAMICS BETWEEN MUNICIPALITIES OF
LONDRINA (PR) AND JOINVILLE (SC) DURING 2000 TO 2009**

Abstract: The aim of this study is to analyze the level of population development and productive effort, between the municipalities of Londrina and Joinville. The data analyzed in Joinville showed more significant results in relation to the population, with an emphasis on superior Londrina, active population, employment, GDP, in industry and in the service sector has nearly all the economic participation of the municipality's GDP, exports and imports, plays a large role in the economic development of Joinville. The methodology was qualitative and descriptive, based on data from renowned research institutes of Brazil. The municipality of Joinville presented the tertiary sector more diversified and better economic results showed higher levels of development to Londrina.

Key-words: Economic Development; Comparative Analysis; Economic Variables.

³⁹ UNESPAR/FECILCAM. Email: parosabole@hotmail.com

⁴⁰ UNESPAR/FECILCAM. Email: fabianabiondaro@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento trouxe uma grande mudança nas estruturas das cidades e das regiões elevando o crescimento, o conhecimento juntamente com a tecnologia. A partir do século XX surgiu uma grande expansão no setor industrial, devido à elevação nos setores econômicos, devido a instalação das indústrias no Brasil, surgiu um aumento na geração de empregos e os trabalhadores passaram a receber um salário mensalmente. Muitos setores econômicos passaram por mudanças, inovações tecnológicas, com aumento na produção, gerando grandes movimentações populacionais do meio rural para o meio urbano.

O presente trabalho traz uma análise do comportamento das duas maiores cidades do interior da região Sul, uma no Estado do Paraná que localiza na mesorregião Norte Central Paranaense, município de Londrina, a outra no Estado de Santa Catarina, localizada na mesorregião Norte Catarinense, município de Joinville.

Para se atender ao objetivo proposto, buscou-se na revisão da literatura, rever o pensamento dos clássicos sobre o desenvolvimento, o desenvolvimento regional, econômico, e a caracterização do perfil socioeconômico das regiões norte central paranaense e da região norte catarinense, identificando como a população tem se comportado durante o período analisado, e verificando o PIB desses municípios e os valores adicionados fiscais nos municípios.

Na análise dos dados econômicos como PIB (Produto Interno Bruto) trazem as informações sobre o desempenho de cada cidade, com o objetivo de ter uma avaliação consistente do que representa esses valores para os municípios.

Para uma melhor compreensão do trabalho, foi estabelecida a seguinte estrutura, que está organizada em quatro seções. A primeira seção apresenta o referencial teórico, desenvolvimento regional, desenvolvimento econômico, local, pólos de crescimento, base de exportação, na tentativa de definir um marco referencial para o desenvolvimento local dos municípios de Londrina e Joinville.

Na segunda seção a caracterização dos perfis dos municípios, sendo realizado consulta nas prefeituras, no intuito de levantar o histórico, e os perfis de cada município.

Na terceira seção um levantamento de dados para a elaboração da análise dos resultados e discussões, como população, PIB, valor adicionado fiscal, permitirá a identificação e as potencialidades de cada um, no que diz respeito ao desenvolvimento.

Na última seção, as considerações finais, sobre o tema proposto, comentários sobre os principais pontos identificados, destacando os pontos principais dos municípios, e identificar qual deles se sobressaiu melhor nas análises.

1. FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

1.1. Desenvolvimento

O desenvolvimento faz parte da história das grandes metrópoles, o principal destino de sua função é integrar questões sociais, políticas, geográficas e históricas. Em suma, o desenvolvimento busca trazer expansão para a sociedade, liberdade, mudança estrutural e um aumento na produção e no bem estar de todos.

Para Sen (2000) de acordo com suas características humanísticas, entende que desenvolvimento pode ser visto como um processo de expressão de liberdades reais que as pessoas desfrutam. Ainda neste pequeno contexto O autor, busca mostrar que para um País a liberdade é de fundamental importância, preservando a livre condição dos agentes econômicos e sociais.

Constatando que desenvolvimento requer crescimento, Furtado (1977) estabelece que o desenvolvimento tenha uma nítida dimensão histórica. Cada economia que se desenvolve enfrenta uma série de problemas que lhes são específicos. O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singulariza cada fenômeno histórico de desenvolvimento, teve em mente economias em estágio de desenvolvimento, segundo (Souza 2009) para os economistas marxistas, a contradição do desenvolvimento, não estaria, portanto entre o centro e a periferia, mas entre o capital e o trabalho.

Ainda indaga Souza (2005), que a corrente estruturalista e o desenvolvimento traz mudanças, para o meio social, político, institucional, uma conseqüente melhora na renda média, a produção tende a melhorar com o desenvolvimento. Porém Souza fez uma diferenciação entre a renda per capita que seria como uma melhoria para o meio social econômico, tudo que se pode garantir é com a renda, considerando que nem sempre a renda per capita é aquilo que alguns dados econômicos mostram. Para isso Souza relata que:

O crescimento da renda per capita, é fundamental para melhorar indicadores sociais. Essa variável correlaciona-se com os níveis educacionais e liberdades políticas. Imprensa livre e debate público aberto influenciam indicadores de bem estar (BANCO MUNDIAL, 1991, p.57, Apud, SOUZA, 2009, p.13).

O desenvolvimento econômico busca uma qualidade de vida com sustentabilidade, com distribuição de renda, emprego, saúde, infraestrutura e educação são elementos essenciais para uma economia, com crescimento e qualidade. Com isso a sociedade procura estabelecer estes recursos fazendo com que haja uma melhor distribuição, e que as famílias e empresas possam estar adquirindo seu consumo através de mão de obra especializada e ter um produto de qualidade no mercado (SCHUMPETER, 1985).

O desenvolvimento econômico é um processo, de cada região e o crescimento econômico social são os recursos disponíveis, e dependem das características de cada região, do seu passado histórico da cultura, população e outros aspectos sociais. Para isso é necessário ter uma linha de raciocínio em que a economia deve ser como um processo amplo de mudanças de natureza econômica, política e principalmente social, seus objetivos e satisfações possa suprir as necessidades do ser humano, como saúde, habitação, transporte, alimentação, lazer dentre outras (SEN, 2000).

Pode-se observar que desenvolvimento melhora qualidade de vida, para isso, é necessário uma renda, uma educação mais equitativa e oportunidade de emprego, e maior igualdade de gênero, e um meio ambiente mais limpo e mais sustentável, liberdades civis e políticas mais amplas. O desenvolvimento econômico procura uma geração de renda, em determinado local, busca uma melhoria na qualidade de vida daqueles que querem crescer e se desenvolver, com base na sustentabilidade (CHENERY 1981).

Com isso procuramos estar, de acordo com a idéia de Chenery (1981) a busca por inovações e novas combinações produtivas, a demanda por bens de consumo, as entradas de capitais do comércio exterior finalmente, estimulando os processos de inovações e aprendizagem das empresas⁴¹.

A ideia de Buarque (1999) se traduz por meio de métodos e estratégias que devem ser aplicadas em função do crescimento econômico de forma a se promover de maneira sustentável, para que satisfaça os interesses da geração presente, sem comprometer a vida e as necessidades das gerações futuras, baseado em pesquisas e estudos realizados, visando à

⁴¹ Quanto mais organizada a produção estiver no território mais rápido acontece o processo de inovação.

apuração de dados políticos econômicos e sociais, isso acaba sendo um fator determinante para o crescimento integrado e sustentável.

1.2. Desenvolvimento regional, teoria dos pólos de crescimento e base de exportação

Desenvolvimento regional, segundo Rolim (1982), a importância da região para os cidadãos, possui um valor inestimável quando uma região é bem cuidada, bem administrada, pois quando a sua região esta bem, a maioria das pessoas possui emprego, os jovens vão à escola, as pessoas têm saúde, as chances de crescer é ainda maior.

Segundo Polése (1998), o desenvolvimento econômico regional acontece quando há uma descentralização de poder, deixando livres os espaços regionais. Assim é importante observar a base econômica, deixando que o capital, o trabalho e as tendências econômicas fluam como suporte da região, seja esta agrícola, industrial ou comercial.

De acordo com Vasquez Barquero (1993), o desenvolvimento econômico local converte-se, durante os anos 80, na estratégia de desenvolvimento territorial dominante. Fica para traz a época em que economia era uma questão que só afetava as decisões de administradores locais que só se preocupavam em gerir os serviços públicos e corrigir os impactos espaciais e urbanísticos das atuações econômicas.

Segundo Duncan (2004) busca conciliar que o envolvimento de cada um é fundamental, demonstra em que ponto facilita a participação de todos os atores ao esforço de desenvolvimento do território, umas das coisas que deve ser observada, vocações, potencialidades, os principais problemas e necessidades, não esquecer, das tradições culturais das relações entre mulheres e homens.

O desenvolvimento local não é isolado cada um por si é fundamental a idéia de parceria, de trabalho em equipe, de objetivos comuns de coletividade, esforço articulação, formação de alianças, acordos e convênios, vantagens competitivas de cada agente, cooperação, operação conjunto, é imprescindível ao desenvolvimento do território (VEIGA, 2005. P.52).

O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento de base emergiram com maior notoriedade, desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema de crescimento desequilibrado. E com isso na década de 1990, a principal questão modelo de desenvolvimento endógeno concentrou em tentar entender porque o nível de crescimento variava entre as diversas regiões e nações, mesmo dispondo das mesmas condições na busca

de fatores produtivos, como capital financeiro, mão de obra ou tecnologia. A solução seria procurar encontrar, entre esses fatores, aqueles determinados dentro da região (AMARAL FILHO, 1996).

O desenvolvimento endógeno é uma forma de explicar as dinâmicas das cidades e regiões frente às mudanças atuais. Como cada local possui seu mercado de trabalho, seu sistema produtivo, organização da produção, historicidade, infra-estrutura, capacidade empreendedora, entre outros componentes que dão uma idéia da identidade local cada um também possui potenciais de desenvolvimentos diferenciados (VASQUEZ BARQUERO, 2001).

A teoria dos pólos de crescimento foi desenvolvida por Perroux, em 1955, depois de observar a concentração Industrial na França. Os pólos de crescimento têm uma forte identificação geográfica, porque é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes⁴².

Para o autor SOUZA, (1993) fica estabelecido um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes, tornará um pólo de desenvolvimento quando provocar transformações estruturais e expandir o produto e o emprego no meio em que está inserido.

Boudeville (1972) relata que as empresas se firmam em uma determinada localidade, fazendo grupos que se aglomeram, para produzir produtos que geram lucros, tanto como as empresas, os trabalhadores também se aglomeram neste local, trazendo suas habilidades técnicas, e gerando produtividade, e buscando o lucro para a empresa e a renda para seu bem próprio.

As cidades pólos precisam de apoio do governo, com infra-estrutura, energia, estradas, portos, para favorecer a escoação dos produtos industrializados, e agrícolas como um meio de chamar à atenção das outras empresas, para fazer parte destes pólos, a região vai se expandir, a renda gerada transformará em consumo.

Hoje num país globalizado as exportações é o ponto de partida local e regional que impulsiona as regiões. Segundo North (1955) a principal hipótese da teoria de base de exportação tem um papel vital na determinação do nível de renda absoluta e per capita de uma região.

⁴² A indústria motriz trouxe a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas de mecanização, onde gera e produz economias externas, quer sejam tecnológicas, quer sejam pecuniárias. E apresenta três características, um grande porte, apresenta uma taxa de crescimento superior a média regional, e com uma forte interdependência técnica e diferenciada de outras indústrias, de modo a formar um complexo industrial (TOLOSA, 1972, p. 189-243).

E passam a ser o motor que inicia o crescimento local ou regional dando impulso as regiões jovens, e seu alcance determinado através do efeito multiplicador que as exportações criam nas demais atividades não básicas. Algumas regiões se mostram e se apresentam não só como um processo de formação, mas de transformação de regiões, incluindo a sua dissolução e até o seu surgimento.

A teoria de que haja multiplicação nas exportações, acelerando o mercado externo ocasionando um crescimento de exportações, e crescimento econômico. Com isso há também a demanda de insumos domésticos pela indústria e agricultura, e no setor terciário, os impostos das exportações sobre produção doméstica ampliam se com maior consumo interno, repercutindo-se uma vez mais sobre a renda e o emprego (SOUZA, 2009).

Para Souza a base exportadora o efeito multiplicador, depende de vários fatores, são capacidade ociosa, qualificação de mão de obra, capacitação empresarial, infraestrutura e transportes, e com isso alguns mercados internos e regiões, não são suficientes para gerar crescimento, e com o aumento das firmas em escala se reduz custos, e aumenta o lucro e os investimentos.

Uma análise de Shikida (2007) diz que uma política de crescimento regional baseada na exportação de produtos agrícolas ou industriais se justifica pela teoria das vantagens comparativas. Além disso, os mercados das regiões subdesenvolvidas são quase sempre de pequena dimensão para a maioria dos produtos que se poderiam produzir. Assim a exportação é uma ótima solução, porque ela possibilita às empresas a adoção de uma escala de produção mais ampliada, reduzindo, assim seus custos unitários de produção, podendo competir com empresas similares situadas em outras localidades ou países.

2. CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE LONDRINA E JOINVILLE

Londrina está localizada no Norte do Estado do Paraná, na mesorregião Norte Central paranaense (Ipardes, 2004), sendo cortada pelo Trópico de Capricórnio, atualmente possui 74 anos de existência e aproximadamente meio milhão de habitantes, ocupa uma posição estratégica em termos geoeconômicos e possui uma área de 1.653,26 km² (PREFEITURA DE LONDRINA).

Londrina teve sua gênese em 1929, no contexto histórico do café, que se deslocava de São Paulo para o Norte do Paraná. A cidade foi sendo inserida rapidamente em uma dinâmica econômica e social ligada à pequena produção mercantil que implicou em rápido e intenso

crescimento populacional, físico-territorial e da oferta de bens e serviços à sua população (PREFEITURA DE LONDRINA).

A cidade foi projetada para comportar 30 mil habitantes, mas este número foi rapidamente superado ainda nos seus primeiros 20 anos de existência. O plano inicial coincide com a área do atual Centro principal e demonstra a estratégia dos colonizadores que projetaram a cidade no alto do divisor de águas (PREFEITURA DE LONDRINA).

A cidade de Londrina é um dos mais importantes centros urbanos do sul do Brasil, apesar de ser jovem, possui uma história urbanística e arquitetônica peculiar, que faz a distinta das muitas outras cidades brasileiras criadas no século XX. Ela foi rigorosamente planejada através de um plano urbanístico elaborado pela Companhia de Melhoramentos Terras Norte do Paraná, o que possibilitou o controle de seu crescimento e de sua configuração espacial. Tal planejamento fazia parte de uma estratégia elaborada por essa empresa para a comercialização de lotes urbanos e rurais em toda a região (PREFEITURA DE LONDRINA).

Segundo IBGE, Londrina é uma região caracterizada pelo predomínio de pequenos e médios, estabelecimentos onde quase toda a área agricultável é explorada, na região Norte Central, concentra uma agricultura modernizada de grãos, soja, milho, cana, e café, lavouras permanentes bastantes especializadas e com grande utilização de mão de obra.

Só o município de Londrina, em 2005 produziu o equivalente a 486.000 toneladas de alimentos, apesar de ser um município com a um alto índice de urbanização. O agronegócio vem predominando no município de Londrina, com a cultura da soja, trigo, milho, são os três principais produtos dessa atividade, e são culturas temporárias que tem uma alta tecnologia e grande concentração de terras, o café ainda continua com uma ótima rentabilidade e produção nesta região (Ipardes, 2004).

Os setores mais representativos da mesorregião são os tradicionais, agroindustrial, vestuário, mobiliário, açúcar e álcool e certos segmentos agroindustriais, como por exemplo, o de abate e processamento de aves. Porém, importância significativa e crescente vem sendo adquirida pelos segmentos agroquímicos, artefatos e embalagens plásticas e, ainda equipamentos para instalações industriais e comerciais.

Segundo IBGE e Ipardes (2004), o setor de serviços possui extrema importância quando se trata de emprego e renda, contribuindo com 54,6% para o PIB do Município quando comparado com os ramos da Agropecuária e Indústria. No entanto, segundo dados divulgados pela Prefeitura Municipal de Londrina - IPPUL, nas últimas décadas tanto o Paraná como Londrina têm sofrido mudanças e sua estrutura econômica, tem provocado

alterações nas participações relativas dos setores primário, secundário e terciário da economia nacional e paranaense.

O Município de Joinville possui uma área de 1.146,87 km² sendo 212,6 km² na área urbana e 922,45 km² na área rural. Está situado na microrregião Nordeste do Estado, na região estadual de planejamento AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, a uma distância de 180 km de Florianópolis.

Ao longo da segunda metade do século XX, Joinville se consolidou como o maior pólo industrial de Santa Catarina e um dos mais importantes do país. Passou a receber imigrantes de várias partes do Brasil, transformando-se em uma cidade com múltiplas influências étnicas. Joinville se destaca também pelas atividades culturais, que incluem a realização, anual da festa das Flores, e do Festival de Dança reconhecido, pelo Guinness book como o maior do mundo.

Por fim, no século XVIII, estabeleceram-se na região famílias de origem lusa, com seus escravos negros, vindos provavelmente da capitania de São Vicente (hoje Estado de São Paulo) e da vizinha cidade de São Francisco do Sul (PREFEITURA DE JOINVILLE).

Adquiriu grandes lotes de terras sesmarias⁴³ nas regiões do Cubatão, Bucarein, Boa Vista, Itaum e começou a cultivar mandioca, cana-de-açúcar, arroz, milho entre outros. Por volta da década de 1840, uma grave crise econômica, social, política assolou a Europa. Fugindo da miséria, do desemprego, de perseguições políticas, milhares de pessoas resolveram emigrar. Um dos destinos era a colônia Dona Francisca, para onde vieram cerca de 17.000 pessoas entre 1850 e 1888, a maioria protestantes, agricultores sem recursos, estimados pela propaganda, que apresentava o lugar como se fosse um verdadeiro paraíso terrestre (PREFEITURA DE JOINVILLE).

A agricultura é tipicamente de subsistência, sendo que as principais culturas cultivadas no município são arroz, bananas, e peixe de águas interiores, e os hortifrutigranjeiros. Já a pecuária é muito pouco explorada nesta região de Joinville, alguns pequenos proprietários fazem a transformação do leite, sendo a revenda de “porta em porta”, e um pequeno rebanho de gado de corte, apenas para consumo próprio (PREFEITURA DE JOINVILLE).

⁴³ Sesmarias eram terrenos sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido.

Joinville é o pólo de desenvolvimento regional, possui o maior parque industrial instalado com 1705, empresas (SEBRAE 2004) cujo, os ramos dominantes são metal-mecânico, têxtil e plástico, Joinville e Jaraguá do Sul, são as principais cidades que denominam este setor (SEBRAE 2007, SC). Na microrregião de Joinville a inserção das indústrias foi embalada nas décadas de 60 e 70, pelo “milagre econômico”, e pelos adventos do PND, e beneficiou a centralização e o aumento da oportunidade de trabalho na microrregião, e que influenciou a imigração nessa área. Em consequência na década de 80, com a abertura econômica, e a sobrevalorização cambial na década de 90, surge uma nova fase para os setores de metal-mecânico, têxtil e vestuário (ALCIDES FILHO, 2002).

3. ANÁLISES E DISCUSSÕES

O município de Londrina, a partir do censo de 2010 apresenta uma população menor em seu espaço geográfico com condições espaciais de atrair mais pessoas para compor o espaço geográfico que possa ajudar no seu desenvolvimento sócio econômico. Por outro lado, Joinville vem se encorpando no aumento populacional devido a sua dinâmica de desenvolvimento, notadamente em função da dinâmica do segmento industrial.

Tabela 1: População e Densidade demográfica período de 2000-2010 (Habitante/Km²)

Ano	População		Densidade Demográfica	
	Londrina	Joinville	Londrina	Joinville
2000	447.065	429.604	270,4	374,6
2001	454.871	446.064	275,1	388,3
2002	460.909	453.766	278,7	395,6
2003	467.334	461.576	282,6	402,5
2004	480.882	477.971	290,8	416,7
2005	488.287	487.045	295,3	424,7
2006	495.656	496.051	299,8	432,5
2007	497.833	487.003	301,1	424,6
2008	505.184	492.101	305,5	429,1
2009	510.707	497.331	308,9	433,6
2010	506.701	515.288	306,4	449,3

Fonte: Ipardes – Banco de Dados (2011)

A partir dos anos de 1940, o crescimento de Londrina na área rural foi de 63,09% em 1950 esse número foi para 52,06% em 1960 passou para 42,60% da população na área rural, nessas décadas a predominância era população rural, da mesma forma o município de Joinville tinha seu crescimento em 1940 de 65,60% em 1950 era de 71,14% em 1960 passou

para 51,88% durante esses períodos as regiões desses municípios era predominada pela população rural.

Na década de 1970, Londrina começa a aumentar o grau de urbanização, na década de 1960 com 57,40% de urbanização indo para 71,69% na década de 70, a partir desse ano a população só tem imigrado para a área urbana, em meados do ano 2000 esse número passa para 96,93% grau de urbanização, em 2010 o grau de urbanização é ainda maior com 97,33% no município de Londrina conforme Tabela 2.

Comparando esses dados com Joinville, a evolução da população urbana no ano de 1960, é de 48,11% número menor do que Londrina em 1970, esses dados segundo IBGE começa a crescer indo para 68,45% de urbanização, daí por diante a cidade de Joinville possui mais da metade da população na cidade, em meados de 2000, esse grau chega 96,60% no censo de 2010 o grau de urbanização tem um queda passa para 96,50% conforme mostra a Tabela 2.

A partir de 1970, a urbanização nas grandes cidades foi aumentando tanto em Londrina como em Joinville, a passo que no meio rural a população foi cada vez diminuindo mais, isso também se deve a tecnologia que foi avançando muito, e sempre com inovações, isso fez com que essa imigração fosse constante, outro ponto importante que fez com que houvesse essa evasão foi devido às famílias terem dificuldades de locomoção para levarem seus filhos as escolas de ensino básico e faculdades, pois no meio rural os problemas eram grandes e o acesso aos locais fazia com que muitos agricultores, deixassem suas terras e fossem para as cidades.

Analisando os dois municípios a variação entre os anos de 1940 a 2010, identifica-se que a evasão da população rural do município de Londrina foi de 95,76% e Joinville foi de 94,66% e Londrina teve um percentual de 1,1% maior que Joinville. Percebe o crescimento da população de Londrina desde 1950 até os dias atuais e Joinville também cresceu ao longo do tempo fechando e de acordo com o Censo de 2010 a com um crescimento de 2,40% no ano de 2010. Quanto à população urbana e rural, hoje a população rural se encontra quase que totalmente nas cidades.

Tabela 2 – Evolução da População e Grau de Urbanização entre os anos de 1940 – 2010 (em %)

Londrina			Joinville			
Ano	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana
1940	100	63,09	36,90	100	65,60	34,40
1950	100	52,06	47,93	100	71,14	28,86
1960	100	42,60	57,40	100	51,88	48,11
1970	100	28,31	71,69	100	31,55	68,45
1980	100	11,52	88,47	100	5,72	94,27
1990	100	6,00	94,00	100	3,60	96,40
2000	100	3,06	96,93	100	3,40	96,60
2010	100	2,67	97,33	100	3,50	96,50

Fonte: IPEA/ ATLAS

Com base em dados do IBGE, na Tabela 3 são apresentados os números do Produto Interno Bruto – PIB em valores reais referentes aos municípios de Londrina e Joinville. O município de Joinville aparece no período analisado de 2000 a 2009 com o PIB superior em todos os anos exceto em 2002. O município de Joinville mostra que durante o período de 2000 a 2009, o PIB de Joinville no ano de 2000 foi superior em aproximadamente, R\$ 2 bilhões ao PIB de Londrina. O município de Londrina só aproximou essa marca a partir de 2007 e essa aproximação em relação a Joinville demorou sete anos.

Observa, ainda que o PIB per capita de Londrina em média no período 2000-2009 atingiu a R\$ 15.085,39 enquanto que Joinville com R\$ 21.947,76, Isso retrata que o PIB per capita de Londrina equivale a 68,73% do de Joinville. Isso demonstra o poderio econômico do município catarinense, resultados identificados pela sua dinâmica dos setores: industrial e de serviços. Como comparativo, denota-se que no ano de 2009 o PIB per capita de Londrina representava 64,83% em relação a Joinville. Esses números mostram que ao longo do tempo e notadamente no último ano analisado que o PIB per capita de Londrina perde em termos comparativos.

Durante o período analisado, Londrina apresentou mais instabilidades nas variações do PIB per capita que o município de Joinville, isso reflete de forma direta na economia local, sendo que Londrina passa a ter mais dificuldades, apesar de apresentar status de cidade metropolitana.

Retornando a Análise do PIB dos municípios observa em 2000 o PIB de Joinville foi superior em 27,97% ao PIB de Londrina, os municípios permaneceram nesta média até 2003. No período 2000-2009 em média o PIB de Londrina representava 54,51% do PIB de Joinville, somente no ano de 2009 essa equivalência era de 66,57% mostrando uma melhoria sensível na economia londrinense minimizando a diferença desse indicadores. O melhor momento da

economia de Londrina em relação a economia de Joinville foi identificada no ano de 2003, quando a equivalência era de 80,25% ou seja onde a maior proximidade entre os dois municípios pode ser visualizada.

Considerando valores deflacionados durante os períodos analisados sobre o comportamento do PIB, Londrina cresceu negativamente em 2001 (3,65), 2002 (1,13%), 2005 (0,25%) e 2008 (4,7%) ao passo que o município de Joinville cresceu negativamente apenas em 2002 (5,10%). O município de Londrina chegou em 2009 com R\$ 8,8 bilhões um pouco mais do que Joinville, no ano de 2000 que tinha R\$ 8,3 bilhões (Tabela 3), Isso denota as diferenças econômicas existentes, confirmando o expressivo crescimento do PIB de Joinville enquanto que o PIB de Londrina cresceu mais lentamente e o município de Joinville o PIB cresceu com mais velocidade.

Tabela 3 – PIB dos municípios e PIB per capita referente aos anos de 2000 a 2008. (Valores Deflacionados) a preços de 2009.

Ano	Londrina		Joinville	
	PIB	PIB Per Capita	PIB	PIB Per Capita
2000	6.534.746,87	14.616,995	8.362.645,14	19.465,938
2001	6.296.429,19	13.842,230	8.542.901,47	19.151,740
2002	6.225.270,33	13.506,506	8.106.964,92	17.865,959
2003	6.834.802,88	14.625,092	8.516.952,28	18.451,895
2004	7.056.792,00	14.674,685	9.681.405,03	20.255,214
2005	7.039.785,23	14.417,310	10.443.136,21	21.443,679
2006	7.405.379,22	14.940,562	11.978.891,66	24.148,508
2007	8.429.337,11	16.932,057	12.204.809,94	25.061,057
2008	8.033.460,98	15.902,049	13.220.312,81	26.800,039
2009	8.884.459,00	17.396,390	13.345.175,00	26.833,590

Fonte: IBGE – PIB Municipal, 2012

Na análise do PIB pelos setores econômicos, com base no IBGE (2009), dos municípios conforme as Tabelas 4 e 5 o município de Joinville aparece com uma predominância no setor de Serviços e Indústria e o município de Londrina predomina no setor Serviços.

Durante o período de 2000 a 2009, os municípios de Londrina e Joinville apresentaram alguns picos de quedas no PIB desses municípios, cujos resultados são reflexos do comportamento dos setores econômicos por meio da produção agropecuária, da produção industrial, dos serviços e impostos.

Na produção agropecuária ocorreram perdas financeiras nos dois municípios, porém Londrina por ser mais forte economicamente, nesse setor, sentiu com mais intensidade, pois do período analisado, em cinco anos teve problemas nesse segmento, ao passo que Joinville

os prejuízos foram em quatro anos ao longo do período. Na produção industrial Londrina sofreu perdas em 2001, 2005, 2006, 2008, porém no município de Joinville a queda ocorreu em 2001, 2002 e 2009.

No setor de serviços o município de Londrina foi superior a Joinville no período de 2000 a 2005. Nesse segmento as perdas de Londrina ocorreram em 2001 e 2008 e Joinville enfrentou problemas maiores apenas no ano de 2002 com queda de 1,24%. Em relação a variável impostos que compõe o PIB dos municípios de Londrina e Joinville, ao longo do período, os crescimentos negativos ocorreram em 2004 (Londrina) e 2002 (Joinville).

Em termos de crescimento real durante o período de 2000-2009, temos que no município de Londrina, o setor agropecuário apontou crescimento de 34,02%, o setor indústria de um salto de 20,47% o setor de serviços cresceu 36,26% e os componentes *impostos* cresceram 56,66%. Por seu turno Joinville avançou 19,81% no setor agropecuário, o setor das indústrias teve um crescimento de 43,55%, o setor de serviços foi o que mais cresceu e alcançou o indicador de crescimento em 77,84% esse segmento foi superior aos demais setores que compõem o PIB, por fim impostos cresceram 50,36%.

Considerando a média entre os anos de 2000 e 2009, o município de Londrina tem destaque no setor de serviços, possui a principal fonte de riquezas, esse setor é responsável por 65,64% do PIB municipal e é um setor que mais contribui, em segundo lugar vêm indústrias com 19,01% os dois setores são responsáveis por 84,74% das riquezas locais, o setor primário com apenas 1,57% e os impostos com 13,78%. Joinville tem destaque em dois setores que são de grande importância, os serviços participam com 40,60% e as indústrias com 46,58% os dois setores respondem por 87,18% ao passo que o setor primário tem a pífia participação de 0,29% e os impostos com 12,53% do PIB municipal.

Enquanto Londrina, praticamente concentra suas riquezas no setor terciário com 65,64% do PIB municipal, Joinville tem melhor distribuição de riqueza e nesse particular os setores: secundário (40,60%) e terciário (46,58%) se equivalem e esse alinhamento passa ser uma variável importantíssima para identificar as vantagens do município catarinense em relação ao município paranaense. Fica clara também a pífia participação do setor primário nas economias estudadas.

Tabela 4 – Participação do Setor Econômico no PIB do Município de Londrina de 2000-2009 (valores a preços constantes de 2009)

Londrina				
Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2000	81.964,51	1.283.851,74	4.250.556,68	918.373,94
2001	84.851,73	1.235.751,27	4.052.198,98	923.627,20
2002	124.920,93	1.238.867,27	4.056.624,93	804.857,20
2003	170.291,38	1.349.742,92	4.412.891,99	901.876,59
2004	132.024,64	1.459.144,34	4.641.585,40	824.037,62
2005	81.544,27	1.395.641,17	4.784.094,02	778.505,78
2006	76.107,72	1.385.656,27	5.093.373,16	850.242,08
2007	137.449,94	1.494.022,55	5.535.713,83	1.262.150,78
2008	133.165,40	1.353.911,53	5.136.468,30	1.409.915,76
2009	109.851,00	1.546.662,00	5.789.237,00	1.438.709,00

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2012)

Tabela 5 - Participação do Setor Econômico no PIB do Município de Joinville de 2000-2009 (valores a preços constantes de 2009)

Joinville				
Anos	Agropecuária	Indústria	Serviços	Impostos
2000	31.297,15	3.563.261,37	3.723.643,81	1.044.442,81
2001	24.014,41	3.493.373,91	3.909.861,58	1.115.651,57
2002	22.403,05	3.160.502,77	3.861.370,70	1.062.688,40
2003	34.502,63	3.378.816,53	3.953.683,75	1.149.949,36
2004	30.164,87	4.161.049,12	4.283.580,79	1.206.610,25
2005	22.646,47	4.224.910,22	4.780.583,14	1.414.996,38
2006	28.873,35	4.961.125,02	5.582.954,89	1.405.938,40
2007	29.634,42	4.976.048,93	5.750.163,60	1.448.962,99
2008	35.555,96	5.277.246,44	6.358.362,54	1.549.147,88
2009	37.496,00	5.115.040,00	6.622.198,00	1.570.441,00

Fonte: IBGE/PIB Municipal (2012)

Segundo Cosenza (2003) afirma que as primeiras aplicações da informação do valor adicionado tiveram suas origens nos Estados Unidos da América, na década de vinte, quando o mesmo foi utilizado como base para cálculo dos sistemas de pagamento de incentivos governamentais.

Quanto mais alto o índice, maior poderá ser o valor do repasse. E com isso traz uma melhor condição de vida para população das cidades, visto que esta receita é usada para os investimentos nos setores sociais, educacionais e de infraestrutura, e traz benefícios para aqueles que têm um esforço de preencher as declarações dentro do prazo estabelecido.

O VAF dos municípios de Londrina e Joinville tem diferença enorme, mesmo com o número de habitantes parecidos, o território de Londrina é maior, mesmo assim Joinville possui um VAF superior, durante 2000-2008 e tem em média R\$ 8,8 bilhões e Londrina fica

longe com R\$ 4,0 bilhões representando uma variação de 120,11% uma diferença considerável de arrecadação entre os municípios.

Conforme Tabela 6 mostra que no decorrer do período Londrina tem em 2004 o seu maior índice de crescimento de 11,20% em 2003 o menor índice de 0,49% e dentre alguns anos houve crescimento negativo em 2005, 2006, e 2008 Joinville tem seu maior crescimento em 2006 (17,11%) e 2004 (15,04%). Em 2007 de 1,85% o menor crescimento e somente em 2002 o VAF de Joinville cresceu negativo.

O Valor Adicionado Fiscal é uma variável que mede a movimentação financeira dos setores econômicos dos municípios. A diferença financeira em 2008 mostra uma significativa diferença de R\$ 4.1 bilhões a favor do município de Joinville ficou em 11.671.165,00 bilhões.

Tabela 6 - Valores Adicionados Fiscais Totais dos Municípios de Londrina e Joinville 2000-2008. E percentual de Crescimento % a preços constantes – (em R\$)

Ano	Londrina	Joinville	Londrina (%)	Joinville (%)
2000	3.538.578.085	7.318.203.11	-	-
2001	3.750.486.409	7.427.249.20	5,99	1,49
2002	3.970.719.185	7.044.277.20	5,87	-5,16
2003	3.990.325.545	7.367.003.25	0,49	4,58
2004	4.437.408.088	8.474.794.84	11,20	15,04
2005	4.201.404.638	9.028.139.51	-5,32	6,53
2006	4.003.148.320	10.572.953.51	-4,72	17,11
2007	4.207.549.572	10.768.390.55	5,11	1,85
2008	4.096.279.347	11.671.165.00	-2,64	8,38

Fonte: SEFA – Secretaria do Estado e da Fazenda – PR/SC (2011)

Para uma melhor compreensão do valor adicionado fiscal será demonstrado através dos setores econômicos correspondente ao setor primário, indústria, comércio que engloba todos os valores que contribuem para um crescimento de qualidade.

Percebe-se que o município de Londrina tem um maior desempenho no comércio que responde em média 2,3 bilhões com valor superior à média dos outros setores primário e indústria. Também este setor é um dos mais importantes componentes, com análise do período este setor apresentou algumas quedas no VAF, não muito significativa que foi nos anos de 2002, 2005, 2006 e 2008 com pequenas oscilações.

Por outro lado o município de Londrina, no setor primário tem um valor médio de R\$214 milhões de 2000-2008 este setor é muito importante para a economia, para o desenvolvimento de outras atividades ligadas a este setor, nota-se um maior crescimento em 2002 com R\$ 312 milhões e com enfraquecimentos nos anos de 2003, 2005, e 2006 estes anos o crescimento ficou negativo, como este setor necessita do clima natural, pode ser que houve

nesses períodos muitas chuvas, secas, ou geadas que afetaram a produção durante esses períodos e permanecendo com uma média de R\$ 214 milhões.

A indústria também teve quedas, como os outros setores, mas com estabilidade em manter a arrecadação em média com R\$ 1,5 bilhão como mostra a Tabela 7 - todos os períodos se estabeleceram ficaram em torno deste valor, a indústria para Londrina tem uma grande importância na geração de empregos contribuindo para grandes inovações.

No município de Joinville o setor que não tem tanta importância e com menor participação no VAF, fica em média com R\$ 29 milhões que representa uma média de 0,33% da arrecadação do valor adicionado fiscal, no total do período analisado e com oscilações na agropecuária. O setor da indústria em Joinville tem uma participação na contribuição com média de R\$ 4,13 bilhões representa 46,68% em média isto mostra que o setor industrial praticamente predomina no município, em 2001 e 2002 com pequenas quedas no setor. Outro setor que tem papel fundamental no valor adicionado fiscal é o comércio, em Joinville tem em média R\$ 4,8 bilhões e representam 54,90% do total, o setor tem a maior importância que engloba comércio, serviços, serviços autônomos e dentre outros. O comércio ao longo dos períodos teve várias oscilações em 2000 tinha um VAF de R\$ 5 bilhões em 2001 foi para R\$ 3,9 bilhões uma queda de 25,91% e no próximo ano queda também, voltando a se recuperar em 2003, e depois só cresceu positivamente fechando com 6,3 bilhões em 2008. Através destas análises o município de Londrina tem dentre os setores o comércio como destaque superando os outros setores com 56,51% restando para indústria 37,88% e para agropecuária 5,93%, por outro lado, Joinville no comércio ficou com 54,90% indústria 46,68% agropecuária 0,33% através dessas análises, percebe que a agropecuária quase não interfere na contribuição do VAF.

A expansão da indústria de transformação e o do comércio/serviços faz com que o município se desenvolva, por isso as indústrias instaladas no território de Joinville são fundamentais para contribuir nas melhorias da cidade, e fazendo com que o município se mantenha uma das principais cidades do Estado de Santa Catarina e do Brasil.

O Valor Adicionado Fiscal de Londrina é predominado pelo setor terciário em segundo plano a indústria não havendo uma distribuição, equilibrada nos setores primário, secundário e terciário. O setor primário na mesma tendência do PIB com fraca contribuição. Entretanto, Joinville o equilíbrio entre os setores: secundário e terciário, com ligeira vantagem ao serviço/comércio, restando o setor primário que praticamente nem aparece, mas a de

lembrar aqui, que a região pratica agricultura familiar para sustento próprio uma cultura no município, haja vista que a indústria e os serviços/comércio.

No período de 2000-2008 as atividades dos setores econômicos apresentaram comportamentos diferenciados, para Londrina e Joinville os setores secundários e terciários representam em média, respectivamente, 93,65% e 99,69% do Valor Adicionado Fiscal total.

Considerando o ano de 2008 de acordo com as Tabelas 6 e 7, o Valor Adicionado Fiscal, de Londrina tem no setor industrial 38,51% de participação no comércio 55,14% e Joinville têm na indústria 45,21% no comércio 54,47% de participação, esses indicadores são fontes de gestão que permitem aos empreendedores públicos e privados projetar os níveis de crescimento e desenvolvimento, tem se verificado que Joinville tem se apresentado com mais eficácia na busca do desenvolvimento, basta olhar o principais indicadores econômicos mostrados nesse artigo.

Com esses resultados os municípios mostram a força dos setores secundário e terciário que podem auxiliar na busca da superação e melhorias para sua região e população, incentivando os setores nos investimentos e melhorar os indicadores socioeconômicos.

Tabela 7 – Valor Adicionado Fiscal por Setores econômicos dos municípios de Londrina e Joinville, Preços constantes entre 2000 a 2008 – (em R\$)

Anos	Valor Adicionado Fiscal - Londrina			Valor Adicionado Fiscal - Joinville		
	Primário	Indústria ⁴⁴	Comércio ⁴⁵	Primário	Indústria	Comércio
2000	117.617.031	1.359.912.530	2.050.744.699	27.739,54	3.563.261,13	5.277.246,00
2001	176.099.316	1.371.564.811	2.195.040.860	24.013,87	3.493.373,39	3.909.861,94
2002	312.410.951	1.493.855.493	2.151.218.468	38.083,79	3.160.502,68	3.861.370,79
2003	221.885.346	1.537.041.937	2.213.380.041	32.013,77	3.378.816,95	3.953.683,87
2004	227.872.152	1.705.147.501	2.495.422.261	23.790,23	4.161.049,69	4.283.580,47
2005	211.883.119	1.544.311.038	2.437.523.083	29.685,06	4.224.909,79	4.780.583,15
2006	176.336.772	1.530.455.464	2.280.267.649	31.163,59	4.961.125,15	5.582.954,65
2007	235.537.282	1.593.022.595	2.372.818.582	37.860,03	4.977.482,14	5.761.272,90
2008	250.110.618	1.577.586.514	2.258.691.892	24.943,00	5.277.246,00	6.358.363,00

Fonte: SEFA/ Secretaria do Estado e Fazenda – PR/SC (2011)

Para North (1973) a exportação tem um papel principal para desencadear o processo de desenvolvimento, dando impulso a economia e também gerando benefícios a outras regiões. A exportação traz muitos benefícios aos municípios, gerando grandes oportunidades de trabalho de qualificação nos produtos de comercialização, e rompendo barreiras no setor exportador.

⁴⁴ Indústria as atividades deste setor compreendem, indústria de transformação e extrativa mineral, construção civil, e serviços industriais de utilidade pública.

⁴⁵ Comércio as atividades deste setor compreendem, serviços, transporte e comunicação, intermediação financeira, administração pública, aluguéis e outros serviços.

Segundo alguns dados coletados no Ministério da Indústria e Comércio dos Municípios de Londrina e Joinville, através destas análises poderão concluir em que nível de exportações e importações os municípios estão no período analisado. O volume de exportações apresentou no município de Londrina um crescimento positivo em todos os anos, e ao longo do período analisado teve um crescimento de 151,24% nas suas exportações.

Analisando as importações em todos os períodos ocorreu crescimento, não houve nenhuma diminuição nos importados, apenas cresceu ao longo do tempo com 178,27% ao comparar com a exportação o crescimento dos bens importados no município de Londrina ultrapassou as exportações.

Por outro lado, aparece o município de Joinville com processos de exportação bem superior a do município de Londrina ao longo do período, e constatou que em todos esses anos analisados não houve período com crescimento negativo, foram todos positivos com 134,40% de crescimento conforme Tabela 8 mostra o crescimento das importações nos municípios.

Observa também que as importações cresceram em 323,26% ao longo dos seis anos, com esse crescimento das importações deve ficar em alerta ao invés das exportações aumentarem foi à importação que cresceu muito positivamente, chegando com quase três vezes maior o aumento das exportações, os dois municípios estão com crescimento das importações superior as exportações. No período analisado as exportações de Joinville são mais significativas que as de Londrina e na mesma linha de pensamento estão às importações, com isso constata-se que Joinville está frente de Londrina nesse quesito.

Considerando as exportações para o mercado externo, e os produtos comercializados dentro do território dos municípios de Londrina e Joinville, de acordo com o MDIC/SECEX, as exportações do município de Joinville representam em aproximadamente três vezes mais elevadas que o município de Londrina. Fica evidente neste trabalho que Joinville que tem como destaque a produção industrial, devido a grandes empresas instaladas produzindo em grande escala para exportação, isso credencia Joinville a uma vantagem comparativa sobre Londrina.

A importação é um ponto marcante, pois para Joinville ela representa 24,41% equivalente ao valor da exportação, isso no ano de 2003 e com passar do tempo se elevou para 44,09% do valor da exportação no ano de 2008. O saldo entre exportações e importações é bem significativo, isso mostra que a importação não afeta muito a economia do município.

As importações de 2003 do município de Londrina foram equivalentes 69,0% das exportações; as importações em 2008 representam 76,42% de suas exportações, isso significa uma elevação de 7,42% em relação ao período de 2003-2008. Esses dados remetem a concluir que as proporcionalidades de importações em relação às exportações de Joinville é bem menor que a de Londrina, quer dizer que Londrina está, proporcionalmente, comprando mais e vendendo menos em comparação com o município de Joinville.

Tabela 8: Volume de Exportação e Importação nos municípios no período de 2003 a 2008, Valores Deflacionados: Unidade US\$ FOB (mil).

Ano	Londrina		Joinville	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
2003	161.464.567	111.403.369	730.565.250	178.367.200
2004	219.751.087	144.160.764	924.564.334	181.614.842
2005	273.456.753	170.597.836	983.768.486	262.670.202
2006	320.973.568	181.567.682	1.454.711.863	455.057.429
2007	366.001.655	234.520.919	1.605.551.005	556.068.555
2008	405.664.738	310.010.892	1.712.482.688	754.969.927

Fonte: IPEA/ MDIC/ SECEX, Ministério da Indústria e Comércio Exterior / Secretaria do Comércio Exterior e Municípios (2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi de apresentar através dos dados coletados as principais diferenças existentes entre população, PIB, Valor Adicionado Fiscal e exportações entre os municípios de Londrina e Joinville.

A população no município de Londrina pode crescer ainda mais, o município possui um território maior se comparado com Joinville, podendo ainda acolher mais população do que possui no momento, Joinville tem uma população superior em relação à Londrina, isso torna o município mais desenvolvido e com infraestrutura que ajuda a elevar o grau de satisfação da população e também do meio rural para o meio urbano.

Na mesma tendência o PIB ou valor adicionado gerado no território de um País, região ou Estado, o PIB dos municípios analisados tem grande influência no seu Estado, Londrina tem crescimento nos três setores, mas o setor terciário e o setor secundário são os mais importantes. Joinville apresenta nos setores secundários e terciários, os que mais geram resultados no PIB no município, cujo comportamento é idêntico ao do Estado.

Através dos indicadores pode ser concluído que o crescimento populacional, Produto Interno Bruto (PIB), Valor Adicionado Fiscal (VAF), exportações, pode ser visto nos resultados alcançados pelo município de Joinville que mostrou ser mais significativos e teve

um nível de desenvolvimento econômico bem mais elevado e com mais qualidade. No valor adicionado fiscal de Joinville percebe que a indústria e o comércio são os principais setores da economia local e que levam o município a se desenvolver melhor e assim gerar mais recursos para o setor.

Em função de indisponibilidade de dados, notadamente do Valor Adicionado Fiscal e das importações e exportações não foi possível a apresentação de informações estatísticas para o ano de 2009, o que não alterou as análises sobre os resultados do trabalho, haja vista que para os dois municípios as comparações foram de igual período.

O município de Joinville possui uma agricultura para sua própria subsistência, o setor industrial e o setor de serviços têm um crescimento muito significativo, às indústrias atraem população para o município, através das grandes indústrias instaladas no município, isso muito se deve a sua localização numa região com uma vasta extensão de rodovias, com portos, aeroportos, com uma infraestrutura de qualidade, isso facilita o município de Joinville, que possui vantagens devido a sua estrutura e colonização, que a faz ser superior de Londrina.

Joinville supera Londrina por apresentar políticas públicas e características mais voltadas para o desenvolvimento e crescimento do setor industrial. Essa dinâmica aliada ao incentivo do estado e dos órgãos públicos, da sociedade civil e empresarial condiciona a região ao desenvolvimento e com isso elevar ainda mais a qualidade de vida da população.

Essas colocações promovem a identificação das diferenças existentes nos setores econômicos dos municípios, de acordo com as informações há uma grande movimentação nos setores econômicos, que atrai novos habitantes, através de empregos, uma renda melhor, uma qualidade de vida e qualificação profissional, pois como a industrialização está em expansão nos municípios principalmente em Joinville a participação de grandes indústrias mostra que o desenvolvimento é elevado e que os resultados das análises mostram essa determinante.

Todas as análises efetuadas no decorrer deste trabalho remetem as conclusões dos níveis de desenvolvimento dos municípios objeto do presente estudo. Com exceção de Curitiba e Porto Alegre, os municípios de Londrina e Joinville apresentam os melhores níveis de desenvolvimento econômico justificam suas posições no ranking dos municípios do sul do País. Os números apresentados confirmam uma ligeira supremacia do município de Joinville em relação à Londrina devido suas vantagens sociais e econômicas notadamente no setor industrial que é uma característica marcante do município catarinense.

Durante as análises, ficou bem evidenciado a modesta participação das atividades ligadas ao setor primário, isso remete as considerações do elevado grau de urbanização dos municípios de Londrina e Joinville.

Finalmente, os números apresentados no presente trabalho mostram, como já foi dito anteriormente, Joinville tem os melhores indicadores e continuando no ritmo que vem desenvolvendo a dinâmica nos principais setores econômicos, sem dúvida poderá em médio prazo se distanciar mais ainda, comparativamente, do município de Londrina, quer seja pela sua dinâmica empresarial e gestão pública com propostas desenvolvimentista claras. Londrina tem um forte aliado que é o setor de serviços e uma das maiores universidades do país, resta agora uma adoção mais centrada para políticas indústrias para que possa retomar aos patamares de liderança dos municípios do interior do sul do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUDEVILLE, Jacques, R. Aménagement Du territoire et polarisation. Paris: M. Th. Génin, 1972.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio Exterior, 2010.

BUARQUE, Sergio. C. Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local Municipal Sustentável. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em Planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

COMPANHIA Melhoramentos de Terras do Norte do Paraná. Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná 1975. (Publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP).

CHENERY, Eles. Changement des structures et politiques de developpement. Paris: Economica, 1981.

DUNCAN, Marcelo. Discussão e Compreensão das Áreas de Resultados propostas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, 2004 – MDA.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do desenvolvimento Econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

FILHO, ALCIDES G. Formação econômica de santa Catarina. Florianópolis: Cidade futura, 2002.

FILHO, J. Amaral. Desenvolvimento Regional Endógeno em um Ambiente Federalista. In: 1996. Planejamento e Políticas Públicas, 1996.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2011

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2004.

IPARDES: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Banco de Dados 2011.

IPEA: Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada, 2007.

NORTH, Douglas C. (1955), “Location Theory and Regional Economic Growth”, in Journal of Political Economy.

PARANÁ. Secretaria da Fazenda do Estado Paraná, 2012.

POLÉSE, M (1998). Economia Regional e Urbana: a lógica espacial das transformações econômicas. Lisboa, APDR. REVISTA, Banco Mundial, 1991, p.57 Apud de Souza, Nali de Jesus de Desenvolvimento econômico/ 5.ed. São Paulo; Atlas, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE. Disponível: www.joinville.sc.gov.br Acessado em 14 de dezembro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONDRINA - IPPUL. Disponível: WWW.londrina.pr.gov.br Acessado em 14 de dezembro de 2011.

ROLIM, Cássio Frederico C. Reestruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de Economia regional e urbana, 1982 Rio de Janeiro: CMDE, UFPR. Texto para discussão nº5, 1999.

SANTA CATARINA. Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, 2012.

SEN, Amartya (2000). Desenvolvimento como liberdade – São Paulo: Companhia de letras.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento Econômico / Nali de Jesus – 5. Ed. Ver- São Paulo: Atlas, 2005.

_____, Nali de Jesus. O desenvolvimento polarizado e desequilíbrios regionais no Brasil, análise econômica. Porto Alegre UFRGS, ano 11, n.19, p 29-59, mar, 1993.

SCHUMPETER, J. Teoria do desenvolvimento econômico, São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SHIKIDA, Pery Francisco Assis. (et. AL.) Uma análise econometrica preliminar das ofertas de açúcar e álcool Paranaenses. Revista de economia agrícola. São Paulo: IPEA / USP, 2007.

TOLOSA Hamilton C. Pólos de Crescimento: teoria e política econômica. In: Haddad, Paulo Roberto (ed). Planejamento Regional, métodos e aplicação ao caso brasileiro. Rio de Janeiro, 1972. P. 189-243.

VASQUEZ BARQUERO, A. Política Econômica Local, Madrid, Pirâmide, 1993.

VASQUEZ BARQUERO, A. Desenvolvimento endógeno em tempos de Globalização. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEIGA, Carlos Eduardo Lacerda. Modelo de gestão da união e o roteiro de elaboração do PPA, para municípios, Brasília, Ministério do Planejamento, Orçamento e Investimentos Estratégicos, 2005.